



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
– Campus de Marília –  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação



**SIMONE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ULIAN**

**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA LUTA DE  
CLASSES: RELAÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, COINFO E  
CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

MARÍLIA  
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
– Campus de Marília –  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação



**SIMONE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ULIAN**

**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA LUTA DE  
CLASSES: RELAÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, COINFO E  
CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

MARÍLIA  
2025

U39c      Ulian, Simone Maria Gonçalves de Oliveira  
Ciência da Informação à luz da teoria marxista da luta de classes:  
relação entre mediação da informação, CoInfo e consciência de  
classe / Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian. -- Marília, 2025  
178 f. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1. Mediação da Informação. 2. Competência em Informação.  
3. Consciência de classe. 4. Sindicatos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.  
Dados fornecidos pelo autor(a).

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

O movimento sindical sempre se mostrou de fundamental importância para o desenvolvimento social e político de um país e para o alcance e manutenção de direitos dos trabalhadores em decorrência das relações de emprego. No entanto, em meados da década de 1990, no Brasil, passa a ocorrer uma transformação no modo de ser e de pensar da classe operária em virtude de uma nova ofensiva do capital sobre o trabalho, impulsionada pela introdução de novas técnicas e estratégias, inspiradas no Toyotismo, no setor produtivo industrial nacional. A partir de então, nota-se um maior engajamento dos trabalhadores à lógica do capital, de modo que passam legitimar a ideologia burguesa dominante. O trabalho se intensifica, se precariza e a hegemonia do capital alcança patamar nunca visto anteriormente. Neste cenário, o movimento sindical é enfraquecido e se afasta da atuação combativa frente à exploração capitalista. O processo de formação de uma consciência de classe – da classe operária – de cariz revolucionário (consciência para si) é interrompido e os trabalhadores permanecem submersos na ideologia dominante capitalista, o que afasta qualquer possibilidade de uma transformação social em busca de uma sociedade pautada nos ideais comunistas, ou seja, uma sociedade mais justa e igualitária, livre da opressão e da exploração do homem sobre o homem, de uma classe sobre a outra. Dados publicados pelo DIEESE, e apresentados nesta pesquisa, indicam que no país acontecerem, em 2023, 1.132 greves nos setores privado e público, sendo a maioria movida por reivindicações econômicas e contra a violação de direitos trabalhistas já consagrados pela legislação em vigor. Apenas 71 greves foram encerradas mediante o atendimento integral das reivindicações. A fim de retomar seu papel combativo e educador da massa trabalhadora para a formação da consciência de classe, o movimento sindical necessita de um novo paradigma para embasar sua atuação, o que pode ser viabilizado com o auxílio da Ciência da Informação que, por se enquadrar no rol das ciências sociais e humanas, possui o condão de fundamentar a práxis social – e neste ponto reside a importância da presente pesquisa para a classe trabalhadora, para o movimento sindical e para a sociedade como um todo. Relacionar a ColInfo com a consciência de classe e o processo de seu desenvolvimento com o processo de mediação da informação, possibilita posicionar o sindicato enquanto mediador da

informação e demonstrar que a própria formação da consciência de classe perpassa por todas as dimensões da ColInfo e da mediação da informação, até mesmo como requisitos intrínsecos à sua realização, isto é, não se alcança a consciência de classe operária revolucionária – consciência para si – sem percorrer todas as dimensões da ColInfo e da mediação da informação. E, ao introduzir tais constructos teóricos oriundos da Ciência da Informação na prática sindical, a presente pesquisa poderá impactar positivamente para a retomada de uma ação sindical voltada para o processo educativo da classe trabalhadora com o objetivo de formação da consciência de classe de cariz revolucionário – consciência para si.

### **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

The trade union movement has always been of fundamental importance for the social and political development of a country and for the achievement and maintenance of workers' rights as a result of employment relations. However, in the mid-1990s, in Brazil, a transformation in the way of being and thinking of the working class began to occur due to a new offensive of capital on labor, driven by the introduction of new techniques and strategies, inspired by Toyotism, in the national industrial productive sector. From then on, there is a greater engagement of workers with the logic of capital, so that they begin to legitimize the dominant bourgeois ideology. Work intensifies, becomes precarious and the hegemony of capital reaches a level never seen before. In this scenario, the trade union movement is weakened and moves away from combative action in the face of capitalist exploitation. The process of formation of a class consciousness – of the working class – of a revolutionary nature (consciousness for itself) is interrupted and the workers remain submerged in the dominant capitalist ideology, which removes any possibility of a social transformation in search of a society based on communist ideals, that is, a more just and egalitarian society, free from the oppression and exploitation of man over man. of one class over another. Data published by DIEESE, and presented in this survey, indicate that in the country there will be 1,132 strikes in the private and public sectors in the country, most of which were driven by economic claims and against the violation of labor rights already enshrined in the legislation in force. Only 71 strikes were ended upon full compliance with the demands. In order to resume its combative and educating

role of the working mass for the formation of class consciousness, the trade union movement needs a new paradigm to support its action, which can be made possible with the help of Information Science, which, as it fits into the list of social sciences and humanities, has the power to support social praxis – and at this point lies the importance of this research for the working class, for the trade union movement and for society as a whole. Relating Information Literacy to class consciousness and the process of its development with the process of information mediation, makes it possible to position the union as a mediator of information and to demonstrate that the very formation of class consciousness permeates all dimensions of Information Literacy and information mediation, even as intrinsic requirements for its realization, that is, one cannot achieve revolutionary working class consciousness – consciousness for oneself – without going through all the dimensions of Information Literacy and the mediation of information. And, by introducing such theoretical constructs from Information Science in union practice, the present research may have a positive impact on the resumption of a union action focused on the educational process of the working class with the objective of forming class consciousness of a revolutionary nature – consciousness for itself.

**SIMONE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ULIAN**

**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA LUTA DE  
CLASSES: RELAÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, COINFO E  
CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

Tese apresentada ao programa Ciência da informação, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior – **Orientador**  
Universidade Estadual Paulista (PPGCI – UNESP)

---

Profa. Dra. Sônia Maria Troitiño Rodriguez – **Examinador Interno**  
Universidade Estadual Paulista (PPGCI – UNESP)

---

Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho – **Examinador Interno**  
Universidade Estadual Paulista (PPGCI – UNESP)

---

Dr. Ciro Athayde Barros Monteiro – **Examinador Externo**  
Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto – Biblioteca Pública de Ribeirão Preto

---

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes – **Examinador Externo**  
Universidade Federal do Ceará (PPGCI – UFC)

**SUPLENTES**

Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo – **Examinador Interno**  
Universidade Estadual Paulista (PPGCI – UNESP)

Profa. Dra. Sueli Bortolin – **Examinador Externo**  
Universidade Estadual de Londrina (PPGCI – UEL)

Dra. Marcela Arantes Ribeiro – **Examinador Externo**  
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Local: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP)-  
Campus de Marília.

Data: 28 de março de 2025.

*À minha querida mãe, de quem sinto saudades todos os dias.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus por permitir a realização desse sonho e por me manter de pé durante toda a caminhada.

Agradeço à minha mãe, sem a qual eu nada seria.

Agradeço ao Professor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, meu orientador e mestre, um ser humano inigualável, inspirador e admirável.

Agradeço às minhas queridas tias, Jô, Mércia, Zélia e ao tio Jair, pelo apoio incondicional, amor e presença nos momentos em que mais precisei.

Agradeço aos meus filhos, João Guilherme e Marília, e ao meu esposo, José Guilherme, por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço aos colegas integrantes do Grupo de Pesquisa Informação: Mediação, Cultura, Leitura e Sociedade, pelo companheirismo e aprendizado.

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado, torcendo por mim, em especial, meus irmãos, Mário e Luís, minha amiga Cris e minha prima Mariana.

Por fim, agradeço aos meus bichanos, que estiveram presentes em todas as etapas desta caminhada, me mostrando a doçura e a leveza da vida mesmo nos momentos mais difíceis.

*“Marx não precisa condenar o sistema, pois o sistema se condena a si mesmo pela força da contradição que o move e, ao mesmo tempo, corrói e destrói”.*

Jorge Grespan.

## RESUMO

Trata-se de uma pesquisa teórica documental, de cunho qualitativo, exploratória e aplicada, tendo como objetivo geral a verificação e análise da relação existente entre a mediação da informação, a competência em informação e o processo de formação da consciência de classe, mais precisamente a consciência operária. O diálogo entre a Ciência da Informação e demais ramos do saber científico é necessário e benéfico para o desenvolvimento do pensamento científico e, quando se trata de fenômenos e relações sociais, tais benefícios se estendem à própria sociedade. Tanto a mediação da informação quanto a competência em informação estão diretamente relacionadas com a formação de indivíduos protagonistas que atuam buscando melhores condições de vida em uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, de acordo com a teoria marxista da luta de classes, a única possibilidade de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária é com a extinção do sistema capitalista que apenas ocorrerá mediante ação coordenada dos trabalhadores, sendo que estes somente estarão aptos a esta batalha após o desenvolvimento da consciência de classe (consciência para si) que ocorre por meio da educação política realizada pelo movimento sindical. Durante a realização da presente pesquisa verificou-se que a consciência de classe se desenvolve por meio do processo de mediação da informação em sua dimensão política, sendo o alcance do protagonismo social a ruptura com o estágio de consciência alienada e um instrumento apto ao alcance da consciência para si, de modo que o exercício do protagonismo social propicia um salto qualitativo de consciência de classe, permitindo que a classe operária alcance a consciência de classe revolucionária – consciência para si – por meio do processo de mediação da informação. Outrossim, demonstrou a necessidade de expansão do conceito e da abrangência da dimensão política, tanto da mediação da informação como da ColInfo, com a proposta da criação de duas esferas no interior de tal dimensão, das quais denominou-se dimensão política em sentido lato e dimensão política em sentido estrito, sendo que na dimensão política em sentido lato desenvolve-se o protagonismo social e a consciência de classe em si, e na dimensão política em sentido estrito desenvolve-se a consciência de classe revolucionária, ou seja, a consciência para si, o que permitirá à classe trabalhadora a realização de movimento revolucionário

objetivando a extinção do sistema capitalista, baseado na exploração e opressão de uma classe sobre a outra, e a instauração da sociedade comunista nos moldes da teoria marxista. Para a análise da temática proposta foi utilizada a Revisão Sistemática da Literatura – RSL por ser um método que possibilita a observação de possíveis falhas nos estudos realizados e o desenvolvimento de estudos que preencham as brechas nas pesquisas existentes.

**Palavras-chave:** Mediação da Informação. Competência em Informação. Consciência de classe. Sindicatos.

## ABSTRACT

It is a theoretical documentar research, of a qualitative, exploratory and applied nature, with the general objective of verifying and analyzing the relationship between the mediation of information, information literacy and the process of formation of class consciousness, more precisely workers' consciousness. The dialogue between Information Science and other branches of scientific knowledge is necessary and beneficial for the development of scientific thought and, when it comes to phenomena and social relations, such benefits extend to society itself. Both information mediation and information literacy are directly related to the formation of protagonist individuals who work in search of better living conditions in a more just and egalitarian society. However, according to the Marxist theory of class struggle, the only possibility of achieving a more just and egalitarian society is with the extinction of the capitalist system, which will only occur through the coordinated action of the workers, and they will only be able to fight this battle after the development of class consciousness (consciousness for oneself) that occurs through the political education carried out by the trade union movement. During the realization of the present research it was found that class consciousness develops through the process of mediation of information in its political dimension, with the achievement of social protagonism being the rupture with the stage of alienated consciousness and an instrument capable of achieving consciousness for oneself, so that the exercise of social protagonism provides a qualitative leap of class consciousness, allowing the working class to achieve revolutionary class consciousness – consciousness for itself – through the process of information mediation. Furthermore, it demonstrated the need to expand the concept and scope of the political dimension, both in the mediation of information and in CoInfo, with the proposal of creating two spheres within such dimension, which were called political dimension in the broad sense and political dimension in the strict sense, and in the political dimension in the broad sense social protagonism and class consciousness itself are developed. and in the political dimension in the strict sense, revolutionary class consciousness develops, that is, consciousness for itself, which will allow the working class to carry out a revolutionary movement aiming at the extinction of the capitalist system, based on the exploitation and oppression of one class over another, and the establishment of communist

society along the lines of Marxist theory. For the analysis of the proposed theme, the Systematic Review of the Literature (RSL) was used, as it is a method that allows the observation of possible flaws in the studies carried out and the development of studies that fill the gaps in existing research.

**Keywords:** Information mediation. Information Literacy. Class consciousness. Trade unions.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 – Estrutura da pesquisa</b> .....	18
<b>QUADRO 2 – Introdução</b> .....	22
<b>QUADRO 3 – Caracterização da pesquisa</b> .....	28
<b>QUADRO 4 – Procedimentos metodológicos</b> .....	28
<b>QUADRO 5 – Informação e Ciência da Informação: aproximações teóricas</b> .....	48
<b>QUADRO 6 – Mediação da Informação conceitos, características e particularidades</b> .....	73
<b>QUADRO 7 – ColInfo: Conceitos e especificidades</b> .....	92
<b>QUADRO 8 – Da Consciência de classe à revolução: aspectos marxistas da luta de classes</b> .....	118
<b>QUADRO 9 – Balanço das greves realizadas no Brasil em 2023</b> .....	128
<b>QUADRO 10 – Balanço das greves realizadas no Brasil na esfera privada em 2023</b> .....	131
<b>QUADRO 11 – Balanço das greves no Funcionalismo público realizadas no Brasil em 2023</b> .....	133
<b>QUADRO 12 – Movimento sindical: histórico e realidade brasileira</b> .....	135
<b>QUADRO 13 – ColInfo e Mediação da Informação como instrumentos de formação da Consciência de Classe: novas perspectivas</b> .....	159

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1</b>	<b>PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2</b>	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>21</b>
1.3.1	Objetivo Geral.....	21
1.3.2	Objetivos Específicos.....	22
1.3.3	Hipóteses.....	22
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2</b>	<b>TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1.1</b>	<b>Ciência da Informação: instrumento de transformação social ou instrumento de dominação?.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>CIÊNCIA EM MARX E SEUS REFLEXOS SOBRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>3.3</b>	<b>INFORMAÇÃO: CONCEITO(S) E CARACTERÍSTICAS.....</b>	<b>43</b>
<b>4</b>	<b>MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, CLASSIFICAÇÃO E PARTICULARIDADES.....</b>	<b>51</b>
<b>4.1</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>51</b>
<b>4.2</b>	<b>MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONCEITO(S).....</b>	<b>54</b>
<b>4.3</b>	<b>MEDIADOR DA INFORMAÇÃO: CONCEITO E FUNÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>60</b>
<b>4.4</b>	<b>DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL.....</b>	<b>65</b>
<b>5</b>	<b>COINFO: CONCEITOS E ESPECIFICIDADES.....</b>	<b>77</b>
<b>5.1</b>	<b>ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....</b>	<b>77</b>
<b>5.2</b>	<b>COINFO: CONCEITUANDO.....</b>	<b>79</b>

5.3	COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO.....	83
5.4	COINFO: FUNÇÃO SOCIAL E DIMENSÕES.....	86
6	DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE À REVOLUÇÃO: ASPECTOS DA TEORIA MARXISTA DA LUTA DE CLASSES.....	95
6.1	DAS CLASSES SOCIAIS.....	95
6.2	DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....	100
6.3	DA LUTA DE CLASSES.....	108
6.4	DO MOVIMENTO SINDICAL.....	113
7	MOVIMENTO SINDICAL: HISTÓRICO E ATUALIDADE BRASILEIRA....	121
7.1	HISTÓRICO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	121
7.2.	ATUALIDADE BRASILEIRA.....	128
8	COINFO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE: NOVAS PERSPECTIVAS	137
8.1	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEU PAPEL NO CENÁRIO DA LUTA DE CLASSES.....	137
8.2	COINFO E SUAS DIMENSÕES: UM PASSO À FRENTE.....	139
8.3	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ENQUANTO ELEMENTO ESSENCIAL PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....	148
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	167

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe a realização de uma pesquisa que consiste em uma análise do processo de formação da consciência de classe – consciência operária – relacionando-a com a competência em informação – ColInfo – e colocando a mediação a informação como eixo principal deste processo. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental que situa o sindicato, enquanto instituição, como mediador da informação e os trabalhadores como sujeitos usuários ou receptores da informação. A escolha dessas categorias se deu em consonância com a teoria marxista da luta de classes, que proclama ser a ação consciente do proletariado a única forma de extinção de um sistema baseado na opressão e exploração de uma classe social sobre as demais.

O mundo do trabalho e as relações que por meio dele se estabelecem são cruciais para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Desde o século XVIII, as transformações sociais que modificaram o mundo ocidental estão relacionadas diretamente aos embates ocorridos entre capital e trabalho, sendo que o sindicalismo surge como forma de enfrentamento e defesa da classe trabalhadora que passava por péssimas situações de vida e de trabalho em decorrência da consolidação do capital.

Todavia, o sindicato não limita a sua atuação apenas na defesa dos interesses econômicos ou materiais da classe trabalhadora. Deve, também, atuar na subjetividade da classe, ou seja, na formação de uma consciência inerente aos desígnios da classe operária, ou seja, uma consciência apta a desenvolver a emancipação de tal classe, possibilitando o conhecimento crítico acerca da realidade social e de seu papel no processo da luta de classes, e a Ciência da Informação – CI – possui papel fundamental em todo esse contexto social.

Oliveira (2011) anuncia a existência de discussões acerca do papel da informação para a ação política, esclarecendo que o desenvolvimento ocorre nas esferas política, social, cultural e econômica.

Também, destaca-se o posicionamento de Souza (2003, p. 30), no qual reconhece a possibilidade de importante contribuição da CI para a comprovação e criação de conhecimento para outros campos do saber científico:

Conhecendo as várias correntes atuais da Teoria Social [...] ou, no campo sociológico, as teorias do conhecimento [...], do trabalho [...], das profissões [...], dentre outras, o pesquisador da Ciência da

Informação poderá não apenas dizer o que obteve, mas verificar igualmente se com o seu material está aportando contribuição explicativa nova e recriando o conhecimento teórico para o campo em sua frente.

A fim de nortear e compreender a relação existente, em tempos hodiernos, entre o movimento sindical, os trabalhadores e a formação da consciência de classe, se faz necessário delimitar tal relação em consonância com as teorias sociais que delimitam os sindicatos como mediadores entre o capital e o trabalho, e produtores do conhecimento que, transmitido ao operariado e incorporado por ele, o capacitará à compreensão de sua verdadeira consciência de classe e seu papel na transformação social para uma sociedade mais justa e igualitária, o que se baliza com os objetivos de um protagonista social, realizando e fortalecendo os preceitos da ColInfo.

De fato, “o mediador se utiliza da informação para construir conhecimento” (Farias, 2016, p. 326) e a informação mediada propicia o diálogo entre os indivíduos, coletivos ou singulares, que se relacionam, podendo provocar nestes “o interesse pela apropriação/apoderamento da informação, propiciando o surgimento da consciência do valor que esta terá sobre suas vidas” (Farias, 2016, p. 1), ou seja, é por meio do processo de mediação da informação que o sujeito reconhece a realidade a sua volta e as categorias que lhes dá sentido.

Desta forma, se faz necessário uma análise do processo de formação da consciência de classe – consciência operária – relacionando-a com a competência em informação – ColInfo – e colocando a mediação da informação como eixo principal deste processo,

Para seu desenvolvimento, a presente pesquisa foi estruturada em capítulos que seguem a organização descrita no quadro abaixo.

### **Quadro 1 – Estrutura da pesquisa**

<b>1 Introdução</b>
➤ Descrição da pesquisa, do problema, da justificativa e dos objetivos.
<b>2 Procedimentos metodológicos</b>
➤ Detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados bem como da metodologia empregada para discussão e análise da temática proposta.
<b>3 Informação e Ciência da Informação: aproximações teóricas</b>
➤ Apresentação e análise dos conceitos e particularidades de Informação e CI,

incluindo o posicionamento de Marx sobre ciência e uma leitura da CI a partir de uma perspectiva marxista
<b>4 Mediação da Informação: conceitos, características, classificação e particularidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Exposição dos conceitos de mediação da informação suas características, particularidades e sua importância não só para a ciência como também para o desenvolvimento social. Também, apresenta-se outras categorias como os conceitos de mediador, equipamentos informacionais e dimensões da mediação da informação.</li> </ul>
<b>5 ColInfo: conceitos e especificidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estudo da ColInfo, suas características e dimensões, dando ênfase à formação e à importância do protagonista social.</li> </ul>
<b>6 Da consciência de classe à revolução: aspectos da teoria marxista da luta de classes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Explicação acerca da teoria marxista – e do pensamento marxiano – da luta de classe, ressaltando os conceitos, características e discussões relativos à classe social, luta de classes, consciência de classe e sindicalismo.</li> </ul>
<b>7 Movimento Sindical: Histórico e atualidade brasileira</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capítulo destinado a narrativa histórica do movimento sindical no mundo ocidental e no Brasil, bem como uma explicação acerca do movimento sindical nacional na atualidade por meio da exposição e análise de dados apresentados pelo último relatório do Dieese publicado até a elaboração desta tese, que descreve as greves ocorridas no Brasil em 2023.</li> </ul>
<b>8 ColInfo e Mediação da Informação como instrumentos de formação da Consciência de Classe: novas perspectivas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fechamento da pesquisa com proposta de expansão da dimensão política da mediação da informação e da ColInfo, com a inclusão de duas esferas no interior de tal dimensão, sendo elas a dimensão política em sentido lato – com desenvolvimento do protagonismo social e da consciência em si, e a dimensão política em sentido estrito – marcada pelo alcance da consciência para si que torna a classe operária apta a realização de seu desígnio histórico – movimento revolucionário de cariz comunista – pautado nos ideais da teoria marxista da luta de classes.</li> </ul>
<b>9 Considerações finais</b>
<b>Referências</b>

Elaborado pela autora (2025).

## 1.1 Problema de Pesquisa

Para o real desenvolvimento do conhecimento científico se faz necessário o diálogo entre todas as áreas do saber. Desenvolver apenas áreas específicas é apenas uma tentativa de aprimoramento científico, principalmente em se tratando das ciências sociais.

A informação é de extrema importância para a existência das relações sociais e dos próprios fenômenos sociais. A sociedade não existe sem a informação, e limitar a investigação dos processos informacionais à Ciência da Informação sem relacioná-los a outros campos do pensamento científico traz lacunas à compreensão de fenômenos importantes ao desenvolvimento social e científico. E relacionar, em uma única pesquisa, conceitos oriundos da CI e da teoria marxista da luta de classe trará embasamento científico para o desenvolvimento de ambos os campos do saber.

Assim, apresenta-se os seguintes questionamentos: Qual a relação existente entre a mediação da informação, a ColInfo e o processo de formação de consciência de classe? Como ocorre a mediação da informação no processo de formação da informação? Em quais dimensões da mediação da informação e da ColInfo se situa a consciência de classe para si? Qual a relação existente entre o protagonismo social e a consciência de classe?

## 1.2 Justificativa

Oliveira (2001, p. 143) apresenta o conceito de CI adotado pela Unesco: “designa um campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objeto o estudo de fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização da informação em todos os campos do saber”, que evidencia sua interdisciplinaridade à uma ampliação de seu campo de atuação.

Assim, a presente pesquisa se insere nos objetivos do campo de estudos da CI. Outrossim, é válido salientar que este campo científico deve ir além do proposto em Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. À CI cabe, também, a produção de conhecimento científico e o diálogo com outros campos do saber.

Além, a informação, em todos os seus desdobramentos, está presente nas relações sociais, tanto na esfera individual quanto na coletiva, de modo que seu

estudo se mostra de fundamental importância para o desenvolvimento não só da CI, mas das Ciências Sociais como um todo.

Identificar e analisar os processos informacionais que permeiam o processo de formação da consciência de classe e a sua relação com desenvolvimento de ColInfo, reserva, além de uma tarefa instigante, a possibilidade de verificar a aplicabilidade prática de teorias científicas do campo da informação e da sociologia. Além do que, mister se faz que a CI amplie sua área de atuação e confirme perante as demais ciências sua importância em relação à identificação e solução de problemas no âmbito social e político. Neste sentido, sugerem Barboza e Almeida Júnior (2017, p. 70) que estudos relacionados à mediação da informação sejam desenvolvidos a fim de fomentar debates necessários ao desenvolvimento do tema:

A continuação de pesquisas que contemplam os fundamentos sociais e epistemológicos da mediação da informação, dos fluxos de informação e outros temas abarcados pela Ciência da Informação, proporcionando, com isso, um debate transversal sobre a complexidade inerente aos fenômenos investigados por essa ciência de natureza social, com postura pós-moderna e atuação interdisciplinar.

Também, é válido salientar que pesquisas sobre a temática envolvendo processos informacionais e a formação da consciência de classe são pouco desenvolvidos, e são raros os estudos acerca desta relação no ambiente brasileiro.

Outrossim, o desenvolvimento desta pesquisa possui potencial de impactar consideravelmente a atuação sindical, aprimorando-a, já que demonstrará a importância da informação e de sua mediação de forma consciente no processo de formação da consciência operária a ser realizada, inicialmente, pelos sindicatos que, se identificando como mediadores da informação, poderão orientar sob um novo ângulo a ação sindical e sua aproximação com os trabalhadores.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Verificar e analisar os impactos informacionais na formação da consciência de classe e a relação existente entre a mediação da informação, a ColInfo e o processo de formação da consciência de classe, mais precisamente a consciência operária.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar os conceitos e particularidades de mediação da informação e de ColInfo de acordo com a literatura da área da CI e suas relações com a formação do protagonista social;
- Apresentar as fases do processo de formação da consciência operária situando-o no campo da luta de classes;
- Identificar as dimensões da mediação da informação e da ColInfo em consonância com o desenvolvimento da consciência operária;
- Situar o sindicato, enquanto instituição, como mediador da informação no processo de formação da consciência de classe;

### 1.3.3 Hipóteses

A presente pesquisa se baseia em duas hipóteses, sendo que a primeira se baseia na presunção de ser a consciência de classe desenvolvida por meio do processo de mediação da informação. Tal hipótese se justifica em razão de ser a consciência de classe um produto social, desenvolvida na dinâmica das relações de produção e por intermédio da mediação humana que, de acordo com a teoria marxista da luta de classes, tal mediação é realizada pelo sindicato.

A segunda hipótese assenta-se na concepção de ser o alcance do protagonismo social a ruptura com a consciência alienada e início da formação da consciência de classe, sendo que este processo se desenvolve no curso da dimensão política da mediação da informação, que deverá ter sua abrangência expandida a fim de comportar dois níveis referentes aos momentos de desenvolvimento da consciência de classe, de modo que na dimensão política em sentido lato ocorre o desenvolvimento do protagonismo social e da consciência em si e, na dimensão política em sentido estrito ocorre o desenvolvimento da consciência de classe revolucionária – consciência para si.

As hipóteses apresentadas serão articuladas e comprovadas, ou não, por meio do desenvolvimento dos objetivos, geral e específicos, já delimitados nesta pesquisa.

O Quadro 2 identifica e relaciona os autores e suas ideias que foram utilizados para a elaboração desta introdução.

### Quadro 2 – Introdução

Introdução	
Autores (as)	Contribuições
Farias (2016)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador utiliza a informação para construir conhecimento;</li> <li>➤ Por meio da mediação da informação que o sujeito conhece a realidade a sua volta.</li> </ul>
Oliveira (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre a informação e a ação política.</li> </ul>
Souza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Importância da CI para a criação de conhecimento em outros campos do saber científico.</li> </ul>
Justificativa	
Autores(as)	Contribuições
Antunes (1989)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Necessidade do movimento sindical ir além da luta econômica.</li> </ul>
Barboza e Almeida Júnior (2017)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incentivo ao estudo da mediação da informação.</li> </ul>
Frederico (1978)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Movimento sindical como fruto da atividade do proletariado.</li> </ul>
Oliveira (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceito de CI adotado pela Unesco.</li> </ul>

Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2024).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos e o método de análise utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa.

### 2.1 Caracterização da pesquisa

O principal aspecto que caracteriza o conhecimento científico – e o difere do senso comum – é a utilização de métodos científicos para sua construção. Neste sentido, Valentim (2005) esclarece que a natureza da ciência é compreensiva e metodológica e que o “fazer ciência” deve seguir procedimentos que permitam a observação racional dos fatos, a interpretação e a explicação adequada de fenômenos. Marconi e Lakatos (2017), no mesmo sentido, entendem que o que caracteriza o pensamento científico é a forma, o método e os instrumentos utilizados para sua construção. Assim, a importância da utilização de métodos científicos é o que possibilita o reconhecimento dos objetos da pesquisa, da sua natureza e de seus aspectos mais importantes (Valentim, 2005).

Desta forma, passa-se à descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da presente pesquisa.

Em relação à sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, já que pretende a geração de conhecimentos que visam aplicação prática. Outrossim, é válido salientar que a pesquisa aplicada é capaz de contribuir com fatos novos, podendo iniciar, rejeitar ou até mesmo reformular teorias, além de integrar e verificar teorias, auxiliando no esclarecimento de pressupostos, ideias e conceitos (Siena, Braga, Oliveira e Carvalho, 2024).

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa se apresenta como qualitativa, já que busca compreender o desenvolvimento dos fenômenos sociais e sua relação com o sujeito, além de permitir a revisão de hipóteses, conceitos e pressupostos. Para Silva, Martins Júnior, Silva e Nunes (2022) a pesquisa qualitativa permitiu que problemáticas contemporâneas de caráter social passassem a ser analisadas de forma mais ampla não se restringindo à descrição da realidade por técnicas de quantificação. Ainda, para os mesmos autores, a pesquisa qualitativa propicia um vasto panorama acerca do objeto de estudo pois considera a sua dimensão ampla e o seu caráter complexo de modo que exclui a sua compreensão à luz da racionalidade técnico positivista que se baseia exclusivamente na realidade exterior dos fatos e, também complementam que o

objetivo da pesquisa qualitativa é compreender a multiplicidade de significados e sentidos que caracterizam as subjetividades dos sujeitos ao se relacionarem com a dimensão social.

Para Alves e Aquino (2012), a pesquisa qualitativa propicia uma visão da realidade social como um processo que é resultado da interação dos indivíduos entre si e com o meio social, além de promover estudos dos fenômenos onde eles se manifestam. A pesquisa qualitativa se apresenta como um campo de práticas e discursos diversificados e múltiplos, situando o pesquisador no mundo, realizando a interação entre o sujeito e o objeto e reconhecendo a presença de valores em todo o processo investigativo. Neste sentido, Siena, Braga, Oliveira e Carvalho (2024, p. 55) afirmam que

A análise de dados nos métodos qualitativos passa por uma desconstrução dos textos ou falas, para depois passar à construção a partir da concepção do pesquisador. Esta reconstrução significa o trabalho de ressignificar a visão da realidade coletiva trazida no corpus da pesquisa com a intervenção da visão do pesquisador. Neste ato o pesquisador irá interpretar a interpretação de mundo dos sujeitos de pesquisa ou dos textos, imagens, etc.

Em relação aos seus objetivos, esta pesquisa se classifica como exploratória, já que tem como finalidade esclarecer e desenvolver novos conceitos e ideias. De acordo com Gil (2008) a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema visando torná-lo explícito a fim de possibilitar nova construção teórico científica, sendo desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão mais ampla – do tipo aproximativo – sobre determinado fato ou fenômeno. Outrossim, o resultado das pesquisas exploratórias passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos de pesquisa, o presente estudo se classifica como pesquisa bibliográfica e documental, sendo elaborada e desenvolvida a partir de material já publicado – artigos científicos, livros e relatório elaborado pelo DIEESE que apresenta o panorama das greves realizadas no Brasil no ano de 2023.

## **2.2 Tratamento, análise e interpretação**

Para a realização desta pesquisa utilizou-se a Revisão Sistemática da Literatura – RSL, já que se trata de um método dotado de transparência e confiabilidade, sendo que seu resultado não se trata de uma mera exposição

cronológica ou linear de um tema específico, mas é caracterizado por propiciar uma análise crítica acerca do conteúdo pesquisado. RSL é um processo, método científico, que permite conhecer, sintetizar e avaliar uma gama de trabalhos científicos visando a construção de uma fundamentação teórico-científica sobre uma determinada temática.

A RSL é um método pautado em análises de pesquisas já realizadas, de tal modo que estas são consideradas estudos primários e aquela um estudo secundário. No entanto, tal fato não o caracteriza como ineficaz ou impreciso, muito pelo contrário, por se tratar de uma metanálise, a RSL identifica, avalia e interpreta os estudos mais relevantes sobre o tema escolhido, além de indicar onde novas pesquisas são necessárias, direcionar futuras pesquisas e apontar temas que foram negligenciados. Enfim, a RSL propicia a discussão metodológica e crítica do tema baseando-se nos estudos já realizados, o que permite a atualização do conhecimento científico.

Galvão e Ricarte (2020) entendem que a revisão da literatura evita duplicação de pesquisas e a aplicação das pesquisas em diferentes escalas e contextos, permitindo, também, a observação de possíveis falhas nos estudos realizados e o desenvolvimento de estudos que preencham as brechas nas pesquisas existentes, o que conduz a uma real contribuição para o campo científico. Além, os autores afirmam que a RSL possui um alto nível de evidência, se mostrando como uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos, sendo capaz de dar logicidade a um grande corpus documental e desenvolver uma pesquisa científica em todos os seus aspectos – objetivos, problema, metodologia, resultados e conclusão.

Seguindo o procedimento indicado pelo método escolhido, a presente pesquisa foi realizada de acordo com as seguintes etapas ou fases: Planejamento, Execução e Documentação.

A primeira fase, o planejamento, comporta a delimitação dos objetivos e do problema da pesquisa, a seleção das bases de dados que serão utilizadas para a pesquisa e a elaboração da estratégia de busca. Com os objetivos, hipóteses e problema já demarcados – conforme descritos na Introdução – passou-se a delinear as bases de dados a serem utilizadas, quais sejam, Brapci, Scielo Brasil e repositórios institucionais de universidades de renome.

Para cumprir com os objetivos propostos, para a primeira parte da tese – composta pela análise de temas oriundos da CI, determinou-se a realização de buscas utilizando os termos “mediação da informação”, “CoInfo”, “Competência em Informação” e suas combinações, sendo que para a elaboração do primeiro capítulo, incluiu-se nas buscas os termos “Ciência da Informação” e “Ciência em Marx”. Também foram utilizados livros impressos sobre os temas abordados.

Para a elaboração da segunda parte da pesquisa, na qual foram analisados temas relacionados com a teoria marxista acerca da luta de classes, utilizou-se para a pesquisa nas bases de dados, os termos “luta de classes”, “consciência de classe” e “sindicalismo”, sendo que, além das bases selecionadas, utilizou-se a biblioteca online do site Arquivo Marxista – marxists.org – organização marxistas que disponibiliza obras clássicas sobre o tema. Também foram utilizados livros impressos sobre os temas abordados.

Ainda, durante a realização do planejamento, foram pesquisados, em todas as bases de dados mencionadas nos parágrafos anteriores, a combinação dos termos “consciência de classe”, “CoInfo”, “mediação da informação”, “Ciência da Informação” e “luta de classes”, mas não foram encontrados textos que relacionassem tais temas de forma específica e úteis para esta pesquisa.

A fase de execução é composta pela avaliação e síntese crítica dos textos obtidos, pela seleção dos textos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão e pela extração dos dados relevantes para a pesquisa. Nesta fase da pesquisa, todos os textos obtidos foram devidamente analisados por meio da leitura integral de cada um deles sendo que o primeiro critério de exclusão foi a abordagem da temática selecionada, se era ou não relevante para a pesquisa; após, verificou-se os autores – titulação, vínculos acadêmicos e importância das suas contribuições para o pensamento científico.

Em relação à titulação dos autores, foram selecionados os textos que possuem entre seus autores, mestres e/ou doutores. Quanto aos vínculos dos autores, optou-se por aqueles vinculados a algum programa de pós graduação devidamente reconhecido pela Capes e/ou autores vinculados a alguma instituição de nível superior. Por fim, a escolha dos textos utilizados para a elaboração do presente trabalho científicos foram aqueles cujo conteúdo pudesse contribuir positivamente para a consecução dos objetivos propostos pela pesquisadora.

Com todos os textos devidamente selecionados, passou-se para a terceira etapa da elaboração da tese, a documentação, ou seja, a escrita.

O quadro 3 apresenta a síntese do método e dos procedimentos metodológicos descritos neste capítulo.

### Quadro 3 – Caracterização da Pesquisa

<b>Caracterização da pesquisa</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Em relação à natureza: pesquisa aplicada;</li> <li>➤ Forma de abordagem do problema: pesquisa qualitativa;</li> <li>➤ Em relação aos seus objetivos: pesquisa exploratória;</li> <li>➤ Quanto aos procedimentos técnicos: Pesquisa bibliográfica e documental;</li> </ul>
<b>Tratamento, análise e interpretação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ RSL – Revisão Sistemática da Literatura</li> </ul>

Elaborado pela autora (2025)

Já o quadro 4 relaciona os autores e suas ideias que foram abordadas na elaboração deste capítulo.

### Quadro 4 – Procedimentos Metodológicos

<b>Caracterização da Pesquisa</b>	
<b>Autores (as)</b>	<b>Contribuições</b>
Alves e Aquino (2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pesquisa qualitativa propicia a visão da realidade social como um processo;</li> <li>➤ Pesquisa qualitativa se apresenta como um campo de práticas e discursos diversificados e múltiplos;</li> <li>➤ Pesquisa qualitativa situa o pesquisador no mundo.</li> </ul>
Gil (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Características da pesquisa exploratória;</li> <li>➤ Pesquisa exploratória permite tornar o problema mais esclarecido a fim de propiciar sua investigação mediante procedimentos mais sistematizados.</li> </ul>
Siena, Braga, Oliveira e Carvalho (2024)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Características da pesquisa aplicada;</li> <li>➤ Pesquisa qualitativa permite a reconstrução do material pesquisado a partir das concepções do pesquisador ser afastar a objetividade.</li> </ul>
Silva, Martins Júnior, Silva e Nunes (2022)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pesquisa qualitativa não se restringe à descrição da realidade por meio de técnicas de quantificação;</li> <li>➤ Pesquisa qualitativa considera a dimensão ampla e o caráter complexo do objeto de pesquisa.</li> </ul>
Valentim (2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Natureza metodológica das ciências;</li> <li>➤ O “fazer ciência” deve seguir procedimentos científicos adequados;</li> <li>➤ É a utilização de métodos científicos que possibilita o reconhecimento dos objetos da pesquisa, da sua natureza e dos seus aspectos mais importantes.</li> </ul>
<b>Tratamento, análise e interpretação</b>	

<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Galvão e Ricarte (2020)	➤ Conceito e características da Revisão Sistemática da Literatura - RSL

Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2024)

### **3 INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS**

Mesmo sendo o objetivo da presente pesquisa a análise do processo de mediação da informação na formação da consciência de classe, pautada na corrente teórica marxista, é de fundamental importância a apresentação de um panorama histórico e científico da Ciência da Informação (CI), bem como do(s) conceito(s) de informação, a fim de melhor compreensão de todo processo analisado, bem como para fornecer o suporte teórico científico necessário para a construção e embasamento da ideia apresentada.

#### **3.1 Ciência da Informação: contextualizando**

A CI tem sua origem na década de 1960 e não se caracteriza como ciência apenas pelo fato de existirem periódicos e trabalhos científicos que precisam ser classificados, organizados e disponibilizados para o público em geral. Para Oliveira (2020) a CI tem por objetivo criar conhecimento e não apenas preservá-lo. A CI se caracteriza por ser mediadora de conhecimento e não provedora de informação (Queiroz; Moura, 2015).

Para Capurro (2003) a CI nasce em meados do século XX – pautada em um paradigma físico permeado por um enfoque cognitivo idealista e individualista – tendo como objeto o estudo da transmissão de mensagens e a computação digital. Na sua origem, a CI se fundamentava em ideais positivistas e era referendada pelos métodos das ciências naturais.

Com o passar dos anos e com a expansão da tecnologia para além dos limites governamentais e militares, seu enfoque foi se expandindo e novos paradigmas emergem. Capurro (2003) analisa esse processo e propõe a existência de três paradigmas – físico, cognitivo e social – enfatizando, contudo, que a evolução de tais paradigmas não é um processo linear e excludente, de modo que coexistem e são válidos para suporte dependendo do tema e enfoque estudados no bojo da CI.

No campo da CI o paradigma físico exclui o papel ativo do sujeito cognoscente nos fluxos e processos informacionais, partindo da ideia de um objeto físico (no caso a informação) que é transmitida de um emissor para um receptor, até mesmo por meio de um processo objetivo analisado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista. Este paradigma tem suas origens nas atividades clássicas desempenhadas pelos bibliotecários e documentalistas (Capurro, 2003).

Em oposição ao paradigma físico, surge o paradigma cognitivo que traz para o interior dos processos e fluxos informacionais a figura do sujeito cognoscente sem, no entanto, excluir a importância dos suportes físicos do conhecimento, o conteúdo de tais suportes e a recuperação da informação. Contudo, de acordo com o autor, este paradigma coloca o sujeito cognoscente como, além de sujeito propriamente dito nos processos e fluxos informacionais, objeto dos mesmos, de modo que se passa a analisar a atuação dele nestes processos e a forma como ele é, ou não, transformado pelo conhecimento. Reconhece-se, portanto, que o indivíduo possui necessidades informacionais e busca sua satisfação.

Em outra perspectiva ao modelo anterior, desenvolve-se o paradigma social, segundo o qual o indivíduo (ou sujeito cognoscente) não existe em si, mas faz parte de um todo socialmente construído. O sujeito cognoscente é um ser social. Aqui, a informação não é algo separado do usuário (como o é no paradigma físico) e o usuário, se mantendo como sujeito cognoscente, não vive em um mundo numênico. Ambos, informação e usuário, estão submersos em condicionamentos sociais e materiais do fazer e existir humanos. Para Capurro (2003, sem paginação)

Informação não é algo que comunica duas capsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico visto que todo sistema de comunicação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimento e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas. Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo.

Assim, Capurro (2003) nos fornece um panorama acerca dos enfoques da CI e sua aplicabilidade, de modo a fundamentar outros aspectos e características desta ciência seja no campo técnico ou subjetivo ou social.

A ciência deve construir procedimentos próprios que permitam a observação racional dos fatos, bem como a interpretação e a explicação adequada de tais fatos. Além, a ciência deve estabelecer princípios e fundamentos que direcionem todo o processo investigativo a fim, inclusive, de manter um enfoque homogêneo em seu campo de estudo. E, embora a CI tenha dado seus primeiros passos visando a preservação da informação (Biblioteconomia e Arquivologia), Araújo (2013) afirma que a sua evolução histórica abriu espaço para a construção de problematizações e reflexões de natureza crítica acerca dos fluxos e processos informacionais.

Silva, Nunes e Teixeira (2020, p. 186) explicam que a CI se caracteriza como uma área de conhecimento que busca “oferecer reflexões conceituais, teóricas e metodológicas sobre a informação, as tecnologias da informação e do conhecimento e os aspectos cognitivos e sociais que estão atrelados ao universo informacional”. Neste contexto, adiciona-se o entendimento de Queiroz e Moura (2015) segundo o qual, se baseando na teoria de Antônio Miranda, a CI também atua no controle da produção científica e no processo de manipulação e análise da literatura.

Assim, percebe-se que vários são os conceitos e os objetivos de CI e muitos autores escrevem sobre isso, contudo, é consenso que a CI se pauta na análise da informação e dos processos informacionais, tendo sido o seu desenvolvimento impulsionado pelo avanço tecnológico que propiciou maior fluxo informacional e o surgimento do que conhecemos como Sociedade da Informação, que se caracteriza como um contexto social maior em que a informação molda as práticas educacionais, trabalhistas e culturais cotidianas (Silva; Nunes; Teixeira, 2020).

Outro aspecto acerca da CI que é compreensão, entre alguns autores, acerca de seu caráter interdisciplinar. Neste sentido, Oliveira (2001) afirma que a CI é interdisciplinar por natureza. Queiroz e Moura (2015) indicam que, devido a este caráter interdisciplinar, muitos autores a denominam de “Ciências da Informação”.

De fato, a informação não é algo isolado (Queiroz; Moura, 2015), tampouco surge por geração espontânea (Almeida Júnior, 2015b). A informação é um produto social, existe mediante a existência de relações sociais, e é a partir dela que se cria conhecimento. A CI se desenvolve neste contexto não sendo possível reduzi-la a uma mera transmissora de conhecimento. A CI produz conhecimento e, por seu caráter epistemológico e interdisciplinar, tal conhecimento não se constrói e não é utilizado apenas em seu campo de estudo. A CI além de colaborar com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, também, colabora com as mais diversas áreas do saber científico, como o Direito, Economia, Eletrônica, Estatística, Filosofia, Informática, Linguística, Lógica, Matemática, Política, Psicologia, Sociologia e Telecomunicações (Queiroz; Moura, 2015).

Outrossim, Silva (2018) destaca que a informação é o componente principal na construção da sociedade, permeando e gerando discussões em todas as áreas de conhecimento o que, também, justifica o caráter interdisciplinar da CI. Neste sentido, Araújo (2018) complementa que o movimento interdisciplinar da CI constrói

o diálogo, no seu interior, das ideias e conceitos advindos de diferentes áreas do conhecimento, de modo que

[...] direcionados pela especificidade do olhar informacional promovido pela ciência da informação, conceitos oriundos de áreas díspares como psicologia, linguística, computação, sociologia e outras, são ressignificados na ciência da informação, num processo de apropriação que é, ele próprio, a dinâmica interdisciplinar da área (Araújo, 2018, p. 35).

Ainda, é válido salientar que este caráter interdisciplinar da CI, além de estar relacionado com a utilização, pela CI, das bases teóricas de outras áreas e outras áreas se utilizando de suas bases teóricas, se relaciona, também, com a variedade de profissionais que atuam por meio dela. Profissionais da informação não são apenas os bibliotecários e arquivistas. Existem profissionais da informação de outras áreas como, por exemplo, relações públicas, informáticos, jornalistas, delegados, médicos, advogados, administradores, entres outros (Rubi; Euclides; Santos, 2006).

Outro ponto que traz discussões no interior da CI relaciona-se ao seu objeto. No momento de sua consolidação enquanto ciência, seu objeto era indiscutivelmente a informação. Contudo, como afirma Almeida Júnior (2015b), em meados da década de 1990 surge, em especial no Brasil, um novo seguimento de pesquisa e estudos no seio da CI: a mediação da informação. Para este autor, a mediação da informação deve ser alçada como objeto da CI devido a sua importância, tanto no estudo da informação como na inclusão dos agentes sociais (usuários) no processo de formação de conhecimento.

De acordo com Silva (2018), a CI parte de uma abordagem social da informação, ou seja, confirma a ideia de que a informação não nasce espontaneamente na sociedade, mas é criada por meio da integração social. Neste sentido, Almeida Júnior (2015a) estabelece que o conhecimento, embora seja construído individualmente, só se estabelece na relação social, de forma que “[...] tanto o indivíduo como a natureza e a sociedade interferem na construção, embora pessoal, do conhecimento” (Almeida Júnior, 2015a, p. 142). Informação e conhecimento, embora distintos, são indissociáveis. A informação pode, por exemplo, surgir da constatação de um fato (até mesmo de origem natural), sendo o primeiro passo da origem do conhecimento que se construirá por meio de análises, acerca dessa informação, realizadas pelo indivíduo de acordo com as suas experiências e convicções.

Ainda, é válido salientar que essa informação, mesmo que baseada em um fato natural (como mencionado anteriormente) somente será uma informação porque tal fato foi reconhecido socialmente pelo sujeito, de modo que houve uma mediação social para a construção desta informação. Para Araújo (2013) o próprio conceito de informação nos conduz à necessidade de observar não apenas as técnicas e procedimentos metodológicos, mas, também, o pertencimento sociocultural dos sujeitos e a própria noção de que a informação é construída.

Sem abandonar este raciocínio, Souza (2003) defende a ideia de ser a CI uma ciência social – ideia corroborada por Queiroz e Moura (2015) – que responde a fatos sociais para estabelecer seu cunho teórico-científico. Segundo ele a informação chega ao humano pela facticidade da leitura, comunicação, conhecimento, educação, memória, política e economia, sendo que “esse conjunto de fatos sociais, isto é, de exterioridades gerais produzidas pela ação do coletivo humano, constitui os fenômenos ou blocos temáticos da CI” (Souza, 2003, p. 31). Neste aspecto, como ignorar a importância da mediação da informação, sendo que ela pertence indiscutivelmente da formação destes blocos temáticos da CI? Como afirma Silva (2018), a experiência humana depende da comunicação e da transmissão cultural, sendo que ambas constituem o ambiente da mediação.

Ainda, Araújo (2018) também compartilha a tese de ser a CI uma ciência social e humana, sustentando a ideia de que “[...] foi a percepção da dimensão propriamente humana nos fenômenos informacionais que colocou a necessidade de modelos próprios das ciências humanas para o estudo da informação” (Araújo, 2018, p. 37). De fato, é válido salientar que o referido autor não exclui o conteúdo fisicista e a vertente técnica da CI mas, acopla a esses aspectos o fato de ser a informação construída socialmente e de ser a CI uma ciência pautada ao estudo de todas as facetas em torno do fenômeno informacional.

Além, Araújo (2018) elenca outros fatores que determinam a CI como uma ciência social. Para ele, um dos aspectos de fundamental importância para essa classificação é o fato da CI passar a reconhecer a existência e a importância do sujeito nos chamados sistemas de informação, de modo que os fenômenos estudados passam a ser vistos como algo que não existe aleatoriamente ou “em si”. Também, passa-se a compreender que tais fenômenos “[...] são condicionados por processos históricos, econômicos, políticos, entre outros” (Araújo, 2018, p. 38).

Outro aspecto evidenciado por Araújo (2018) se pauta no fato de existir, nas ciências sociais, vários conceitos e teorias sobre os mesmos sujeitos e objetos, sem que um invalide ou elimine os demais. Neste sentido, Capurro (2003) assegura que os conceitos teóricos não são elementos verdadeiros ou falsos ou reflexos de uma realidade absoluta, mas são construções racionais direcionadas para desempenhar funções de acordo com as teorias e as ações práticas para quais o cientista busque fundamentação e suporte.

Ademais, este autor traz um aspecto metodológico que indica o viés social da ciência da informação. Segundo ele “a ciência da informação nasceu fortemente condicionada pelas determinações tecnológicas e por interesses estratégicos e, nesse contexto, viu-se mais bem atendida pelos referenciais das ciências exatas [...]” (Araújo, 2018, p. 36), o que consolidou, inicialmente, um modelo fisicista da CI. Com o desenvolvimento e fortalecimento da CI se torna perceptível que os métodos aplicados às ciências naturais não são absolutos e muito menos suficientes para o estudo de questões apontadas pelas ciências humanas e sociais, das quais a CI passa a se aproximar e a se integrar. Críticas, também, são traçadas ao positivismo. Com a crescente demanda da análise conceitual do termo conhecimento, que se deu nas décadas de 1980 e 1990, segundo Araújo (2018), a CI se aproxima do enfoque filosófico e cognitivo, passando a apresentar novos modelos metodológicos e conceituais do termo informação e suas variantes. Neste contexto, se opondo a esta perspectiva essencialmente objetivista de compreensão da informação, apresenta-se uma proposta subjetivista (Araújo, 2018).

Com essa mudança de paradigma, retoma-se, aqui, a tratar do papel exercido pela Biblioteconomia, pela Arquivologia e pela Museologia. De fato, são três áreas do conhecimento que não se deslocam da CI e que, talvez, não façam sentido sem sua aproximação com essa ciência. Afirmar que essas três áreas atuam apenas no campo tecnicista, voltado para a preservação e tratamento da informação, é um grande equívoco. A CI é uma ciência social cuja práxis está inserida em seu bojo. Ao afirmar que um dos objetivos da CI é a melhoria social, a construção de um conhecimento crítico e sua difusão, surge a necessidade de atores e instituições que realizem essa função.

Para Castro e Silva (2016) a CI se apoia numa concepção prática e direciona suas técnicas de campo para a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, relacionando suas formas ideológicas com o conhecimento prático.

Já Araújo (2018) além de afirmar que existe uma sintonia entre as perspectivas teóricas mais recentes nestas três áreas, destaca que a aproximação delas à CI possibilita a compreensão de como ocorre a produção e reprodução da cultura, e sua modificação, e o modo pelo qual atuam essas instituições neste processo. Outrossim, propicia a análise da dinâmica de interferências “[...] promovidas por atores institucionais ou não, nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação dos registros de conhecimento” (Araújo, 2018, p. 72).

Principalmente, o campo da Biblioteconomia, mesmo mantendo os aspectos de tratamento técnico dos documentos, se aproxima da função social da CI que é a difusão do conhecimento. Para Castro, Silva e Oliveira (2018), a Biblioteconomia é embasada por práticas sociais visando contribuir para que o conhecimento seja mais acessível aos indivíduos. Ainda, para os autores, o papel do bibliotecário é indispensável no processo de mediação da informação.

Na mesma perspectiva, Araújo (2018) afirma que “arquivos, bibliotecas e museus, seus afazeres e seus profissionais são entendidos como mediações, interferências específicas realizadas no âmbito da dinâmica informacional mais ampla de uma sociedade” (Araújo, 2018, p. 72). Para ele, bibliotecas, museus e arquivos devem ser parceiros, pois, possuem os mesmos objetivos em relação ao seu uso público e por promoverem a difusão da cultura e serem um espaço de construção de identidade (Araújo, 2018).

De fato, não é possível excluir a importância destas instituições para a CI, no entanto, não nos cabe aqui o aprofundamento do tema.

### 3.1.1 Ciência da Informação: instrumento de transformação social ou instrumento de dominação?

Devido à sua interdisciplinaridade<sup>1</sup>, a CI dialoga com os mais variados campos do saber científico e abarca um número incontável de profissionais da informação oriundos de outras áreas não apenas científicas, mas também profissionais, que ultrapassam os muros da universidade. Dessa forma, é possível afirmar categoricamente que a CI influencia no desenvolvimento e no comportamento tanto social como individual, contribuindo, inclusive para a evolução e concretização da sociedade da informação no âmbito global.

---

<sup>1</sup> Levando em consideração que, nesta pesquisa, defende-se o posicionamento de ser a CI uma ciência interdisciplinar.

Rubi, Euclides e Santos (2006) afirmam que a informação tem um papel fundamental para o desenvolvimento da cidadania, sendo que Souza e Almeida Júnior (2015) acrescentam que a missão da CI é contribuir para a criação da capacidade reflexiva dos sujeitos, “[...] pois o direito à informação é a base para qualquer reivindicação consciente de mudança” (Souza; Almeida Júnior, 2015, p. 136).

Silva (2018), em diálogo com vários autores, nos traz alguns elementos que contribuem para a compreensão da CI como um campo que ultrapassa a teoria, fundamentando a *práxis* em todos os âmbitos da sociedade. Em um primeiro momento o autor aponta para a importância da informação visando a harmonização do mundo, neste ponto é possível questionar se toda e qualquer informação exerce esse papel. Vivemos em um momento em que a disseminação da informação ocorre com velocidade extrema por meio da internet e das redes sociais, podendo ser consumidas e absorvidas pelos usuários passivamente, sem questionamentos ou posicionamento crítico. As chamadas *fake news* e a desinformação<sup>2</sup> também contribuem, embora não de forma positiva, para a construção de conhecimento – ou “desconhecimento” nos indivíduos. Como já dito anteriormente, a CI também se ocupa com questões relacionadas à manipulação da literatura que se estende à informação. É papel da CI o estudo da informação em todos os seus processos e fluxos – produção, representação, organização, recuperação, disseminação e uso da informação em suas mais variadas linhas (Silva, 2018).

De fato, a CI tem como um dos seus objetivos apontar a solução para os problemas informacionais, sendo que o impulso maior para o seu desenvolvimento se deu com a ocorrência da sociedade da informação, na qual a informação e o conhecimento são peças fundamentais não apenas para o desenvolvimento social como, também, para a manutenção do poder, de modo que, como aponta Almeida Júnior (2015a) a CI pode servir, inclusive, como um instrumento de dominação.

A informação não nasce naturalmente, é criada socialmente. O conhecimento da mesma forma. O sujeito, com base em um conhecimento anterior, modifica a informação recebida e cria novo conhecimento. Mas, este indivíduo é um ser social e seu conhecimento, mesmo que individual, é criado de acordo com suas experiências sociais e com o seu lugar ocupado na sociedade, ou seja, de acordo com a classe

---

<sup>2</sup> O termo *fake news* é utilizado para se referir a notícias falsas, criadas ou manipuladas com o objetivo de criar desinformação, ou seja, visando confundir, enganar ou manipular o público.

social a qual faz parte e com o ambiente social no qual está inserido. Não estamos falando de fenômenos naturais, mas de construções sociais de natureza subjetiva.

Neste sentido, Almeida Júnior (2015a, p. 140) afirma que

A informação não é algo natural, não surge por geração espontânea, ao contrário, é ela produzida e vai se construindo em todo o seu ciclo de vida, incorporando a cada momento novos significados que podem ser observáveis ou estarem camuflados, escondidos nas dobras de vários interesses.

E, desvendar esses interesses que permeiam a informação e seu fluxo faz parte dos objetivos da CI sendo, inclusive, que uma das ferramentas utilizadas para tanto é a formação da competência crítica em informação que, também, será tratada neste trabalho em momento oportuno.

Neste contexto, Silva (2018) indica que a CI deve se preocupar com a função social dos serviços prestados por ela à sociedade a fim de promover melhoria social. De fato, a CI possui constructos teóricos para tanto. Com a informação pronta, a mediação permite a sua apropriação que, por sua vez, propicia a construção do conhecimento que contribui para a formação da competência crítica em informação, o que permite que o indivíduo se torne protagonista apto a modificar a realidade social na qual está inserido. Todo esse processo será delineado e analisado no decorrer da presente pesquisa, buscando relacioná-lo com a teoria marxista no tocante a luta de classes.

### **3.2 Ciência em Marx e seus reflexos sobre a Ciência da Informação**

Karl Marx não dedicou à escrita de textos específicos que abordem sua concepção de ciência. Contudo, pode-se chegar a algumas considerações mediante a leitura e interpretação de certos trechos que trazem alguns indícios sobre o tema.

Inicialmente, é importante salientar que Marx elabora sua teoria em meados do século XIX<sup>3</sup>, período em que se alavancava os ideais positivistas e os postulados das ciências natural e exata estavam em evidência. Marx não rompe com esses modelos, mas os considera insuficientes para análise científica da sociedade. Neste sentido, Bensaïd (2013) afirma que Marx, mesmo vislumbrando a separação entre as ciências da natureza e a ciência do homem, pondera que tal distinção não é eterna, mas um momento do saber que, com o passar do tempo, chegará a uma só ciência: a da natureza humanizada e do homem naturalizado.

---

<sup>3</sup> Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818 em Tréveris, Alemanha, e faleceu aos 64 anos de idade em Londres, Reino Unido, no dia 14 de março de 1883.

Alguns autores, como Feijó (2015), afirmam que Marx rompe com a forma como o objeto, no âmbito da ciência do homem ou da sociedade, era tratado pois incorpora uma nova visão acerca do processo social criticando a noção das leis naturais na sociedade. Marx, para o mesmo autor, busca adaptar e “[...] substituir os métodos empíricos e tradicionais das ciências naturais por algo equivalente na ciência social (...) Marx fia-se no jogo entre essência e aparência em oposição a uma abordagem positivista da ciência” (Feijó, 2015, p. 306).

O que determina o posicionamento de Marx em relação às ciências que prevaleciam em sua época, se baseia na própria ideia que ele tem de sociedade e de relações sociais. Como é sabido, a obra marxiana é estritamente social<sup>4</sup> e não se trata de uma obra expositiva da sociedade ou do capitalismo, mas sim explicativa, tendo em vista que o autor, além de aprofundar sua análise indicando a existência de contradições e de oposição entre a aparência e a essência dos fatos e das relações sociais, aponta para a solução das mazelas e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária – Comunismo.

Ainda, contrapondo o positivismo vigente à época, Marx afirma que o desenvolvimento social não é linear e insere no contexto científico os conceitos de materialismo histórico, dialética e *práxis*, de modo que não é possível, segundo ele, o desenvolvimento de uma ciência social excluindo esses pré-conceitos, haja vista, entretanto, ser o materialismo histórico e a dialética métodos científicos de investigação. Também, em relação à aplicação dos métodos das ciências naturais às análises sociais, é válido salientar que, como observa Bensaïd (2013) as investigações da natureza obedecem a uma ordem lógica e até mesmo cronológica, o que não ocorre com os processos sociais que, por sua vez, estão subjugados a uma desordem histórica.

Buscar a análise da sociedade por meio da perspectiva do materialismo histórico é entender, em primeiro lugar, que a sociedade é uma totalidade concreta produzida pelo homem desde os primórdios, de modo que uma futura geração de seres humanos continua (reproduz) o processo de produção da vida material com base no desenvolvimento social produzido e herdado da geração anterior. Para Marx, esse processo é chamado de produção e reprodução da vida material, das

---

<sup>4</sup> Neste aspecto, é válido salientar que, quando se refere à ciência e sua crítica, Marx se refere precisamente à Ciência Econômica. Neste sentido, Bensaïd (2013) afirma que Marx não vislumbrava seu trabalho como uma criação positiva de uma nova doutrina, mas como uma “crítica da economia política”.

relações materiais de produção – não entendida aqui como uma produção mercantil apenas, mas como produção das relações sociais, relações do homem com a natureza e do homem com o próprio homem. O homem produz e reproduz a si mesmo enquanto ser social. Ainda, é válido salientar que este processo ocorre por meio do trabalho, não o trabalho assalariado que é típico da fase capitalista do desenvolvimento social, mas o trabalho do homem ao modificar a natureza e a si próprio.

Outro aspecto a salientar é que esta totalidade concreta, representada por Marx, comporta duas faces distintas e percebidas de maneira diferente pelos homens. Para ele a realidade percebida é apenas a aparência das relações sociais e dos fenômenos, sendo, portanto, o mundo fenomênico dos homens. E essa cisão da totalidade é de fundamental importância para a compreensão da ciência marxiana. A maior crítica deste pensador acerca da ciência reside no fato do objeto ser analisado superficialmente, ou seja, sem levar em consideração os aspectos históricos e dialéticos e desconsiderando que sua aparência difere de sua essência.

Neste sentido reside a conclusão de Marx de que a ciência seria desnecessária se a essência e a aparência das coisas coincidissem de forma imediata

Borges (2021), complementando, afirma que a relação entre o fenômeno (aparência) e a essência somente podem ser entendida por meio da vertente do materialismo histórico-dialético – método científico criado por Marx.

Também, interessante mencionar o papel revolucionário atribuído por Marx à ciência. De acordo com Feijó (2015), Marx defendia um pesquisador ativo capaz de apoderar-se da matéria em seus pormenores se utilizando de métodos e técnicas de pesquisa das mais variadas, tendo a empiria como fator fundamental.

Outrossim, como já mencionado, o fato é que Marx acredita que a ciência possui um papel imprescindível na transformação social pois fundamentaria cientificamente a ação revolucionária<sup>5</sup> – entendida aqui como a *práxis* revolucionária – capaz de extinguir um sistema baseado na opressão e exploração do homem, e fornecer as bases para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

Delimitada a ideia de ciência em Marx, torna-se possível avançar na compreensão do significado de pensamento científico em todo em esse contexto. Ciência, para Marx, foi aqui apresentada levando em consideração a ruptura com os

---

<sup>5</sup> Trata-se do contexto da luta de classes que será tratada em capítulo específico.

métodos tradicionais de sua época, bem como a demonstração da necessidade de uma ciência – e, conseqüentemente, de um sujeito investigador – ativo e revolucionário. Contudo, o produto da ciência também deve ser pensado e analisado.

Retomando a discussão acerca da existência do fenômeno e da aparência, de uma forma mais objetiva, é permitido destacar a teoria da estrutura e da superestrutura desenvolvida por Marx e Engels (1998) na obra *A Ideologia Alemã*.

Marx e Engels (1998) partem da premissa de que não é a consciência do homem que determina seu ser social, mas o contrário, é o ser social que determina a consciência do homem. Para eles todas as formas de consciência perdem a aparência de autonomia devido a percepção alienada que o homem tem das relações sociais.

Como já mencionado, o materialismo histórico pressupõe o processo de produção e reprodução da vida por meio do trabalho, que gera um conjunto de forças produtivas e relações sociais de produção que formam a estrutura da sociedade, sobre a qual se ergue a superestrutura constituída das instituições políticas e sociais, como a educação, o pensamento científico, o direito, a moral, a religião e qualquer outra forma de ideologia.

Em outras palavras, a superestrutura protege a estrutura social, possibilitando a sua produção e reprodução. E, partindo do fato de ser a história da sociedade a história da luta de classes (Marx; Engels, 2007) e que a fase capitalista da história é caracterizada pela hegemonia do capital (representado pela classe burguesa – detentora dos meios de produção) em detrimento da classe trabalhadora, tem-se que a superestrutura, sob o capitalismo, mantém (legítima) e reproduz a exploração e a opressão da classe que vive do trabalho.

Martins, Silva e Silva (2006) afirmam que estrutura da sociedade, ou a base real sobre a qual se levanta a superestrutura, condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009, p. 37) corroboram tal posicionamento ao sustentar que a consciência “[...] encontra-se na base econômica e material da sociedade, no modo como os homens estão organizados no processo produtivo (...) esta base relaciona-se diretamente à forma adotada por suas instituições”.

Na verdade, Marx e Engels (2011) entendem a emancipação dos indivíduos – libertação das condições opressoras sob o capitalismo – é a emancipação em todos

os níveis, inclusive – e, principalmente – da consciência, sendo que somente ocorrerá por meio da ciência e da expansão do conhecimento, que fundamentará a *práxis* revolucionária.

Contudo, ao integrar a superestrutura, a ciência e o conhecimento se tornam propriedade do capital e atuam como um instrumento fundamental de dominação ideológica para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder (Marx; Engels, 2011). Neste contexto, Marx é enfático ao afirmar que a ciência não existe para a plebe (Marx; Engels, 2011).

Ainda, os autores afirmam categoricamente que as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias da classe dominante de seu tempo, sendo que a força dominante é ao mesmo tempo a força dominante intelectual, ou seja, quem detém os meios de produção controla a produção intelectual e subordinam, também intelectualmente, a classe dominada (Marx; Engels, 2011).

Para situar a CI neste cenário, importante verificar o conteúdo de seus estudos, a sua produção científica. A informação está presente em todos os âmbitos sociais e pode ser utilizada tanto para a manutenção, legitimação e reprodução do sistema capitalista, quanto para a emancipação do homem e superação de tal sistema. Estudos em mediação da informação ou em competência em informação, por exemplo, são ambíguos. É possível alcançar todas as dimensões da Competência em Informação (ColInfo) e da mediação da informação sem romper o mundo fenomênico. Desenvolve-se a ColInfo nos indivíduos com qual objetivo? Desvendar a aparência das coisas e propiciar a emancipação humana ou qualificar o indivíduo para se manter no sistema legitimando-o? Busca-se com esta pesquisa a resposta para tais questionamentos.

Não obstante, quando se trata de gestão da informação e, também da ColInfo, em ambientes empresariais, a questão se torna mais clara. De acordo com Antunes (2005, p. 18),

[...] quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada “empresa moderna”, quanto mais racionalizado é o seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das “competências”, da chamada “qualificação”, da gestão do “conhecimento”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho.

Antunes (2005), ainda, complementa afirmando que a “gestão do conhecimento e da competência” está intimamente relacionada com os ideários da

“empresa enxuta” que, buscando a competitividade reduz o trabalho vivo e amplia sua dimensão tecno-científica, o trabalho morto.

O aumento da precarização do trabalho e do desemprego reflete na sociedade e na consciência dos homens, acirrando a opressão, a pobreza e a desigualdade.

Qual o papel da CI neste cenário?

Para o pensamento marxista, como bem ponderam Martins, Silva e Silva (2006), a produção do conhecimento deve se dar na perspectiva do materialismo histórico indo além da aparência do fenômeno, buscando revelar as relações reais a fim de transformar o concreto abstrato. Cabe à CI desvendar seu próprio caminho e a pesquisa que aqui se apresenta parte exatamente da premissa de ser a CI apta à transformação estrutural da sociedade.

### **3.3 Informação: conceito(s) e características**

Apresentar um conceito de informação, à primeira vista, parece ser uma tarefa fácil, mas não é. Como mencionado em tópico anterior, a CI, por ser uma ciência social, pode manter em seu interior vários conceitos sobre o mesmo objeto sem que um destes conceitos invalide ou modifique outros. Assim se dá com o conceito de informação. Não há unanimidade, na CI, em relação à escolha de apenas um conceito que seja aceito como único e universal.

Contudo, é válido destacar que, conforme defendem Capurro e Hjørland (2007), conceitos teóricos, em um discurso científico, não podem ser considerados falsos ou verdadeiros, nem mesmo reflexo da realidade. Para eles, os conceitos são construções teóricas para realizar um determinado papel, ideia também defendida por Araújo (2018), que afirma que os conceitos são construções realizadas pelos cientistas e baseadas em determinadas teorias ou paradigmas. Assim, pode-se concluir que a utilidade – até mesmo a validade – de um conceito se pauta na função exercida por ele frente àquilo que pretende dar suporte ou fundamentação.

Para esta pesquisa, não tem sentido a utilização de um modelo fisicista do conceito de informação, como aquele utilizado na engenharia ou nas ciências naturais, segundo o qual a informação existe independente de um sujeito observador, ou seja, é possível, nesta perspectiva, que a informação exista em si e por si mesma. A proposta aqui apresentada parte de uma função social da informação agregada ao seu paradigma cognitivo, onde o sujeito – seja o produtor

ou o usuário da informação – é visto como um ser social, ou seja, motivado pela realidade social e material à qual ele está inserido.

Outro aspecto acerca da informação que é importante frisar, reside no fato da informação não ser matéria ou energia. Capurro e Hjørland (2007), citando Norbert Wiener, salienta que a informação é simplesmente informação. Alguns autores, como Gomes (2021), indicam que a informação é um fenômeno, mais precisamente um fenômeno social.

A informação, também, não é pura e não nasce por geração espontânea (Almeida Júnior, 2015b), “a informação está dirigida para mentes humanas e é recebida por mentes humanas” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 160). Na verdade, a informação por si só é desprovida de sentido. A atribuição deste sentido é dada pelo indivíduo que interpreta a mensagem de acordo com sua necessidade, desejos, crenças, experiências e conhecimentos prévios. Neste sentido, afirma Almeida Júnior (2021) que a informação receberá significados em todas as instâncias e sujeitos com os quais se relacionará em todo o seu ciclo de vida.

Interessante mencionar que a informação, embora aparentemente na sua origem seja única, se multiplica e se torna várias informações decorrentes da informação inicial. “A informação não é uma informação, mas informações geradas por uma informação” (Almeida Júnior, 2021, p. 13).

Para Gomes (2021) a informação é o conhecimento em estado de compartilhamento, o que comunga com o exposto por Almeida Júnior (2021) no momento em que indica que quando o conhecimento explícito é exteriorizado se transforma em informação. Assim, partindo deste posicionamento, é possível estabelecer uma dinâmica existente em informação e indivíduo – sujeito.

De fato, não há como deslumbrar o sujeito como mero receptor da informação. Por mais que a informação inicial não tenha sido por ele originada, ele não é inerte perante ela. Ainda, por mais que se aprecie a ideia de ser a informação originada do conhecimento exteriorizado, compartilhado, socializado, existem posicionamentos contrários, segundo os quais a informação é a matéria-prima do conhecimento (Batista; Farias, 2019). Neste mesmo sentido, Queiroz e Moura (2015) afirmam ser o conhecimento resultado do processo de apropriação da informação, onde o sujeito incorpora o seu sentido e o associa ao conhecimento já possuído por ele.

Que a informação é construída, não resta dúvidas. Necessário se faz compreender sua atuação sobre o indivíduo e vice-versa.

Tomar posição acerca a informação preceder o conhecimento ou o conhecimento preceder a informação pode ser uma atitude prematura, tomada sem a verificação do processo e da relação existente entre eles – informação e conhecimento – e o sujeito. De fato, e como mencionado, a informação não é um fenômeno natural, originado sem a atuação humana. O conhecimento também não é.

A informação, por mais que seja conhecimento compartilhado, elaborado pelo emissor, chega ao indivíduo receptor – que será receptor apenas por um momento – não como conhecimento, mas como informação que, após apropriada e interpretada pelo receptor – que nesse momento não é mais vislumbrado como receptor mas sim como um sujeito ativo, produtor de conhecimento – é ressignificada e se transforma em conhecimento que será compartilhado como informação ao próximo sujeito. O sujeito, portanto, se apropria dessa informação, a transmuta em conhecimento e a repassa como nova informação. Neste processo, pode-se contextualizar a figura da mediação da informação que será explorada minuciosamente em tópico futuro.

Outro aspecto a salientar, se baseia na ideia da informação ser informação dependendo da necessidade do indivíduo, ou seja, se é algo informativo ou não para ele, se satisfaz ou não a sua busca, se dirime a sua dúvida ou se modifica seu conhecimento, seu pensamento. Para Capurro e Hjørland (2007), o que é informativo, também depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo. Assim, a informação pode ser transmitida carregada de um único sentido (aquele dado pelo seu produtor/emissor) e se transformar em inúmeras informações dependendo das significações e interpretações dadas pelos receptores – já atuando como produtores – sobre a mesma informação. Inclusive, esses processos podem ocorrer de forma simultânea, ou não, de forma linear, ou não, no mesmo espaço de tempo ou não. Além, a informação pode gerar conflitos e não saná-los.

De fato, como salienta Almeida Júnior e Santos (2019), após apropriada, a informação não se desfaz, não se exaure; ela se funde ao conhecimento prévio do indivíduo, ela altera, em diferentes graus a depender das habilidades e interesses do sujeito, o conhecimento do indivíduo, inclusive, podendo transformar o modo de ser e de pensar dele, sua essência, seu ser social, sua consciência, mesmo sem nunca mais ser reconhecida, nele, isoladamente.

Contudo, é válido lembrar que, conforme afirma Gomes (2000), o homem também é capaz de processar informações originadas de suas relações com o meio ambiente, sem invalidar a tese de ser a informação uma construção ou um fenômeno social. Por exemplo, um indivíduo percebendo, a priori, que o gato mia, constatou um fato, conheceu este fato, apropriou esta ideia. Quando ele comunica para outro indivíduo, ele o informa. Esta informação, de que o gato mia, foi construída na relação com o outro que elaborará seu conhecimento com base nela e nos seus conhecimentos prévios, o que confirma o posicionamento de Gomes (2000, p. 65), segundo o qual “o conhecimento surge a partir da relação entre a fala e a situação, entre o texto e o contexto”.

Ademais, é oportuno mencionar que não se pode confundir informação com documento ou mídia, mesmo que se pautem no paradigma físico da informação. Documento não é informação. Gomes (2021) conceitua documento como um artefato da cultura humana, que tem a linguagem e a representação como elementos constitutivos. O documento ou a mídia guardam o registro da informação e podem transportá-la pelo espaço e pelo tempo, realizando a mediação da informação ali registrada entre os indivíduos. De fato, tratam-se de dispositivos de mediação da informação (Gomes, 2021) – assunto a ser tratado em momento oportuno.

Ainda, é importante destacar que existe diferença entre transferir e compartilhar a informação e tal diferença foi estabelecida por Silva e Gomes (2014) quando discutem o sentido da informação pela perspectiva da alteridade.

Entende-se, no âmbito da CI, que a informação também deve ter um valor social, uma função social, independente de seu conteúdo ou significado. A informação deve contribuir para o desenvolvimento social, para a emancipação do indivíduo, para o bem comum. Assim, deve-se apreender que a melhor forma de disseminação da informação é a partilha, o compartilhamento, e não simplesmente sua transferência, que pressupõe uma passividade do sujeito apropriador.

Neste sentido, Silva e Gomes (2014), partindo de uma abordagem social da informação, salientam que a informação como partilha propicia a construção de conhecimento, enquanto a simples transferência da informação se configura como um ato de dominação. Para os autores, a dominação, configurada pela transferência da informação, se caracteriza por ser uma construção individualizada do

conhecimento que limita as perspectivas de socialização da informação, enquanto, na partilha, ocorre a construção coletiva do conhecimento.

A vantagem da partilha da informação é que desloca a percepção social da informação do “eu” para uma relação dinâmica entre o ‘eu e o outro’ (a informação é um bem coletivo e só pode ser efetivada na prática interativa) valorizando pressupostos de compreensividade, veracidade e dinamicidade das relações entre os sujeitos da informação (Silva; Gomes, 2014, p. 17).

Diante deste contexto, ao partilhar a informação, propicia o diálogo e a apropriação da informação ocorre de forma eficaz permitindo o desenvolvimento do sujeito e, conseqüentemente maior coesão social porque é ilusão acreditar que o sujeito emancipado é o individualista. O desenvolvimento individual alcança a consciência do sujeito enquanto ser social.

Também, é apropriado demonstrar que ao optar, ou não, pela partilha ou pela transferência da informação, evidencia-se o caráter ético dos sujeitos envolvidos neste processo informacional (Silva; Gomes, 2014), o que será aprofundado no momento da discussão acerca da dimensão ética da mediação da informação, que ocorrerá em momento oportuno.

Todavia, para o tema aqui estudado – o processo da mediação da informação na formação da consciência de classe, tratar sobre o compartilhamento, ou partilha da informação como a forma mais eficaz de construção de conhecimento, é de fundamental importância, pois a consciência de classe se dá na relação social, onde os indivíduos se reconhecem portadores dos mesmos interesses e desígnios e se percebem como semelhantes e integrantes da mesma classe social, de modo que somente por meio da ação ordenada e conjunta conseguirão alcançar o desenvolvimento, o bem comum e a emancipação da classe social a qual pertencem e, conseqüentemente, de toda a sociedade.

A informação é deveras importante para a formação da consciência de classe, que também é um processo, devido à sua relação íntima com a construção do conhecimento e seguir o fluxo informacional que leva os sujeitos à verdadeira consciência de classe propiciará a comprovação da função social efetiva não só da informação como, também, da CI e sua práxis.

O quadro 5 apresenta os autores e suas contribuições para o desenvolvimento e análise dos conceitos e particularidades utilizados para a produção deste capítulo.

**Quadro 5 – Informação e Ciência da Informação: aproximações teóricas**

<b>Ciência da Informação: Contextualizando</b>	
<b>Autores (as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação não surge espontaneamente;</li> <li>➤ Surgimento da mediação da informação;</li> <li>➤ Conhecimento é estabelecido na relação social.</li> </ul>
Araújo (2013)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Evolução da CI permitiu a construção de problematizações e reflexões críticas acerca dos fluxos e processos informacionais;</li> <li>➤ Informação como construção social.</li> </ul>
Araújo (2018)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Caráter interdisciplinar da CI e sua relação com os demais campos do saber científico;</li> <li>➤ CI como ciência social e humana;</li> <li>➤ CI possibilita a compreensão da produção, reprodução e modificação da cultura;</li> <li>➤ Arquivos, bibliotecas e museus como mediadores.</li> </ul>
Capurro (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Paradigmas da CI: físico, cognitivo e social;</li> <li>➤ Conhecimento é concebido no marco de um grupo social.</li> </ul>
Castro e Silva (2016)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Concepção prática da CI direciona técnicas para os campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;</li> </ul>
Castro, Silva e Oliveira (2018)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Contribuição da Biblioteconomia para a acessibilidade do conhecimento.</li> </ul>
Oliveira (2001)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Natureza interdisciplinar da CI.</li> </ul>
Oliveira (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ CI como criadora de conhecimento.</li> </ul>
Queiroz e Moura (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ CI como mediadora de conhecimento e não provedora de informação;</li> <li>➤ CI atua no controle da produção científica e no processo de manipulação e análise da literatura;</li> <li>➤ Informação não é algo isolado;</li> <li>➤ Interdisciplinaridade da CI e sua contribuição com outros ramos do saber científico;</li> <li>➤ CI como ciência social.</li> </ul>
Rubi, Euclides e Santos (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Profissionais da informação.</li> </ul>
Silva (2018)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Abordagem social da informação;</li> <li>➤ Informação como componente principal na formação da sociedade.</li> </ul>
Silva, Nunes e Teixeira (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ CI oferece reflexões conceituais, teóricas e metodológicas sobre informação; tecnologias da informação e aspectos cognitivos e sociais do universo informacional;</li> <li>➤ Surgimento da Sociedade da Informação.</li> </ul>
Souza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ CI como ciência social;</li> <li>➤ Informação como fato social.</li> </ul>
Valentim (2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Natureza compreensiva e metodológica da ciência;</li> <li>➤ Ciência deve constituir procedimentos próprios que permitam a observação racional dos fatos e sua adequada explicação.</li> </ul>
<b>Ciência da Informação: instrumento de transformação social ou instrumento de</b>	

<b>dominação?</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior (2015a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ CI como instrumento de dominação;</li> <li>➤ Informação como produto Social.</li> </ul>
Rubi, Euclides e Santos (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Papel da informação para a efetivação da cidadania</li> </ul>
Silva (2018)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ CI e <i>práxis</i>;</li> <li>➤ Função social da CI.</li> </ul>
Souza e Almeida Júnior (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Missão da CI.</li> </ul>
<b>Ciência em Marx e seus reflexos sobre a Ciência da Informação</b>	
<b>Autores (as)</b>	<b>Contribuições</b>
Antunes (2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gestão da informação como precarização do trabalho</li> </ul>
Bensaïd (2013)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Distinção, em Marx, entre ciências da natureza e ciência do homem;</li> <li>➤ Ordem lógica dos fenômenos naturais em oposição aos processos sociais.</li> </ul>
Borges (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre aparência e essência.</li> </ul>
Feijó (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Marx como opositor à abordagem positivista da ciência;</li> <li>➤ Marx como pesquisador.</li> </ul>
Martins, Silva e Silva (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Teoria da estrutura e superestrutura.</li> <li>➤ Produção do conhecimento na perspectiva do materialismo histórico.</li> </ul>
Marx e Engels (1998)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Teoria da estrutura e superestrutura;</li> <li>➤ Consciência do homem e seu ser social.</li> </ul>
Marx e Engels (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ História e luta de classes.</li> </ul>
Marx e Engels (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Emancipação do homem;</li> <li>➤ Luta de classes.</li> </ul>
Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre a consciência e a organização das instituições.</li> </ul>
<b>Informação: conceito(s) e particularidades</b>	
<b>Autores (as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior (2015b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação não pura ou espontânea.</li> </ul>
Almeida Júnior	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre informação apropriada e conhecimento prévio do indivíduo.</li> </ul>

(2019)	
Almeida Júnior (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Significados e ciclo de vida da informação;</li> <li>➤ Informação não é única.</li> <li>➤ Relação entre conhecimento e informação;</li> </ul>
Araújo (2018)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceitos científicos como construções humanas.</li> </ul>
Batista e Farias (2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação como matéria prima do conhecimento</li> </ul>
Capurro e Hjørland (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceitos científicos como falso, verdadeiro ou reflexo da realidade;</li> <li>➤ Conceitos científicos como construção humana.</li> <li>➤ Relação entre informação e mentes humanas</li> </ul>
Gomes (2000)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação como fenômeno social.</li> </ul>
Gomes (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação como fenômeno social;</li> <li>➤ Informação como conhecimento em estado de compartilhamento.</li> <li>➤ Conceito e função de documento.</li> </ul>
Queiroz e Moura (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conhecimento como resultado da apropriação da informação.</li> </ul>
Silva e Gomes (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre informação e alteridade;</li> <li>➤ Abordagem social da informação;</li> <li>➤ Partilha da informação.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2023).

## **4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, CLASSIFICAÇÃO E PARTICULARIDADES**

A proposta deste capítulo é discorrer acerca da mediação da informação com a exposição de conceitos importantes para a presente pesquisa, bem como a apresentação de características inerentes a este processo que propicia a formação de protagonistas sociais por meio da apropriação consciente da informação e o desenvolvimento da ColInfo nos sujeitos envolvidos.

### **4.1 Fundamentação teórica**

A informação é produto socialmente construído e não nasce espontaneamente na sociedade sendo, portanto, um fenômeno humano e social que está intimamente relacionado com a necessidade de interação entre os indivíduos e com a comunicação entre eles (Silva, 2009).

Assim, quando se pensa a informação como algo em movimento e em compartilhamento por meio da comunicação entre os indivíduos, é possível relacioná-la com o conceito de conhecimento.

Existe uma estreita relação entre conhecimento e informação. Alguns autores compreendem que a informação gera o conhecimento e outros, ao contrário, pensam o conhecimento como gerador de informação. Contudo, é importante ressaltar que, tanto um quanto o outro, são criados, desenvolvidos e disseminados somente no coletivo, ou seja, por meio de relações sociais.

Para Almeida Júnior (2015b), os indivíduos dependem uns dos outros na construção dos seus próprios conhecimentos e, ainda, complementa afirmando que a compreensão que temos do mundo se constrói por meio do olhar dos outros. Os indivíduos são dependentes da informação, do mundo e dos outros. Além disso, o mesmo autor acrescenta em suas análises que a informação, ao ser apropriada pelo sujeito e acrescentada ao seu conhecimento pré existente, não sanará todas as suas dúvidas, não reduzirá suas incertezas, pelo contrário, poderá originar novas dúvidas e incertezas. Para ele, “a informação não dirime as dúvidas ou elimina as incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas” (Almeida Júnior, 2009, p. 97).

Gomes (2008, 2021) também entende a informação como fenômeno social e acrescenta que o conhecimento, sendo privado, quando compartilhado se transforma em informação que, por sua vez, é pública. Outrossim, a mesma autora

(Gomes, 2008) salienta que a construção do conhecimento ocorre por meio da interação entre os indivíduos e as informações, sendo que esta mesma interação propicia a construção de sentidos e de pertencimento social.

Desta forma, a própria vida em sociedade é dependente do compartilhamento de informações e conhecimento. Neste sentido, Gomes (2021, p. 118) é enfática ao afirmar que

Colocar em comum (comunicar) o que se sabe, o que é sentido, o que emerge do pensar, o conhecimento que se pôde construir é condição elementar para a sustentação da vida em sociedade, enfim, para que estabeleçam as condições de alcance das zonas de estabilidade do social e dos conhecimentos e saberes construídos nas interações com o meio.

No mesmo sentido, Varela, Barbosa e Farias (2014) reiteram que a informação é um dos recursos básicos para o desenvolvimento em qualquer campo do conhecimento humano, desde que compartilhada e disseminada.

Assim, percebe-se que a informação, embora carregada de extrema relevância, perde sentido sem seu compartilhamento e este “ato de compartilhar” passa a ocupar um papel de destaque na CI, tal como apontam Almeida Júnior e Bortolin (2008) ao afirmarem que quando o foco da ação for a sua disseminação, a informação será merecedora de pouca atenção.

Contudo, tal compartilhamento não deve ser compreendido como a simples transferência de informação. Considerar o compartilhamento da informação como uma simples transferência seria o mesmo que jogar milho às galinhas. Mas, ora, nem mesmo o ato de jogar milho às galinhas é totalmente mecânico e aleatório. O cuidador, ao fazê-lo, está movido por intenções como, por exemplo, nutrir os animais para torná-los gordos e suculentos ou botar ovos. Toda a ação humana está imbuída de significados e intenções, mesmo que não aparentes. Seguindo esta linha de raciocínio, é possível resgatar o posicionamento de Almeida Júnior (2015a) segundo o qual a informação está imersa e se constrói envolta em interesses, necessidades, poder e domínio. Para ele, a informação vai se construindo, se impregnando de intenções, interesses, desejos e valores em todos os seus ciclos de vida, incluindo seu compartilhamento que, no viés da CI, é considerado como um ato de mediação, ou seja, a mediação da informação, sendo que o mesmo autor é enfático ao afirmar que a informação deve ser mediada e não apenas disseminada ou transferida (Almeida Júnior, 2009).

Várias são as conotações que circundam o termo mediação da informação e que resgatam, inclusive, a ideia de estar ela relacionada com o pensamento de conciliação e/ou acordo entre duas partes (Santos Neto; Almeida Júnior, 2017), o que nos leva a compreender que, mesmo fazendo parte do cotidiano das pessoas, seu significado não está, de fato, compreendido em sua totalidade.

Ainda, conforme salientam Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 100) não é adequado relacionar a mediação da informação com o sentido de ponte ou como “um objeto estático, concreto, onde esse objeto fizesse papel apenas de ‘transmitir de um lado para o outro’ uma mensagem/informação”. A mediação da informação é um processo social que não existe e não se constitui isoladamente.

O conhecimento, embora individual, se constrói socialmente desde que a informação seja compartilhada ou, mais precisamente, mediada. Compartilhar e mediar não possuem o mesmo significado. Mediar envolve a atuação de sujeitos e, até mesmo, certa intencionalidade. É um processo que se realiza em ambientes sociais, informacionais. No mediar há atuação ativa de todos os envolvidos no processo, tanto o mediador propriamente dito como o receptor, ou usuário, que se apropriará de tal informação dialogando-a com seu conhecimento já pré estabelecido e construindo um novo conhecimento. Desta forma, é latente o fato de ser a mediação de informação, também, um processo de formação de sentido e de conhecimento nos indivíduos e um instrumento que propicia a apropriação da informação e, conseqüentemente, a competência em informação. Neste sentido,

O processo de mediação da informação vem imbricado nos processos de apropriação da informação para a construção do conhecimento, em que a busca e formação do espírito crítico dos sujeitos do estabelecimento de um diálogo que promova a reciprocidade por meio da interação (Barboza; Almeida Júnior, 2017, p. 65-66).

Forma-se aqui uma conexão clara e complexa entre informação, mediação e conhecimento, tendo como condão a apropriação da informação e a ColInfo.

Gomes (2021), afirma com veemência que existe uma relação simbiótica entre a informação e o conhecimento, sendo que o conhecimento inexiste sem que a informação seja mediada – neste aspecto existe consenso entre os estudiosos da CI. Mas qual o papel deste conhecimento?

O conhecimento pode ter diversas explicações e/ou conotações a depender da área científica ou do foco da pesquisa que pretende ser realizada. Para o objetivo

que aqui se propõe, o conhecimento é o elemento, decorrente da informação mediada e apropriada, que propicia a construção da Colnfo no indivíduo, sendo que esta, por sua vez, poderá capacitar tal indivíduo e torná-lo protagonista de sua própria história e do meio social no qual está inserido.

Almeida Júnior e Santos (2019) esclarecem que tanto a Colnfo como a mediação da informação são ações críticas de interferência que desenvolvem o uso crítico que um sujeito faz da informação para a transformação de seu conhecimento, de modo a permitir que o indivíduo oriente suas decisões com mais embasamento e confiança pois se torna capaz de compreender criticamente os cenários culturais, econômicos, políticos e educativos que o rodeiam.

Todavia, é válido salientar que a mediação é múltipla e possui dois polos – mediador e usuário – que podem ser compostos por um ou mais indivíduos cada. Dessa forma, a mediação da informação é um constructo social, um processo construído e realizado socialmente, impossível de ser vislumbrado isoladamente, e que gera efeitos além do indivíduo.

Por ser um processo social, a mediação da informação não possui um cenário, ou local, específico para sua realização, nem mesmo instrumentos pré-determinados e obrigatórios. A mediação da informação pode se dar por meios escritos ou pela oralidade, sendo que o que determina a efetivação da mediação da informação é a apropriação da informação e este fato nem sempre é passível de constatação.

A mediação da informação atua na educação dos indivíduos, na constituição dos povos e, ao proporcionar o desenvolvimento da Colnfo, impulsiona a formação da consciência que ultrapassa os limites individuais, gerando o sentimento de pertencimento e a consciência de classe, o que fortalecem as relações sociais e movimentam a sociedade de acordo com interesses comuns, coordenados e promovendo a *práxis* social. Neste sentido, Afirma Silva (2015) que a mediação da informação, além de associar o ser ao mundo, aproxima a teoria (conhecimento) à prática (ação), propiciando a modificação material e concreta da realidade.

#### **4.2 Mediação da Informação: conceito(s)**

Almeida Júnior (2009, 2015b) formula um conceito de mediação da informação amplamente utilizado pelos estudiosos do tema. Tal conceito começou a

ser elaborado em 2006 e foi finalizado em 2015. Para ele, a mediação da informação é

(...) toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015b, p. 25).

O primeiro aspecto a ser vislumbrado no conceito exposto é a importância atribuída pelo autor à apropriação da informação. Embora não seja objeto da presente pesquisa, importante salientar que a apropriação da informação, além de constituir uma das bases da mediação da informação, é de fundamental importância para a construção do conhecimento e para a formação da ColInfo.

Batista (2018, p. 215) ensina que o processo de apropriação – no sentido geral do termo – significa que o sujeito não se mantém passivo perante o objeto a ser apropriado (seja ele qual for), ele (o sujeito) “passa por uma transformação que o prepara para relacionar-se nova e ativamente com o objeto, num movimento dialético de desenvolvimento”. Assim, também, ocorre com a apropriação da informação.

No processo de apropriação da informação, inerente à mediação da informação, o sujeito interage com a informação, não no aspecto material do termo, mas no campo subjetivo, colocando tal informação em contato com o conhecimento já estabelecido em sua mente, de modo que esta nova informação pode desconstruir o conhecimento já sedimentado ou gerar dúvidas e incertezas que podem, total ou parcialmente, contribuir, ou não, para a construção de um novo conhecimento. Não há um desenvolvimento linear neste processo, mas uma dinâmica dialética de construção e desconstrução, de certezas e incertezas.

Ainda, o conceito de mediação da informação de Almeida Júnior traz, desde sua concepção, a figura da interferência como um dos eixos centrais do seu significado. Aqui a interferência demonstra que a mediação da informação não se desenvolve isenta de imparcialidade e sofre influências do meio na qual é realizada – na ambiência dos equipamentos informacionais – e dos sujeitos envolvidos. Contudo, é importante frisar que tal interferência não poder ser relacionada com a manipulação da informação. Esta não coaduna com os objetivos da mediação da

informação e deve ser reprimida, sendo que a ética é um dos pilares das dimensões da mediação que serão aqui tratadas em momento oportuno.

Ademais, Carvalho, Nascimento e Bezerra (2018) esclarecem que essa interferência não é prejudicial. Para os autores, ela é vista como algo positivo pois a mediação é um processo social e que a historicidade, a crença e os valores dos envolvidos devem ser levados em consideração e utilizam a figura do bibliotecário para elucidar tal posicionamento pois, segundo eles a interferência é “[...] uma tentativa de abandonar a neutralidade técnica e conduzir a construção de um perfil profissional em que o bibliotecário esteja mais engajado nas causas da sua comunidade usuária” (Carvalho; Nascimento; Bezerra, 2018, p. 465).

No mesmo sentido, Varela, Barbosa e Farias (2014) apontam que a mediação da informação deve auxiliar o indivíduo, por meio de uma ação orientada (interferência), a perceber com mais clareza e criticidade a realidade material, sendo que tal ação é orientada por elementos intervenientes como pessoas, instituições, ferramentas e objetos.

Para Gomes (2021), o aspecto interveniente da mediação da informação se caracteriza pela motivação que vai além do atendimento das demandas informacionais do usuário pois busca propiciar, no sujeito, o exercício crítico da informação que está sendo mediada. Para ela, a interferência possui como fundamento a “[...] intencionalidade de promover a ampliação das possibilidades do processo dialógico e problematizador no encontro com a informação, de modo a impulsionar a apropriação da informação” (Gomes, 2021, p. 135).

Outro aspecto importante a evidenciar no conceito formulado por Almeida Júnior, é a existência daquilo que ele denomina como equipamentos informacionais que são, na verdade, os locais ou espaços em que a mediação da informação é realizada.

Botelho e Gomes (2019), ao tratar sobre os equipamentos informacionais, utilizam o termo dispositivos informacionais e esclarecem que envolvem os próprios ambientes, suportes, recursos tecnológicos, instrumentos e processos utilizados no fazer informacional, de modo que o próprio dispositivo se configura como um mediador. Já Carvalho, Nascimento e Bezerra (2018) esclarecem que os equipamentos informacionais podem ser conhecidos como ambientes e unidades de informação.

A existência de unidades de informação – ou equipamentos informacionais – é de fundamental importância para todo o processo informacional pois, de acordo com Varela, Barbosa e Farias (2014) exercem uma profunda influência na forma como o usuário percebe o mundo, determinando comportamentos, favorecendo a autonomia dos sujeitos e fortalecendo o significado social do conhecimento. Ainda, para esses autores, as unidades de informação, como centros de informação, criam condições “[...] para o surgimento e existência de uma sociedade cada vez mais intelectualizada, crítica, criativa, emancipada e autóctone” (Varela; Barbosa; Farias, 2014, p. 140-141).

Indubitavelmente, a mediação da informação não está vinculada a equipamentos informacionais específicos, mas é um processo que pode ocorrer em qualquer local. No entanto, como enfatizam Carvalho, Nascimento e Bezerra (2018) a mediação da informação se realiza mais plenamente no alicerce dos equipamentos informacionais já que possuem toda estrutura e capital humano para propiciar de forma efetiva a mediação da informação e avaliar seus resultados. Para eles, as iniciativas de mediação são, em sua maioria, conscientes, isto é, “propostas intencionalmente com o objetivo de aproximar o usuário das fontes de informação, promovendo o uso e a apropriação das informações” (Carvalho; Nascimento; Bezerra, 2018, p. 463).

Contudo, é importante destacar que os equipamentos informacionais interferem sobremaneira no processo de mediação de informação, podendo, inclusive, influenciar na neutralidade e na imparcialidade deste processo informacional. Almeida Júnior e Bortolin (2008) salientam que o espaço informacional é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da história e do destino da humanidade. Segundo tais autores, os equipamentos informacionais se configuram como objeto pois recebem influências e atuam como sujeitos em todos os momentos em que influenciam e interferem nos processos informacionais. Para eles, a unidade informacional não é um espaço isolado, alheio e isento de interferências. Os equipamentos informacionais, também, são construções humanas e sociais, tanto no aspecto físico como no axiológico, e estão sujeitos às transformações sociais e históricas o que influencia consideravelmente nos processos de mediação de informação que ocorrem no seu entorno e interior.

A mediação da informação, conforme esclarece Lopes, Valentin e Almeida Júnior (2011) pode ser registrada ou não registrada. Ao ser registrada a mediação

da informação insere-se no contexto de documentos, relatórios, suportes informacionais, sistemas de informação, entre outros; enquanto a mediação da informação não registrada são as reuniões, assembleias, encontros etc.

Dessa forma, outro elemento importante para mediação da informação, mesmo que não esteja incluso no conceito de Almeida Júnior, são os documentos que, de acordo com Gomes (2021) se encontram na condição de dispositivos de mediação já que integram o meio e transportam conhecimento. Como documentos a autora entende que podem ser tangíveis ou intangíveis, se configurando como artefatos da cultura humana que possuem a linguagem e a representação como elementos constitutivos (Gomes, 2021) e complementa afirmando que o documento

[...] se caracteriza como elemento por meio do qual os sujeitos do encontro com a informação podem tirar do plano da objetividade e adentrar a esfera reflexiva e crítica, com a qual colabora a mediação explícita ampliando o espaço do debate e do exercício coletivo da crítica, quando tenderão a experimentar o processo virtuoso da apropriação dos conteúdos informacionais (Gomes, 2021, p. 128).

Além de contribuir para a apropriação da informação de forma crítica por meio da medição explícita da informação, o documento também tem papel de destaque na realização da mediação implícita da informação já que, ainda no entender de Gomes (2021), ao ser organizado e representado transporta no tempo e no espaço um conhecimento que foi compartilhado.

Neste ponto surge a oportunidade de apresentar o conceito de mediação implícita e mediação explícita da informação, salientando que não se trata de espécies, mas sim de categorias da mediação da informação.

Inicialmente, destaca-se que mediação implícita (ou indireta) da informação se baseia em condutas realizadas sem a presença do usuário, mesmo que este seja o seu destinatário e estímulo do usuário, enquanto a mediação explícita (direta ou pedagógica) ocorre quando se mostra essencial a presença do usuário, seja de forma física ou virtual. Neste sentido, Almeida Júnior (2015b, p. 16) esclarece que

Nas relações que exigem e pedem a presença do usuário, fisicamente ou não, estamos no âmbito da mediação explícita. Já nas ações em que essa presença não é obrigatória, como nos fazeres relativos ao armazenamento e organização, estamos no âmbito da mediação implícita.

O mesmo autor apresenta como exemplos de mediação implícita da informação a produção de material, divulgação e a definição de políticas (Almeida Júnior, 2015b).

Ao posicionar a mediação implícita e a mediação explícita como categorias e não espécies de mediação da informação, é possível visualizar que ambas fazem parte de um mesmo processo, se constituindo como etapas a serem seguidas para a consecução de um mesmo objetivo. E, embora a mediação implícita não seja visível, ou perceptível, ao usuário por ocorrer nos bastidores da ação, ela não perde seu significado e importância. Para Gomes (2021) sem a mediação implícita, a mediação explícita seria incipiente e fragilizada. Outrossim, importante destacar que além de visar o usuário, a mediação implícita também deve ser realizada levando em consideração o contexto social e as condições de vida do destinatário que serão determinantes em suas expectativas e necessidades informacionais (Botelho; Gomes, 2019).

Ainda, é válido salientar que a mediação implícita atua como uma etapa que antecede a mediação explícita mesmo que não ocorra de forma consciente ou material, ou seja, o mediador pode organizar mentalmente as suas ações e selecionar as informações que serão mediadas, não sendo necessários outros dispositivos como computadores ou documentos. Ainda, a mediação implícita pode não ocorrer de uma única vez, mas sim em vários atos que se prolongam no tempo, sendo que a mediação explícita pode não ocorrer imediatamente após a finalização da mediação implícita, podendo ocorrer um lapso temporal entre elas ou até mesmo ocorrerem de forma simultânea. A exemplo um professor em sala de aula que reorganiza as informações conforme sua exposição se desenvolve.

Por fim, é válido destacar o conceito de mediação da informação formulado por Silva (2015, p. 103), segundo o qual a mediação da informação

É um conjunto de práticas construtivas de intervenções e interferências regidas por intencionalidades, normas/regras, correntes teórico-ideológicas e crenças concebidas pelo profissional da informação em interação com os usuários no âmbito de suas realidades cotidianas e experienciais, indicado procedimentos singulares, coletivos e/ou plurais de acesso e uso da informação, estimulando a apreensão e apropriação para satisfação de necessidades de informação.

Embora não haja divergências em relação ao conceito elaborado por Almeida Júnior, interessante destacar alguns elementos introduzidos por Silva (2015). Para

este autor “conjunto de práticas construtivas” é um elemento de fundamental importância pois indica a mediação da informação como uma ação contextualizada a partir da percepção objetiva dos usuários envolvidos no processo. Desta forma, torna-se claro e latente o fato de ser a mediação um constructo social.

Todavia, destaca Silva (2015) que neste processo existe não apenas a interferência como, também, a intervenção do agente mediador, de modo que esta intervenção se constitui em relacionar o centro de informação, o profissional da informação e o usuário, buscando modificar o estado do usuário e o do próprio profissional da informação.

Outro aspecto introduzido por Silva (2015) é a presença de correntes teórico-ideológicas que direcionam o processo de mediação da informação. Para ele, tais correntes designam uma conduta prática de ação que pode estar pautada no positivismo, funcionalismo, teoria crítica, entre outras, sendo que as crenças e valores atuam no mesmo sentido.

Quando se vislumbra o papel da mediação da informação na formação de uma consciência de classe de viés revolucionário capaz de extinguir um sistema baseado na exploração e opressão do homem pelo homem representado pela relação capital e trabalho, da forma descrita por Karl Marx, é necessário analisá-la à luz da teoria da luta de classes e compreendê-la como um processo orientado com base nos preceitos e pilares desta teoria científica o que, de fato, é o objetivo principal desta pesquisa.

#### **4.3 Mediador da Informação: conceito e função social**

Não é possível pensar a mediação sem a presença do mediador. Bicheri (2008) aponta que a mediação envolve a ação de alguém que intercede por algo ou por um outro. Seguindo o mesmo pensamento, Almeida Júnior e Santos Neto (2014) afirmam que a mediação só ocorre quando há interferência de alguém. Contudo, é necessária a atenção para não reduzir a mediação apenas como uma ação realizada pelo mediador sem levar em consideração os demais elementos contidos em seu conceito e desenvolvidos no tópico anterior. Neste sentido, esclarece Santos Neto (2019, p. 376) que “é ausente de propósito e redundante a definição de que a ‘mediação é uma ação realizada por mediadores’ ou de que ‘a mediação é um processo caracterizado pela presença de um terceiro’, definições como essas não fazem avançar o conhecimento científico”. Ainda, o mesmo autor esclarece que

reduzir o conceito de mediação a ‘uma ação realizada por mediadores’ dá-se à mediação uma definição muito ampla e, até mesmo inútil (Santos Neto, 2019).

Contudo, é importante ressaltar que a mediação ocorre em várias áreas do conhecimento e do cotidiano social, de modo que a figura do mediador também. Ainda, é válido salientar que o mediador pode ser tanto humano como não humano, tal mediador não precisa ser um sujeito, pode ser um objeto, um som, uma imagem, uma linguagem etc. (Santos Neto, 2014). Para Marx, por exemplo, o trabalho (enquanto atividade social) é o mediador entre o homem e a sociedade, criador de riqueza e possibilitador da transformação humana (Silva; Silva; Martins, 2014).

Todavia, quando se trata de mediação da informação, logo se conclui que o mediador é o profissional da informação, ou seja, aquele profissional ligado às áreas intrínsecas à CI como, por exemplo, o bibliotecário ou o arquivista. No entanto, tal entendimento nos soa como simplista e desprovido da abrangência que circunda a mediação da informação. Se assim fosse, tanto a informação como o conhecimento ficariam circunscritos à CI. Desta forma, ou amplia o conceito acerca do profissional da informação ou chega-se ao consenso que não apenas esse profissional está apto para tal função.

Para Bicheri (2008, p. 94) “o mediador da informação não está restrito a uma categoria profissional e nem a uma atividade específica”. Para ela “o mediador pode ser um professor, um padre, um pastor, um escritor um jornalista, um apresentador de TV ou rádio, um bibliotecário, um crítico de cinema, entre outros” (Bicheri, 2008, p. 94). Santos, Souza e Almeida Júnior (2021), indicam que a mediação da informação ocorre em outras áreas do conhecimento, como na religião, Direito e medicina, e possuem agentes mediadores revestidos de aptidões profissionais alheios à CI.

Além, conforme esclarecem Monteiro e Almeida Júnior (2017) o mediador da informação não precisa ser letrado e pode pertencer aos mais variados grupos sociais. Tais autores resgatam o conceito de intelectual orgânico formulado por Gramsci e afirmam que tais intelectuais orgânicos medeiam a informação, interferem e podem promover transformações sociais.

O intelectual deixa de ser alguém necessariamente letrado (representante da classe dominante) e passa a ser aqueles que representam a vontade dos mais variados grupos ou núcleos informacionais, ou seja, o pastor, o padre, o professor, o representante comunitário, o profissional da saúde, o músico, o

jornalista, o profissional da computação, etc. (Monteiro; Almeida Júnior, 2017, p. 94-95).

Para Monteiro e Almeida Júnior (2017) o mediador da informação é caracterizado como sendo um intelectual orgânico oriundo de diversos ambientes, que pertencem aos mais diversos núcleos informacionais e que medeiam informação à sociedade.

Interessante que os mencionados autores incluem na discussão a existência de classes sociais que estabelecem entre si uma relação de dominação e, ao manter como mediadores da informação sujeitos pertencentes a uma classe com interesses antagônicos, como transformar indivíduos dominados em protagonistas sociais sendo que o interesse daqueles é a manutenção do *status quo*? De fato, cada grupo social possui seus próprios intelectuais como, por exemplo, o representante sindical que atua no enfrentamento à burguesia visando a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

A informação e o conhecimento são construções sociais e a mediação da informação almeja a apropriação da informação no intuito de formar protagonistas sociais, sujeitos críticos e conhecedores da sociedade na qual estão inseridos. Desta forma, de acordo com Santos, Souza e Almeida Júnior (2021, p. 349-350), o mediador da informação é aquele que “[...] auxilia o usuário a se apropriar da informação e lhe possibilita uma mudança interna e externa, por meio de suas ações diretas e indiretas de mediação da informação”.

Já para Varela, Barbosa e Farias (2014) o mediador da informação é um ser humano que recebe e interfere na informação se utilizando de seu repertório intelectual, social, ideológico e afetivo, para relacioná-la ao usuário, de modo que a transformação do conhecimento ocorre não apenas para o usuário, mas, também, para o próprio mediador. Desta forma, é relevante que o próprio mediador tenha conhecimento do seu papel, concebendo que o conhecimento está em constante transformação e que possui função ativa neste processo, ou seja, para propiciar que o outro (usuário) adquira competências informacionais, é necessário que o mediador já seja este competente informacional; e quando isto ocorre, tem-se o que entendemos como mediação consciente da informação.

No entender de Oliveira (2020), o mediador consciente de seu impacto busca atuar de forma ética na tratativa informacional e possui como objetivo central auxiliar a sociedade que anseia por conhecimento, o que difere do “ato intuitivo de mediar”

que, segundo Oliveira (2020) é quando a mediação é realizada de modo superficial, sem um desenvolvimento mais elaborado, ou seja, ocorre quando o mediador não está consciente de seu papel transformador.

Contudo, é válido salientar a importância do mediador para a eficácia da mediação da informação que visa a formação de protagonistas sociais. De acordo com Gomes (2021) são necessários investimentos em ações voltadas à formação de mediadores da informação que devem estar pautados na reflexão e no desenvolvimento de pensamentos críticos e coletivos no intuito de favorecer o processo de construção de sentidos e de apropriação da informação.

De fato, a atuação do mediador deve partir da realidade do usuário, tendo plena consciência do seu papel enquanto agente facilitador de transformação do usuário e não da sociedade, isto é, o mediador deve atuar na interpretação e compreensão dos contextos onde os sujeitos estão inseridos a fim de auxiliá-los na construção de respostas às suas interrogações e atendimento às suas necessidades de informação para “[...] poder desconstruir-reestruturar-ressignificar seus pensamentos, agir como agentes ativos, dispostos e preparados a aplicar estratégias e dispositivos que facilitem a apropriação de informação” (López Caldera, 2021, p. 40).

Deve, portanto, o mediador possuir uma visão ética e humanizada do usuário a fim de o considerar a partir de seu contexto social para possibilitar um processo de significação deste contexto por parte do próprio usuário. Somente dessa forma, como afirmam Santos, Souza e Almeida Júnior (2021), poderá o usuário estabelecer uma relação de sentidos capaz de produzir novas ideias, experiências e o fortalecimento de sua identidade.

Na mediação consciente da informação o mediador, ao orientar sua ação considerando a realidade dos usuários e suas necessidades informacionais, é capaz de construir um local de debates e interlocuções que ocorrem durante a ação possibilitando, assim, o estabelecimento de um espaço crítico (Gomes, 2021) propício à apropriação da informação e à ColInfo de forma decisiva e inovadora.

Como pontuam Santos, Souza e Almeida Júnior (2021), é na tomada de consciência dos envolvidos que deve se pautar a mediação da informação, não apenas do mediador, mas, também, do usuário pois, se não existe a compreensão da significação do processo mediacional de todos os envolvidos, não há o que se falar em mediação consciente da informação. Contudo, vale ressaltar que tal

consciência se inicia no mediador e se repercute no usuário, sendo que se a mediação da informação for realizada de forma inconsciente, o mediador não perceberá as dimensões que deverá alcançar para a efetiva apropriação da informação por parte do usuário.

De fato, não há como negar, nem tampouco mensurar, a apropriação da informação em uma mediação da informação inconsciente. No entanto, é visível o papel de um mediador consciente a fim de promover a apropriação da informação de forma satisfatória e eficaz, mesmo porque sem tal atuação a informação pode ser apropriada de forma distorcida, gerando, assim, campo propício para a criação de *fake news* ou de desinformação.

O mediador assume papel de destaque para o desenvolvimento do protagonismo social e da sociedade contemporânea, e deve o mesmo mediador fundamentar a sua intencionalidade em preceitos éticos a fim de evitar posturas manipuladoras no processo de mediação da informação, já que existe uma tênue diferença entre a manipulação e a interferência.

A mediação da informação não é passiva, mas se configura como um processo sendo que os envolvidos, tanto o mediador como o usuário, atuam ativamente. A mediação da informação é um processo social e os envolvidos em tal processo são seres sociais imbuídos de vivências, conhecimentos prévios, intencionalidades e valores – elementos que fatalmente influenciarão na conduta e no posicionamento destes sujeitos. A mediação da informação não é neutra. Neste sentido se posiciona Almeida Júnior (2009, p. 93) quando esclarece que

A ideia de neutralidade, tanto do mediador como do processo de mediação, torna-se claramente inapropriada e o momento da relação/interação profissional da informação X usuário é estruturado não como algo estanque e fracionado no tempo, mas envolvendo os personagens como um todo, os conhecimentos conscientes e inconscientes, e o entorno social, político, econômico e cultural em que estão imersos.

Bicheri (2008) coaduna com este pensamento ao afirmar que a ação mediadora não é um ato alienado nem neutro, mas sim carregado de ideologias, mais precisamente, para a autora em tela, a mediação não é isolada, é uma atitude contextualizada. Silva (2015), também, entende que a mediação da informação não é neutra, pois é um processo baseado no diálogo entre seus agentes e vai se construindo, se posicionando e apresentando alternativas ao usuário.

Contudo, a mediação da informação não é um ser vivo que se constrói e se movimenta por si só. A neutralidade não existe, de fato, porque a mediação é um processo social e humano, não é um recorte no tempo, algo estático, mas movimentada a partir da atuação do homem. Todavia, é importante lembrar que a informação, também, não é neutra. A informação está recoberta por ideologias, concepções e significados (Almeida Júnior, 2009), sendo que quem atribui estas características à informação é o próprio ser humano. É latente o fato de que quem determina a neutralidade (ou não) da mediação da informação (e da própria informação) são os seus sujeitos, principalmente o mediador.

A importância de um mediador consciente de seu papel também reside na sua interpretação acerca da neutralidade, mesmo sabendo que ela não será alcançada. Como já mencionado o limite entre a interferência e a manipulação é muito tênue e nem sempre percebida pelo mediador e não tem como negar a existência de processos informacionais que são deliberadamente manipulados pelos seus agentes. No entanto, o papel do mediador consciente é exatamente o de buscar a todo custo a realização de uma ação isenta e imparcial. De acordo com Almeida Júnior e Santos Neto (2014) os limites entre a interferência do mediador e a manipulação são frágeis e passíveis de não serem percebidos, mas, o mediador deve buscar a imparcialidade quanto a essa interferência mesmo sabendo que nunca será alcançada.

#### **4.4 Dimensões da Mediação da Informação e o protagonismo social**

A apropriação da informação e a conseqüente transformação do sujeito por meio da Colnfo se mostra como o objetivo implícito do processo da mediação da informação. Contudo, vale frisar que, para tanto, é primordial que este processo se dê de forma consciente, pensada e organizada pelo mediador e devidamente compreendida pelo usuário. Além, essa transformação deve ser no sentido de transformar o usuário em um protagonista social.

Para Barboza e Almeida Júnior (2017), o sujeito informado, por meio da apropriação da informação, é mais crítico em relação ao seu contexto – ao menos em teoria – por meio do conhecimento construído, o que lhe possibilita influenciar e, até mesmo, transformar o sistema vigente, atuando como protagonista dos rumos sociais e históricos.

Bicheri (2008), ao dialogar com Dudziak, afirma que a Colnfo propicia a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores que favorecem na busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento, sendo que tais habilidades são fundamentais na inserção do indivíduo na sociedade.

No mesmo sentido, Santos e Almeida Júnior (2019) indicam que a Colnfo e a mediação da informação são processos que promovem a emancipação do sujeito que passa, com mais confiança, a tomar decisões fundamentadas de acordo com os panoramas, culturais, econômicos, políticos e educativos, já compreendidos de forma ampla e crítica.

Gomes (2019) coloca a mediação da informação como fundamental para o desenvolvimento do protagonismo social pois o relaciona diretamente com a informação. Para a autora em tela, “[...] não se tem efetivamente mediação da informação em favor do desenvolvimento do protagonismo social sem a sua execução consciente” (Gomes, 2019, p. 18), ou seja, não há formação de protagonistas sociais sem a realização da mediação consciente da informação.

Para Silva (2015) a mediação da informação, ao aproximar o conhecimento da ação, indica que a construção do conhecimento deve se dar a partir do real – configurações sociais, materiais e históricas, visando a transformação da realidade do sujeito. Contudo, não há como transformar a realidade sem, antes, transformar o próprio sujeito para que, por meio da sua atuação, sua realidade seja modificada. Aqui reside a função do protagonista social.

Gomes (2019) explica que a essência do conceito de protagonismo está relacionada à valorização da vida cidadã, no respeito ao outro, ao diferente, sendo que o protagonista compreende o caráter político da sua atuação. Para ela, protagonistas assumem ações de liderança, defendendo o coletivo e assumindo lutas reivindicando um mundo em favor do bem comum, mesmo estando consciente que os resultados de tais lutas possam não ocorrer de imediato. Inclusive, a mesma autora afirma que “[...] ser protagonista implica na tomada de posição de sujeito social ativo, que age e reage com e em relação ao outro, presente ou não na cena da ação” (Gomes, 2019, p. 13), isto é, o protagonista se coloca em prol da realização dos direitos e interesses do coletivo, do social.

O protagonismo é social porque envolve um modo de ser e estar no mundo, envolvendo diversas esferas e dimensões da vida social, mas, não abarca somente o que está envolto ao sujeito, pois o desenvolvimento do protagonismo social

depende, também, do processo de autoconhecimento do usuário, da sua conscientização, do domínio do conhecimento e do exercício da crítica (Gomes, 2019).

Ainda, o protagonismo representa uma ação de resistência contra uma realidade opressora, pautada na discriminação, rejeição, exploração e desrespeito ao outro e ao diferente. Daí sua força política, transformadora e que assusta ao opressor (Gomes, 2019). Neste sentido, Souza, Santos e Jesus (2020), ao considerarem que o protagonista busca a coletividade, o “viver junto”, salientam que o protagonismo possibilita um processo de superação que propicia desenvolvimento destituindo a submissão de condições impostas.

Importante ressaltar o posicionamento de Gomes (2014) acerca do papel do mediador na formação do protagonista social. Para ela, o mediador, antes de atuar visando a conscientização do usuário, deve, também, já ser um protagonista social. A autora esclarece que “o sucesso da ação mediador é também dependente do nível de conscientização do agente dessa ação quanto ao seu próprio papel protagonista” (Gomes, 2014, p. 47).

Ainda, Gomes (2014) aponta que a mediação da informação é um movimento dialético de modo que deve o mediador ser “[...] capaz de se autoavaliar, buscando seu autoconhecimento para superação de seus próprios limites, mas também para se colocar como um sujeito implicado no processo, que se responsabiliza por ele, aperfeiçoando seu próprio perfil protagonista” (Gomes, 2014, p. 48-49).

A retomada, neste texto, do papel social do mediador se justifica em virtude do fato de entender a autora a função deste agente para o desenrolar de uma mediação consciente da informação que, segundo ela, somente ocorre após o processo mediacional alcançar suas 5 dimensões, quais sejam, as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política.

A efetividade da ação mediadora está associada à ação consciente que, com o cuidado necessário busca alcançar suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, promovendo o processo de problematização que contribui para que ocorra a apropriação da informação e a tomada de consciência por parte dos sujeitos envolvidos na ação de interferência, o que contribui para o surgimento e o fortalecimento do protagonismo social, assegurando quer o acesso, uso e apropriação da informação ocorram em parâmetros democráticos, se fazendo em experiência de um encontro com a informação capaz de fortalecer as lutas por inclusão e justiça social (Gomes, 2020, p. 20).

Assim, pode-se concluir que a mediação da informação não ocorre sem a dialogia, e o mediador consciente compreende a necessidade do desenvolvimento do processo dialógico e procura captar as singularidades dos envolvidos no processo, o que garante a todos o espaço de voz de modo que passam, igualmente, a protagonizar a ação (Gomes, 2020).

De acordo com Gomes (2014) o processo de mediação da informação inclui um mediador que interliga dois polos de uma mesma relação, sendo que o objeto a ser veiculado é a informação a fim de gerar terreno propício para o desenvolvimento intelectual e a construção de conhecimento. Ocorre, portanto, uma comunicação entre os sujeitos envolvidos no processo, de modo que sem ela não é mediação da informação.

A comunicação no processo de mediação da informação não se dá de forma unilateral, mas se realiza por meio do diálogo entre o mediador e o usuário. O diálogo, para Gomes (2014) é o único método possível para a aproximação entre os polos envolvidos no processo. Para a autora, a dialogia, ou o diálogo, se situa na base da mediação da informação.

Pode-se assim dizer que a mediação da informação abriga uma comunicação centrada na relação dialógica, caracterizando-se como uma ação compartilhada e colaborativa, na qual o profissional da informação desempenha o papel de agente mediador, mas não representa o único agente desse processo de comunicação (Gomes, 2014, p. 50).

Tem-se que a mediação da informação é um processo em que o mediador não atua apenas para o outro ou sobre o outro. O mediador atua com o outro e, embora tenhamos a mediação consciente da informação como a mais eficaz em relação aos seus objetivos, a dialogia ocorre mesmo em processos intuitivos.

Ainda, Gomes (2020) salienta que a dialogia permite o compartilhamento da informação não apenas no plano objetivo mas, também, no plano subjetivo, permitindo que sensações e expressões façam parte do processo, o que, de fato, estimula o processo de reflexão e crítica propícios à apropriação da informação.

A dimensão dialógica da mediação da informação se caracteriza pela presença inequívoca do diálogo no processo, o que fecunda o terreno para a realização eficaz das demais dimensões e a consequente formação de protagonistas sociais.

Com a realização da dialogia, cria-se um laço entre os sujeitos da ação mediadora – mediador/es e usuário/s – o que possibilita que se reconheçam como elementos ativos do processo, atuando de forma colaborativa e crítica frente à mediação e à apropriação da informação, de modo que, segundo Jesus e Gomes (2021), resulta na geração de prazer e satisfação e gera algum nível de alcance da dimensão estética.

Gomes (2021) esclarece que a dimensão estética da mediação da informação se estabelece mediante o encontro promissor do usuário com a informação que ocorre em consequência da eficácia da dialogia em propiciar nele um sentimento de pertença. Desse modo, se estabelece terreno propício ao desenvolvimento intelectual e à geração de conhecimento. A autora, ainda, explica que tal conhecimento se origina em relações sociais, em partilhas coletivas que, quando vivenciadas e intensificadas, estimulam a criatividade e demonstram com maior clareza a importância destes processos sociais e interacionais na construção de saberes e conhecimentos (Gomes, 2021).

Ao proporcionar o encontro do usuário com a informação, a mediação da informação faz com que ocorra uma desconstrução de sentidos e de conhecimentos já estabelecidos, impulsionando a reconstrução de tais sentidos e a elaboração de novos conhecimentos. O próprio sujeito se desfaz e se reconstrói neste processo, de modo que passa a experimentar o que Gomes (2021, p. 136) chama de “prazer estético de criar no interpretar e formular interpelações e formulações”.

Com a intensificação do diálogo pautado na troca de saberes e experiências, os sujeitos se sentem confortáveis e confiantes para expressar sua criatividade e a transmutação de seu conhecimento. O sujeito passa a redefinir seus ideais e o modo como percebe a si e ao mundo. Assim se configura a dimensão estética da mediação da informação. Neste sentido Gomes (2014) afirma que é neste movimento entre o “velho” e o “novo”, no autoconhecimento que entrelaça a humildade e a autoestima dos agentes envolvidos no processo, que surge a beleza da mediação da informação e o prazer dos envolvidos, o que efetiva, de fato, a dimensão estética da mediação da informação.

O alcance da dimensão estética permite a consolidação dos ambientes informacionais como espaços de sociabilidade, crítica e debate, onde os indivíduos encontrarão terreno fértil para a apropriação da informação e conseqüente formação

da ColInfo. Aqui, como estabelece Gomes (2021) a mediação da informação alcança sua dimensão formativa.

Com a realização da dimensão estética, o processo de mediação da informação se desenvolve para o alcance de dimensão formativa que manifesta o caráter pedagógico do processo. Nesta etapa os participantes, em especial o usuário, reconstrói seu conhecimento se utilizando das informações apropriadas durante a comunicação com o mediador.

Embora haja uma classificação acerca das etapas que se realizam durante a mediação da informação, não é possível construir um muro entre elas de modo a mensurar o tempo de duração e o grau de desenvolvimento do processo a fim de alcançar o próximo passo para a dimensão seguinte. A dimensão estética se caracteriza pela beleza do ato do autoconhecimento e contraste entre o velho usuário e o novo, já a dimensão formativa se baseia na expansão do estado cognitivo, intelectual, do sujeito. É possível concluir, portanto, que a dimensão estética se realiza no âmbito subjetivo – no sentir, no experimentar – enquanto a dimensão formativa age no aspecto objetivo – formação e ampliação do conhecimento.

Contudo, em relação à experiência do ser, Gomes (2014) esclarece que toda ação humana é pautada e concretizada na experiência, sendo que a experiência é condição imprescindível para a mediação da informação e para o protagonismo social. Ainda, a autora em questão, seguindo o pensamento de Pareyson, indica que a experiência propicia a formatividade e está se dá na relação com os outros e com o meio – aqui se tem a importância da mediação. Outrossim, Gomes (2014) conclama que a experiência permite o aprendizado do sujeito e a alteração de seu estágio intelectual, cognitivo e afetivo.

A mediação da informação, ao possibilitar o encontro do sujeito com a informação e ao satisfazer suas necessidades informacionais, permite o exercício do contraditório e da reflexão, delineando ressignificações, novas interpretações e novos conhecimentos, o que favorece a superação de conflitos cognitivos e a consolidação da apropriação da informação (Gomes, 2021). Dá-se, então, a sua dimensão formativa.

Ao adentrar na análise acerca da dimensão ética da mediação da informação, necessário se faz o resgate da discussão do elemento “interferência” contido no conceito de Almeida Júnior (2015b). Como já mencionado, existe uma diferença

tênue entre interferência e manipulação, ao passo em que a segunda deve ser evitada e a primeira é inevitável.

De fato, não existe mecanismo que assegure a efetiva eliminação da manipulação no processo de mediação da informação, é possível assumir condutas, por parte do mediador – neste caso, consciente de sua ação – que minimize ao máximo a sua ocorrência e seus efeitos. Neste sentido, Gomes (2014, p. 56-57) assegura que

Quando se considera a mediação da informação como uma ação de interferência, que traz implicitamente uma preocupação com o risco da manipulação da informação e da interlocução, a dimensão ética da ação mediadora é mais uma vez evidenciada, o que reclama pelo desenvolvimento da consciência e competência para uma interferência sem manipulações, garantindo o acolhimento, a escuta, a observação e o diálogo com os envolvidos na ação, como também o direito de acesso a diversidade de ideias e o livre pensar, inibindo a censura e o tratamento desigual.

Complementando, Gomes (2014) expressa que a mediação da informação traz em seu bojo o ato de cuidar do outro, demonstrando ser uma ação vinculada à aspectos psicológicos, estéticos e éticos que envolvem a prática informacional.

Outro aspecto relevante acerca da dimensão ética da mediação da informação reside do fato de ser ela fundamental para que o acesso à informação se dê de forma livre, sem restrições e sem censura, o que contribui, inequivocamente, para a expansão do acesso à informação e a consequente restrição de divulgação de *fake news* e desinformação.

Ainda, a dimensão ética pode ser considerada como eixo articulador entre as demais dimensões que integram o processo de mediação da informação, de modo que orienta mediadores a assumirem posição perante a existência de aspectos manipuladores, evitando-os de forma consciente e assumindo sua responsabilidade social de trabalhar buscando a eficaz concretização da dimensão ética na ação mediadora, conhecedores de que ela é capaz de engajar as demais dimensões para a constituição da mediação da informação (Gomes, 2021).

A efetividade da dimensão ética articula as dimensões dialógica, estética e formativa visando a formação de terreno fértil à realização da dimensão política da mediação da mediação.

Contudo, o alcance da dimensão política apenas se dá no bojo da mediação consciente da informação que, no entender de Gomes (2020) se constitui na

categoria mais promissora no âmbito da mediação da informação, ou seja, a única capaz de alcançar as cinco dimensões, expandir e intensificar o processo de problematização que, segundo ela, é o elemento essencial à apropriação da informação por parte dos usuários e, também, no exercício da práxis por parte dos mediadores, sendo que a problematização e a práxis, ao retomar conceitos freirianos, se configuram como elementos que qualificam a mediação consciente da informação como aquela capaz de realizar plenamente seus objetivos em relação à apropriação da informação pelo usuário e à formação do próprio mediador como um protagonista social ciente da sua contribuição perante as lutas sociais que clamam por transformações estruturais da sociedade.

No mesmo esteio, com a efetividade da mediação consciente da informação e o alcance de sua dimensão política, os sujeitos da ação passam a se enxergar como agentes políticos, indo além do autoconhecimento já que passa a compreender não apenas a si mesmos, mas a coletividade na qual estão inseridos, há uma transmutação do bem estar individual para o bem estar coletivo. Nesta instancia ocorre a compreensão da condição social não apenas dos sujeitos envolvidos no processo; a ação supera seus próprios limites de modo que os integrantes passam a perceber os outros que não fazem parte da mediação e se solidariza, por meio do sentimento de pertença, com seus anseios e necessidades. Assim,

Ao alcançar sua dimensão política, a mediação da informação proporciona condições à tomada de consciência por parte de todos que fazem acontecer essa ação, uma consciência da condição de sujeitos políticos que, ao abandonarem a máscara da neutralidade, acabam assumindo a condição de protagonistas sociais e o compromisso com a construção do processo humanizador do mundo (Gomes, 2020, p. 17-18).

O termo “máscara da neutralidade” utilizado por Gomes, nos permite concluir que o usuário, enquanto submerso nos limites do processo mediacional, embora em processo de transformação cognitiva, atua apenas no âmbito individual, em prol de seu ser individual, ou seja, neutro perante a coletividade. Ao adentrar na dimensão política da mediação da informação, a apropriação da informação se concretiza e a Coinfo se dá em sua plenitude impulsionando o usuário a romper as barreiras da mediação e atuar em benefício do bem comum e da justiça social ou, seja, perante a coletividade este sujeito não está mais neutro, assumiu posição e passa a lutar por interesse que não são apenas seus, mas de todos ao seu redor. Ainda, a ação

passa a ultrapassar os limites do ambiente informacional no qual ela se iniciou. Neste sentido, Gomes (2020, p. 18) expressa que

a dimensão política da mediação da informação, quando é alcançada em plena articulação das demais dimensões, acaba fortalecendo o protagonismo social, e assim entendendo a interpretação, o debate, o exercício da crítica, a atitude propositiva pautada no coletivo e em favor da coletividade, para além da ação mediadora e do próprio ambiente informacional onde ela ocorre.

É importante salientar que esta conscientização, inerente à dimensão política da mediação da informação, é permanente para todos os envolvidos no processo (Jesus; Gomes, 2021). Não se trata de uma etapa de um processo dialético pautado em fases de negação e contradição. Tem-se, portanto, a superação das contradições e a atuação política e material dos sujeitos.

Com o alcance da dimensão política, a ação informacional se expande e passa a atuar na construção de uma sociedade humanizadora do mundo, impulsionando a luta pelo respeito à alteridade, pela democracia plena e eficaz, pelo combate à desinformação e *fake news*, pelo fortalecimento da justiça e inclusão social, como fundamentais ao projeto civilizatório (Gomes, 2020). Ainda, a dimensão política propaga a novos processos de mediação consciente da informação, propiciando espaços para o desenvolvimento crítico e cognitivo de outros sujeitos e do livre pensar, pressionando a derrubada de barreiras que impedem o desenvolvimento humano e a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O quadro abaixo indica os autores utilizados para elaboração deste capítulo, bem como suas principais contribuições.

#### **Quadro 6 – Mediação da Informação: conceitos, características e particularidades**

<b>Fundamentação teórica</b>	
<b>Autores (as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação não dirime dúvidas ou incertezas;</li> <li>➤ Informação deve ser mediada e não disseminada ou transferida.</li> </ul>
Almeida Júnior (2015a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Indivíduos como dependentes da informação e uns dos outros;</li> <li>➤ Informação envolta em interesses, necessidades, poder e domínio.</li> </ul>
Almeida Júnior e Santos (2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo como ações críticas de interferência.</li> </ul>
Almeida Júnior	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre mediação, informação e conhecimento.</li> </ul>

(2017)	
Almeida Júnior e Bortolin (2008)	➤ Mediação da informação como destaque na CI.
Almeida Júnior e Santos Neto (2014)	➤ Mediação da informação como processo social
Gomes (2008)	➤ Informação como fenômeno social; ➤ Conhecimento como fruto de interação social.
Gomes (2021)	➤ Informação como fenômeno social; ➤ Relação simbiótica entre informação e conhecimento.
Santos Neto e Almeida Júnior (2017)	➤ Mediação e vários significados
Silva (2009)	➤ Informação como fenômeno humano e social.
Silva (2015)	➤ Mediação da informação aproxima a teoria à prática.
Varela, Barbosa e Farias (2014)	➤ Informação como recurso básico para o desenvolvimento do conhecimento.
<b>Mediação da Informação: Conceito(s)</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior (2009)	➤ Conceito de mediação da informação.
Almeida Júnior (2015b)	➤ Conceito atualizado de mediação da informação; ➤ Mediação implícita e mediação explícita da informação.
Almeida Júnior e Bortolin (2007)	➤ Espaço informacional como sujeito e objeto da mediação da informação.
Batista (2018)	➤ Sujeito não se mantém passivo durante o processo de apropriação.
Botelho e Gomes (2019)	➤ Equipamentos informacionais; ➤ Mediação implícita e contexto social.
Carvalho, Nascimento e Bezerra (2018)	➤ Interferência na mediação da informação como aspecto positivo; ➤ Mediação da informação se realiza mais plenamente nos equipamentos informacionais
Gomes (2021)	➤ Interferência é intencional na mediação da informação; ➤ Documento como dispositivo de mediação da informação; ➤ Relação entre documento e apropriação da informação.
Lopes, Valentin e Almeida Júnior (2011)	➤ Informação registrada e informação não registrada.
Varela Barbosa e	➤ Importância da mediação da informação para o indivíduo;

Farias (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Influência das unidades de informação no processo de mediação de informação.</li> </ul>
Silva (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceito de mediação da informação.</li> </ul>
<b>Mediador da informação: conceito e função social</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediação da informação é recoberta por ideologias, concepções e significados;</li> <li>➤ Não há neutralidade na mediação da informação.</li> </ul>
Almeida Júnior e Santos Neto (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediação da informação depende da atuação do mediador;</li> <li>➤ Limite entre interferência e manipulação.</li> </ul>
Bicheri (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Quem pode atuar como mediador;</li> <li>➤ Importância do mediador para a mediação da informação;</li> <li>➤ Mediação da informação como um processo carregado de ideologia;</li> <li>➤ Mediação da informação como atitude contextualizada.</li> </ul>
Gomes (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Necessidade de investimento na formação de mediadores conscientes;</li> <li>➤ Relação entre mediador consciente da informação, apropriação da informação e Colnfo.</li> </ul>
López Caldera (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atuação do mediador no contexto social do usuário.</li> </ul>
Monteiro e Almeida Júnior (2017)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador da informação como intelectual orgânico.</li> </ul>
Oliveira (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador consciente da informação.</li> </ul>
Santos, Souza e Almeida Júnior (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador da informação em outras áreas do conhecimento;</li> <li>➤ Função do mediador;</li> <li>➤ Conceito de mediador da informação;</li> <li>➤ Importância da conscientização dos sujeitos envolvidos na mediação da informação.</li> </ul>
Santos Neto (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador humano e não humano.</li> </ul>
Santos Neto (2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediação da informação não se reduz à uma ação realizada pelo mediador.</li> </ul>
Silva, Silva e Martins (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Trabalho como mediador entre homem e sociedade.</li> </ul>
Varela, Barbosa e Farias (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador consciente da informação.</li> </ul>
<b>Dimensões da mediação da informação e protagonismo social</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Bicheri (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Colnfo como aquisição de habilidades, conhecimentos e valores</li> </ul>
Gomes (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediador da informação como protagonista social;</li> <li>➤ Mediação da informação como processo dialético;</li> <li>➤ Importância do mediador para a mediação da informação;</li> <li>➤ Reconstrução do sujeito e dimensão estética da mediação da</li> </ul>

	<p>informação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ação humana e experiência do ser;</li> <li>➤ Relação entre a dimensão ética da dimensão da mediação e manipulação da informação;</li> <li>➤ Mediação da informação como ato de cuidado com o outro.</li> </ul>
Gomes (2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediação da informação como processo fundamental para o protagonismo social;</li> <li>➤ Relação do protagonismo com a vida cidadã, o respeito ao outro e ao diferente;</li> <li>➤ Protagonista e sua compreensão frente ao caráter político de sua ação;</li> <li>➤ Protagonismo e o autoconhecimento do usuário;</li> <li>➤ Protagonismo como ação de resistência.</li> </ul>
Gomes (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre a efetividade da mediação da informação e suas dimensões;</li> <li>➤ Dialogia e o compartilhamento das informações;</li> <li>➤ Mediação consciente da informação como única capaz de alcançar as 5 dimensões;</li> <li>➤ Relação entre a dimensão política da mediação da informação e a tomada de consciência por todos os envolvidos no processo;</li> <li>➤ Relação entre a dimensão política da mediação da informação e o desenvolvimento crítico e cognitivo dos sujeitos envolvidos no processo.</li> </ul>
Gomes (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre dimensão estética da mediação da informação e dialogia;</li> <li>➤ Prazer estético da dimensão estética da mediação da informação;</li> <li>➤ Alcance da dimensão formativa da mediação da informação;</li> <li>➤ Relação entre a mediação da informação e a superação de conflitos e consolidação da apropriação da informação;</li> <li>➤ Dimensão ética da mediação da informação como articuladora das demais dimensões.</li> </ul>
Jesus e Gomes (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Alcance da dimensão estética da mediação da informação;</li> <li>➤ Dimensão política como modificação permanente do sujeito.</li> </ul>
Lopes Barbosa e Almeida Junior (2017)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sujeito informado como agente transformador do sistema vigente.</li> </ul>
Santos e Almeida Júnior (2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo e mediação da informação como processos que promovem a emancipação humana.</li> </ul>
Silva (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mediação da informação aproxima o conhecimento da ação;</li> </ul>
Souza, Santos e Jesus (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Protagonismo como processo de superação e desenvolvimento.</li> </ul>

Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2024).

## 5 COINFO: CONCEITOS E ESPECIFICIDADES

O presente capítulo se destina à exposição do conceito de competência em informação – Colnfo, bem como à análise de sua função social e de suas dimensões, conectando-a com a mediação da informação e com a formação de protagonistas aptos ao exercício da cidadania e fortalecimento da democracia.

### 5.1 Aspectos Introdutórios

A informação figura como elemento essencial para a existência da vida humana organizada em sociedade. Contudo, por si só, a informação inexistente ou não possui utilidade, isto é, para que exista, seja apropriada pelo indivíduo, crie e/ou transforme conhecimento e atue na sociedade, a informação precisa ser compartilhada, disseminada, ou melhor, a informação precisa ser mediada. Neste sentido, Vitorino e Piantola (2020) afirmam que a existência da informação é condicionada à sua transmissão ou compartilhamento e se constitui como uma prática eminentemente intersubjetiva, refletindo e modelando a percepção e as atitudes dos indivíduos e dos contextos sociais nos quais estão inseridos.

A informação é produto social e sua importância se revela na esteira da sociedade, moldando a percepção e o comportamento dos indivíduos e os valores – éticos, políticos, culturais, entre outros – que perpassam pela realidade material da existência humana. Ainda, é importante ressaltar que a informação não nasce neutra e não o é em nenhuma fase de sua existência. A informação altera e é alterada pelo contexto, tanto subjetivo e individual quanto social e coletivo. Como bem salientam Vitorino e Piantola (2020, p. 26), a informação “carrega as marcas do ser humano, agregando um componente ético e emocional e também político”.

A informação compreende uma dimensão individual e uma dimensão coletiva sendo que, ao retomar a ideia do paradigma social da informação é possível compreender que ela é determinante e necessária para a manutenção das sociedades. Neste aspecto é possível retomar ao fato da informação já se originar de conceitos e valores. Muitos autores afirmam com veemência que a informação é primordial para a construção e manutenção de uma sociedade democrática, justa e solidária. No entanto, o contrário também é real. A informação pode ser utilizada como instrumento de dominação e manipulação entre indivíduos, grupos e até mesmo entre classes sociais antagônicas. López Caldera (2021, p. 37-38) é enfática ao corroborar este entendimento:

[...] toda informação é produzida com uma intencionalidade (consciente ou inconsciente). Pode ter sido produzida com a intencionalidade de despertar consciências, ativar o pensamento e a ação crítica dos cidadãos que compõem os grupos sociais, mas, por outro lado, podem ter sido produzidas com o objetivo de manipulação.

No âmbito individual a informação atua significativamente na qualificação do sujeito pois, ao transformar seu conhecimento em esferas específicas, o capacita para o exercício de determinadas funções laborativas, tornando-o competitivo para sua atuação no mundo do trabalho. Desta forma, a informação pode ser considerada como um bem, simbólico ou não, que confere vantagem a quem a detém, a conhece e a interpreta, seja na esfera individual ou coletiva. E, ao ser compreendida como um bem, esclarece Belluzzo (2020), a informação passa a ser elemento de disputa em uma sociedade que estimula a competição entre os indivíduos, de modo que a informação “pode significar uma espécie de vantagem sobre o outro, desde as discussões políticas, até o mundo do trabalho e a convivência social” (Belluzzo, 2020, p. 17), e aquele que não detém habilidades em informação podem ser marginalizados na vida pública e privada.

Também, é válido ressaltar que não basta ter acesso à informação, necessário se faz que o sujeito tenha capacidade de filtrá-la, interpretá-la e aplicá-la na realidade material na qual está inserido, seja qual for o âmbito do seu interesse, se individual ou coletivo.

No entanto, mesmo que a informação tenha esse grau de importância na vida individual e coletiva, o fato é que nem todos possuem a capacidade de compreender tal importância. A necessidade informacional existe para todos, mas nem todos possuem consciência dela. Vitorino e Piantola (2020) alertam sobre a necessidade de diminuir a ignorância dos excluídos e ressaltam que boa parte destes não sabem sequer que são excluídos. Além disso, é importante destacar que “a informação disponível tende a ser, mesmo que não deliberadamente, selecionada e organizada de modo a favorecer certos grupos e determinadas ideologias” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 137).

Outro aspecto importante a destacar é a existência de um contexto maior e atual chamado Sociedade da Informação, na qual a quantidade e o fluxo de informações superam períodos históricos anteriores. Este cenário comporta uma extensa gama de avanços tecnológicos que permitem o acesso a este intenso e

extenso fluxo informacional; e o acesso à essas informações é de fundamental importância não apenas para a inclusão do indivíduo na sociedade em todas as suas esferas, mas, também, para sua própria sobrevivência. De fato, este grande volume de informação apenas se reverterá em benefício se os indivíduos possuírem conhecimentos, habilidades, valores e atitudes adequadas para atuarem neste novo contexto (Vitorino; Piantola, 2020).

Para Silva, Nunes e Teixeira (2020), a informação, bem como sua produção, acesso e uso, são atividades humanas e resultantes dos fenômenos sociais, indo além das capacidades cognitivas individuais. Ainda, para os mesmos autores, na Sociedade da Informação, a informação molda as práticas educacionais, trabalhistas e culturais cotidianas. A informação e o conhecimento são disseminados mais rapidamente provocando novas necessidades e novas demandas informacionais, de modo que o acesso a eles não se apresenta mais como ponto central. Neste sentido, Almeida Júnior e Santos (2019) corroboram este pensamento e afirmam que os sujeitos não são apenas consumidores de informações, mas, também, produtores delas.

Cada vez mais os indivíduos necessitam de desenvolver habilidades e competências para atuarem com a informação, para acessá-la, interpretá-la para gerar conhecimentos e produzir novas informações. Assim, como afirmam Vitorino e Piantola (2020), não há Sociedade da Informação sem competência, mais precisamente, sem competência em informação, ou seja, não há Sociedade da Informação sem ColInfo.

## **5.2 ColInfo: conceituando**

Muitos estudiosos da CI discorrem acerca do conceito da ColInfo e, embora existam diferentes conceitos – com a ausência de diferenças gritantes –, é unânime o entendimento de ser a ColInfo, também denominada *Information Literacy* – necessária para a sobrevivência na Sociedade da Informação e para a formação de protagonistas sociais.

Para Vitorino e Piantola (2020), a ColInfo é a competência para lidar com a informação, ou seja, é um conjunto de habilidades ligadas à tecnologia da informação, ao ciclo e à análise da informação, sendo que a base da ColInfo é saber usar a informação para o conhecimento. Ainda, para as autoras, a ColInfo está ligada a uma série de habilidades, técnicas ou cognitivas, que permitem o acesso aos

conteúdos informacionais em meio digital (Vitorino; Piantola, 2009). Contudo, é importante frisar que as referidas autoras localizam a ColInfo vinculada ao contexto e à ação já que depende do outro – como uma ação crítica de interferência – para se realizar, o que a torna muito mais coletiva do que social.

No entender de Belluzzo (2020), a ColInfo se caracteriza como um conjunto de atributos que incluem conhecimentos e habilidades para adotar atitudes que visem o encontro, a avaliação e a utilização das informações.

Arduini (2013) indica que a ColInfo comporta um conceito amplo e relacionado à aprendizagem. Para ela, a ColInfo é um processo e não um fim em si mesmo, que implica a abordagem de “[...] conhecimentos (saber o quê e porquê), habilidades (saber como fazer – técnicas) e atitudes (querer fazer – determinação)” (Arduini, 2013, p. 35). Desta forma, o sujeito competente em informação não sabe, apenas, acessar a informação, mas é capaz de criar estratégias de ordenação e categorização das informações, conseguindo, inclusive, distinguir o grau de importância de cada uma delas (Arduini, 2013).

De acordo com Lucca e Vitorino (2020), a ColInfo é um processo fundamentalmente social que se dá a partir da relação do sujeito com o mundo e com os demais atores sociais, incluindo aqui o meio; e se configura como uma gama de habilidades que permitem adequar as informações para satisfazer as necessidades individuais ou coletivas, ou seja, para sanar as necessidades informacionais.

Segundo Silva, Nunes e Teixeira (2020), o desenvolvimento da ColInfo torna os sujeitos aptos a lidar criticamente com a informação, aprendendo a aprender e a participar ativamente da sociedade da informação. Ainda, para os autores em tela, a ColInfo tem como objetivo principal formar cidadãos competentes para acessar, avaliar e usar as informações de modo crítico e autônomo, afastando a ideia de simples usuários da informação, ou seja, ser competente em informação significa agir na sociedade da informação que se desenvolve de forma rápida e dinâmica, amplificando o desenvolvimento tecnológico e apresentando uma superabundância informacional. Também, Silva, Nunes e Teixeira (2020) entendem que a ColInfo pode ser considerada como um conceito guarda-chuva que abarca a aquisição de inúmeras competências que incluem a digital, a visual, a textual e a tecnológica, todas de fundamental importância para a inclusão e sobrevivência na sociedade da informação.

Ainda, Silva, Nunes e Teixeira (2020) partem dos paradigmas da informação de Capurro (já especificados no capítulo 1 desta tese) para localizar a ColInfo. Os referidos autores, ao tratarem acerca do paradigma físico da informação – informação é tida como algo objetivo, material e externo ao indivíduo – afirmam que a ColInfo pode ser determinada como aquelas habilidades que permitem ao indivíduo identificar e acessar as fontes de informação, sejam físicas ou digitais, bem como utilizar tais informações para a resolução de determinados problemas. Ao mencionarem o paradigma social da informação – informação é entendida como fenômeno social estando inserida nas estruturas sociais de poder político, econômico e cultural –, tais autores concluem que a ColInfo é caracterizada por um conjunto de capacidades que prepara o indivíduo para a realização de uma reflexão crítica sobre o ciclo informacional, para a produção de conteúdos e para a atuação ética do sujeito como cidadão em uma sociedade democrática mediada por informação (Silva; Nunes; Teixeira, 2020).

Em se tratando do paradigma cognitivo da informação, Silva, Nunes e Teixeira (2020) localizam a ColInfo como aptidões dos indivíduos em utilizar a informação de forma consciente e crítica para criar novos conhecimentos. Contudo, é importante salientar que não existem três tipos de ColInfo – uma para cada paradigma. Relacionar a ColInfo e os paradigmas de Capurro se apresenta apenas como uma forma prática e didática para apresentar seu conceito levando em consideração pilares concretizados na CI.

Já Campello (2003) traz uma lista de habilidades relacionadas à ColInfo e que, segundo ela, consta dos principais documentos institucionais que tratam sobre o tema e se enquadram na categoria de habilidades cognitivas de ordem superior ou de pensamento crítico. São elas: “habilidades para solucionar problemas, de aprender independentemente, aprender ao longo da vida, de aprender a aprender, de questionamento, de pensamento lógico” (Campello, 2003, p. 34). Para esta autora, a fluência em tecnologia é apenas mais um dos componentes da ColInfo sendo que, talvez, nem seja o mais relevante.

Para Almeida Júnior e Santos (2019), a ColInfo, assim como a mediação da informação, é uma ação crítica de interferência e se caracteriza como um processo – mediado – que possibilita o desenvolvimento, no sujeito, de senso crítico em relação ao mundo informacional. Assim, a ColInfo deve

ser desenvolvida/aprimorada mediante a estruturação integrada de ações e atividades que permeiem competências, habilidades e atitudes sobre o reconhecimento da natureza e nível da necessidade de informação, o acesso eficaz e eficiente à informação necessária, a avaliação crítica das informações e fontes consultadas e o uso crítico, responsável e ético das informações (Almeida Júnior; Santos, 2019, p. 103).

Desta forma, a Colnfo não pode ser reduzida a uma técnica, mas deve ser vislumbrada como um processo educativo apto a conduzir o desenvolvimento e inclusão sociais dos indivíduos, por meio de ações de interferência para o uso crítico, responsável e ético da informação (Almeida Júnior; Santos, 2019).

Objetivamente, Vitorino e Piantola (2020) destacam que em todas as partes do mundo são declaradas, de forma exaustiva, as habilidades consideradas essenciais para sobreviver na sociedade da informação:

(...) habilidades cognitivas de ordem superior ou de pensamento crítico: habilidade de solucionar problemas; habilidade de aprender independentemente (autonomia); habilidade de aprender ao longo de toda a vida (*life long learning*); habilidade de aprender a aprender; habilidade de questionamento e habilidade de pensamento lógico (Vitorino; Piantola, 2020, p. 66).

De fato, o sujeito competente em informação é aquele apto à percepção dos aspectos éticos, políticos, sociais, culturais e econômicos da realidade material e à intervenção de modo crítico e consciente; é aquele capaz de identificar sua necessidade informacional, acessar as informações, interpretá-las e usá-las para gerar novas informações e conhecimentos.

Contudo, ainda é válido destacar que a Colnfo é um processo de aprendizagem e, como tal, não estagna no tempo e no espaço. A Colnfo é dinâmica e duradoura, devendo ser atualizada a fim de acompanhar as novas demandas informacionais e os processos sociais em desenvolvimento e aquelas que estão por vir. Daí a importância de enfatizar a Colnfo como um aprendizado para a vida ao longo da vida. Neste sentido, Doyle (2017) destaca que um aspecto que merece destaque no conceito de Colnfo é o aprendizado ao longo da vida, ou seja, é o sujeito que sabe aprender a aprender. Desta forma, o sujeito, consciente da dinamicidade da sociedade, busca se adequar às mudanças e ao novo, porque ele sabe como aprender, entende como o conhecimento é organizado e como encontrar e usar a informação, além, o sujeito competente em informação além de aprender para si mesmo é capaz de usar a informação para que outros também aprendam

com ela. O sujeito competente em informação é capaz de encontrar a informação necessária em qualquer contexto ou desafio.

Ainda, a ColInfo abarca a habilidade do indivíduo em atribuir sentido à informação acessada, de modo que não é válido afirmar que qualquer forma de uso da informação significa que o ser está imbuído de competência. Outrossim, o uso consciente da informação, também, significa afirmar que o sujeito aprende a utilizar a informação de forma criativa no intuito de modificar o meio e deixar sua marca nos outros (Vitorino; Piantola, 2020).

### **5.3 Competência Crítica em Informação**

Ao analisar os conceitos aplicados à competência crítica em informação (CCI), percebe-se que esta abarca capacidades além daquelas inclusas no conceito de ColInfo, não a invalidando ou a contrariando.

Pode-se dizer que a ideia da CCI tem seu nascedouro no fato da informação não ser neutra e de existir uma barreira que impede o seu acesso de forma livre e democrática.

Neste sentido, Silva, Nunes e Teixeira (2020) afirmam que a CCI não pode ser vista como neutra já que a produção, a organização, a disseminação e o acesso à informação não o são. Ainda, Vitorino e Piantola (2009) afirmam que a informação disponível inclina-se a favorecer certos grupos e ideologias, mesmo que de forma não proposital, e lembram que a produção do conhecimento pode ser condicionada por aqueles que detém a propriedade dos estoques de informação e que, de fato, existem barreiras que impedem o acesso pleno às informações, sendo que tais barreiras podem se Como já demonstrado no capítulo anterior, a mediação da informação possibilita a formação de protagonistas sociais aptos à transformação da sociedade. Da mesma forma atua a ColInfo.

Almeida Júnior e Santos (2019) afirmam que a ColInfo integra o processo de mediação da informação e, da mesma forma que esta última, também é uma ação crítica de interferência. Para os autores, tanto a ColInfo quanto a mediação da informação, integralizam um processo cujo objetivo é a apropriação, de forma crítica, da informação afim de propiciar a construção e a transformação de conhecimento para a promoção da autonomia, emancipação e participação do indivíduo na coletividade – ou seja, para a transformação de indivíduos em protagonistas sociais.

Seguindo o mesmo entendimento, é possível completar indicando que a ColInfo e a mediação da informação atuam nas esferas subjetiva e objetiva, isto é, atuam subjetivamente ao criarem novos conhecimentos ou transformar o conhecimento prévio do sujeito; e objetivamente ao possibilitar a transformação da realidade material por meio da ação dos protagonistas sociais. Ao modificar a subjetividade do indivíduo, as ações críticas de interferência proporcionam ao ser uma visão mais ampla e descortinada da realidade, facilitando o exercício da cidadania e fortalecendo o ser social. r culturais, linguísticas ou tecnológicas. Assim, tem-se que o indivíduo revestido pela CCI é aquele apto a romper estas barreiras.

Quando se pensa nas habilidades típicas da ColInfo, por mais que o sujeito as adquira, por meio do processo de mediação da informação, poderá atuar como protagonista melhorando suas condições de vida e daqueles ao seu entorno sem, contudo, modificar a natureza das relações sociais nas quais se encontra inserido, exatamente porque não foi capaz de romper as barreiras descritas acima. Ao rompê-las, o indivíduo passa a agir em outro patamar, compreendendo a existência de um antagonismo entre a aparência e a essência das relações sociais e os impactos da informação neste contexto. Do mesmo modo, se manifestam Vitorino e Piantola (2009, p. 138)

Em uma perspectiva crítica, a competência informacional deve ser mais amplamente entendida como uma “arte” que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente.

Outrossim, ao permitir que o indivíduo rompa as barreiras que impedem o acesso à informação e à produção de conhecimento, a CCI propicia a tomada de posição de sujeito que em momento anterior estava silenciado e excluído sem, ao menos, ter consciência de tal condição.

Doyle (2017, 2018) aborda a CCI a partir de conceitos freirianos e da teoria crítica de Horkheimer e sustenta que o indivíduo somente se posicionará de forma crítica ao se colocar historicamente perante a realidade material à sua frente, sendo que a conscientização de si mesmo somente ocorre mediante a consciência do mundo, ou seja, não é possível separar o sujeito do mundo para experimentar e conhecer a realidade em que está inserido. Ainda, afirmando o parágrafo anterior, a

referida autora atesta que existem grupos que almejam a manutenção das estruturas sociais e aqueles que querem a mudança. Contudo, é possível afirmar que existem, também, aqueles que desconhecem as possibilidades e não se comprometem com a transformação do mundo por falta de conhecimento/informação. “[...] não se pode denunciar o que não conhece. E não se pode anunciar o novo se não se está comprometido com a transformação do mundo” (Doyle, 2017, p. 30).

CDoyle (2017, 2018) utiliza a teoria crítica para embasar a CCI e declara que o objetivo de tal teoria é a transformação da sociedade por meio do acirramento das lutas sociais – ou luta de classes – pelo fato de fundamentar a *práxis*, ou seja, ela se comporta como mediadora entre a teoria e a luta de classes. Outrossim, ela sustenta que o indivíduo crítico é aquele que compreende o modo de economia vigente e todo o contexto cultural que é nele baseado, e referenda a ideia de ser a realidade material fruto do trabalho humano – o que também é defendido por Marx e já exposto no primeiro capítulo deste trabalho científico.

Além do mais, é válido salientar que a informação não pode ser isolada do mundo e que o relacionamento que se tem com o mundo é o mesmo que se tem com a informação; e ao se relacionar criticamente com a informação, o sujeito, também, se relaciona criticamente com o mundo e, ao se colocar historicamente no contexto social, o sujeito passa a adquirir consciência crítica sobre si mesmo. Desta forma, é possível afirmar que a CCI se desenvolve tanto na esfera subjetiva como na esfera objetiva, ou seja, o indivíduo em relação a si mesmo e em relação com o mundo.

Todavia, para Doyle (2018) a CCI não é considerada apenas como um conjunto de habilidades construídas no sujeito, mas, se trata, também, de uma linha de estudos que

a) critica visões, pesquisas ou projetos ideologizantes de competência em informação; b) integra elementos da teoria crítica da sociedade e da pedagogia crítica (de Paulo Freire) em suas reflexões e práticas, e; c) se propõe a combater os efeitos nefastos do capital sobre a circulação de informação na sociedade (Doyle, 2018, p. 27).

De fato, o desenvolvimento da ColInfo, incluindo sua forma crítica, se mostra como um eficaz instrumento de transformação social, o que afasta definitivamente a possibilidade de reduzi-la a uma técnica.

#### 5.4 ColInfo: função social e dimensões

Lucca e Vitorino (2020), ao retomarem a ideia de informação sob a perspectiva do paradigma social, afirmam que a informação é necessária à manutenção da democracia haja vista que possui papel fundamental para a difusão e incorporação de valores nos sujeitos, o que faz dela um elemento primordial para o desenvolvimento da cidadania. No entanto, a informação sozinha nada faz, nada transforma, aliás, não existe. A informação somente adquire sentido no coletivo. Ainda, como lembram Vitorino e Piantola (2020), o acesso à informação, por mais facilitado que seja, apenas é benéfico quando os usuários obtiverem conhecimentos, habilidades, valores e atitudes adequados ao contexto social vigente que, no cenário atual, é a chamada sociedade da informação.

O desenvolvimento da cidadania não se dá apenas com o acesso material à informação, é necessário que o sujeito saiba compreender e interpretar a realidade, bem como atribuir sentido a ela. Para Vitorino e Piantola (2020), a informação pode ser utilizada como instrumento de permanência do *status quo* ou de mudança social. Quem determina o sentido da sua utilização é o indivíduo pautado nas suas habilidades e conhecimentos, sendo que o desenvolvimento da ColInfo visa a formação de protagonistas sociais, que são agentes de mudança. Neste sentido, Silva, Nunes e Teixeira (2020) são explícitos ao concluir que a ColInfo tem como objetivo formar cidadãos aptos a atuar na sociedade da informação, possuindo habilidades para acessar, avaliar e usar a informação de maneira crítica e autônoma.

Contudo, é válido salientar que a ColInfo atua não apenas no plano individual, mas, também, no coletivo. De fato, em um primeiro momento a ColInfo é concebida como um conjunto de habilidades a ser construído individualmente, no entanto, é necessário visualizá-la perante a coletividade e as relações sociais. Um indivíduo competente em informação, ao se relacionar socialmente, deixa sua marca nos outros e dá início a um novo processo onde atua como mediador possibilitando a apropriação da informação e a formação da ColInfo nos demais indivíduos. Assim, percebe-se que a ColInfo está vinculada ao contexto e à ação, dependendo do outro para se constituir e se mostrando mais coletiva do que individual (Vitorino; Piantola, 2009). Igualmente, os indivíduos competentes em informação, ao reproduzirem o processo de mediação da informação, propiciam a circulação da informação de

forma dinâmica e facilitam a interação dos demais sujeitos com o meio de forma racional e crítica.

Vitorino e Piantola (2009) colocam em pauta que a informação tem sua origem e seu destino na sociedade, o que intensifica a ideia da existência de um papel social da competência informacional. Para as referidas autoras, a ColInfo tem papel primordial na construção de uma sociedade livre e verdadeiramente democrática, pois seria formada por sujeitos conscientes e capazes de realizar escolhas e estabelecer o rumo das próprias vidas. Ainda, para elas, a ColInfo é mais coletiva do que individual por estar vinculada mais diretamente ao contexto e à ação (Vitorino; Piantola, 2009, 2011).

Na mesma linha de raciocínio, Silva, Nunes e Teixeira (2020) afirmam a importância da ColInfo, também, na esfera coletiva e democrática, já que opera em capacitar indivíduos a utilizarem a informação para efetivar suas responsabilidades civis e a tomarem decisões inteligentes, inclusive ao votar, o que fortalece o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ainda, pautados no pensamento de Owens, os autores em tela enfatizam que um sujeito competente em informação está em melhor posição para tomar decisões do que aquele não competente em informação. Dessa forma, é possível afirmar que aquele competente em informação é capaz de analisar de modo mais consciente e crítico as opções antes de efetivar seu voto e participar ativamente da esfera política da sociedade na qual está inserido.

Ao analisar o papel social da ColInfo, Arduini (2013) reforça que é necessário pensá-la sempre na esfera coletiva já que promovê-la em espaços coletivos se mostra mais eficaz quando o objetivo é a transformação social, ou a formação de protagonistas. Neste aspecto, evidencia-se a necessidade de trabalhar com a orientação e educação de comunidades e não apenas de usuários individuais.

Também, é válido ressaltar o posicionamento de Belluzzo (2020) que coloca a competência informacional no campo das políticas públicas a fim de diminuir as lacunas sociais existentes e os fatores que favorecem a exclusão social, além de permitir que os sujeitos exerçam a cidadania de forma mais efetiva e assertiva, fortalecendo a democracia por meio da participação ativa dos indivíduos como atores históricos e sociais, o que contribui para o desenvolvimento social e de inovação para as gerações futuras.

Entretanto, é importante lembrar que as competências não surgem espontaneamente nos indivíduos ou, como mencionam Almeida Júnior e Santos (2019), as competências não são uma virtualidade da espécie. A própria competência informacional precisa ser desenvolvida e, para tanto, necessário se faz, em seu processo, o alcance de 4 dimensões: técnica, estética, ética e política; que, segundo Beluzzo (2020), não se mantêm sozinhas mas constituem partes de um todo de competências, de modo que uma dimensão não sobrevive sem as outras. Com a mesma compreensão, Vitorino e Piantola (2011, p. 102) esclarecem que

Uma dimensão é aqui compreendida como uma face, uma parte de um todo que não se mantém sozinha ou sobrevive sem a outra face ou as outras partes – as outras dimensões. É uma espécie de “retalhos” de um patchwork complexo e colorido, onde as partes se unem para um propósito, uma finalidade: a competência informacional.

Além, Silva, Nunes e Teixeira (2020) salientam que não se deve esquecer ou privilegiar nenhuma dimensão em detrimento de outra, visto que para caracterizar um indivíduo competente em informação, é necessário que desenvolva habilidades técnicas para acessar e usar as informações e assim interpretá-las para aplicá-las de forma crítica e ética em sua participação política – exercício da cidadania – visando a construção e o fortalecimento de uma sociedade justa e democrática.

Todas as dimensões devem estar presentes, não apenas na competência, mas, também, na própria informação, já que a informação é a essência da Colnfo e não é possível a existência de uma sociedade da informação sem tal competência, inclusive, em todas as suas dimensões (Vitorino; Piantola, 2020).

Como já mencionado em outros momentos, a Colnfo não pode ser reduzida à técnica. Para ser competente em informação não basta que o indivíduo apenas tenha habilidades para acessar as informações de forma correta. No entanto, o domínio da técnica é de fundamental importância para o desenvolvimento da Colnfo em todas as suas dimensões.

A dimensão técnica pode ser considerada como a base da competência em informação e abrange não apenas o usuário, mas, também, o trabalho do profissional que atua com a informação e todo o ciclo informacional. Para Vitorino e Piantola (2011) a ideia da técnica se revela em atividades práticas e de caráter objetivo, se baseando em domínio de instrumentos e habilidades para encontrar, avaliar e utilizar corretamente as informações. Assim, o sujeito competente em

informação é que apto a acessar com destrezas a tecnologia existente, bem como dominar as novas. Beluzzo (2020) compartilha o mesmo entendimento e afirma que a dimensão técnica engloba habilidades e conhecimentos que capacitam o sujeito a encontrar, acessar, avaliar e usar a informação que necessita.

Silva, Nunes e Teixeira (2020), ao analisarem a dimensão técnica proposta por Vitorino e Piantola (2011, 2020), concluem que ela ocorre por meio da ação no contexto da informação, consistindo na aquisição de habilidades que capacitam o indivíduo a encontrar, interpretar e utilizar a informação de forma crítica e precisa de acordo com sua necessidade.

A importância da técnica vai além do que aparenta e requer uma análise mais aprofundada acerca de seu sentido pois está relacionada intimamente com o contexto humano e cultural na qual se desenvolve, podendo ser, inclusive, um instrumento de inclusão ou de exclusão social. Desta forma, é possível concluir que a técnica não é neutra, mas, como afirmam Vitorino e Piantola (2011), as atividades técnicas não devem existir por si só, mas devem ser constituídas a partir de determinadas motivações e contextos particulares, pois gerarão uma série de consequências éticas e sociopolíticas. De fato, o processo de construção da ColInfo pode se iniciar na aquisição de habilidades técnicas relacionadas à informação, mas, para que se concretize é necessário a realização das demais dimensões para que projete consequências edificadoras nos âmbitos pessoal e coletivo.

Já a dimensão estética da ColInfo está relacionada com a percepção que o indivíduo tem do mundo, da realidade material, e não se associa ao mundo da arte como imagina o senso comum. Tal dimensão evidencia a intelectualidade e a percepção sensível que o sujeito tem da realidade e as sensações resultantes desta relação, ou seja, evidencia a compreensão consciente da realidade (Vitorino; Piantola, 2020).

Ligar a estética ao que é belo não desvirtua o seu sentido, contudo tal beleza não se relaciona com o exterior do homem ou com objetos e obras de arte. É uma beleza inerente ao sentir e ao agir humano, à sua própria existência e ao bem comum, ao bem viver. Ainda, de acordo com Vitorino e Piantola (2011, 2020), a experiência estética se manifesta em todos os âmbitos da vida humana e se apresenta como essencial na construção da subjetividade e determinante do próprio caráter do homem.

Entre os elementos que permeiam o processo estético, encontra-se dois fundamentais, a sensibilidade e a criatividade. A sensibilidade atua diretamente na forma como o ser encontra maneiras de se conectar com a realidade, com o mundo e com as informações, de acordo com seus anseios e conhecimentos, de forma mais prazerosa e eficaz. Dessa forma, o sujeito passa a experimentar o prazer na criação, o que estimula o desenvolvimento da ColInfo (Vitorino; Piantola, 2020).

Em relação à criatividade, esta se realiza na criação de algo novo, de um novo conhecimento ou de uma nova maneira de ver e compreender o novo, e se inicia no processo de apropriação da informação e não permite que o sujeito perpetue um pensamento dominante ou se comporte passivamente perante uma ordem social pautada na exclusão e na injustiça social. O ato de criar é inerente à natureza humana e deve ser incentivado. Além, é por meio da criatividade sensível que o ser humano desenvolve a reflexão e a racionalidade, adquirindo consciência de si mesmo e da realidade material ao seu redor.

Outro aspecto fundamental que permeia a criatividade é a adaptabilidade do indivíduo que a desenvolve, já que a pessoa criativa, no entender de Vitorino e Piantola (2020), é aquela que possui flexibilidade mental para mudar de enfoque caso não encontre o que busque. Também, tal adaptabilidade é verificada na práxis, haja visto que o sujeito criativo encontra meios de aplicar a teoria – conhecimento científico – à prática social, agindo como protagonista, um ator de mudanças, deixando sua marca nos demais e perpetuando os processos mediadores, de modo a transmutar a reflexão crítica e a transformação pessoal para uma esfera coletiva ou social, o que demonstra claramente o vínculo existente entre a dimensão estética e as dimensões ética e política.

Ao adentrar no âmbito social, a competência informacional passa a atuar visando o bem comum e a realização dos interesses e anseios coletivos, trazendo à pauta a necessidade de observação de valores éticos que permeiam a sociedade onde a ColInfo está se consolidando. Ainda, Vitorino e Piantola (2020) esclarecem que a ética, também, possui um caráter crítico pois, o indivíduo ético é capaz de tomar posição diante de situações específicas que requerem um julgamento de valor. E, como já mencionado, as atividades vinculadas à informação – bem como a própria informação – estão encharcadas de ideologias e interesses diversos; e saber interpretá-las e utilizá-las para o bem comum necessita de um esforço criativo, sensível e ético. A dimensão ética da ColInfo se baseia, portanto, na realização de

um comportamento ético e do uso responsável da informação para o bem da coletividade (Vitorino; Piantola, 2011).

Ao transpassar da esfera individual para a esfera coletiva ou social, a atuação do sujeito adquire um status sociopolítico e a ColInfo alcança sua dimensão política.

Silva, Nunes e Teixeira (2020), com base nas discussões de Vitorino e Piantola (2011, 2020), indicam que a dimensão política da competência informacional se pauta em aspectos específicos, sendo eles o exercício da cidadania, a participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social, a capacidade de ver além da superfície do discurso e a compreensão de que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.

A democracia se configura pela participação popular na tomada de decisões referentes à vida pública e ao estado, sendo que o indivíduo que participa de tal tomada de decisão é tido como um cidadão, ou seja, a cidadania se realiza por meio da participação do indivíduo nesta tomada de decisão – aqui, inclui-se o voto em um sistema político representativo. Desta forma, é importante destacar que um indivíduo competente em informação possui melhores condições intelectuais de tomar decisões de forma ética, crítica e consciente, o que fortalece o exercício da cidadania, tornando-a mais eficaz para a consolidação de uma sociedade democrática.

Ainda, a atividade política não é neutra, muito menos o é o exercício da cidadania. Como já demonstrado em outros momentos no decorrer deste trabalho, a própria criação e disseminação da informação não é plena, mas carregadas de ideologias que beneficiam determinados grupos ou classes sociais, e quebrar este ciclo é ato possível somente àquele competente em informação e, como observado pelo pensamento durkheimiano, a única forma de romper com uma estrutura social é criar um movimento social com maior alcance e intensidade. Daí a importância do desenvolvimento da ColInfo no âmbito coletivo. Neste sentido, Vitorino e Piantola (2020) afirmam que a competência em informação realiza um importante e indispensável papel para a construção e manutenção de uma sociedade livre e verdadeiramente democrática, de modo que a ColInfo está intimamente associada ao contexto e à ação, o que consolida seu aspecto social e coletivo.

As ações críticas de interferência – ColInfo e mediação da informação – objetivam a formação de protagonistas sociais por meio da apropriação da

informação, de modo que não há como negar a função social destas ações. Somente a criticidade e o auto conhecimento propiciados por elas são capazes de capacitar o sujeito para o cumprimento de sua ação social. E, da mesma forma que o processo de mediação da informação, o processo de desenvolvimento da competência informacional se dá por meio do alcance de dimensões que, no entender de Vitorino e Piantola (2011), constituem as bases sobre as quais se fundamentam a informação, em todo o seu ciclo informacional, e a competência para acessá-la, interpretá-la e utilizá-la de modo significativo para a transformação da realidade.

O quadro 7 apresenta uma síntese do conteúdo trabalhado neste capítulo, bem como seus respectivos autores.

**Quadro 7 – ColInfo: conceitos e especificidades**

<b>Aspectos introdutórios</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior e Santos (2019)	➤ Sujeitos como consumidores e produtores de informação.
Belluzzo (2020)	➤ Informação como elemento de disputa que estimula competição entre indivíduos e grupos para fins diversos.
López Caldera (2021)	➤ Informação pode ser utilizada como instrumento de dominação e manipulação.
Silva, Nunes e Teixeira (2020)	➤ Informação e práticas informacionais são atividades humanas e resultantes dos fenômenos sociais.
Vitorino e Piantola (2009)	➤ Informação tende a ser selecionada e organizada para favorecer certos grupos e ideologias
Vitorino e Piantola (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação é condicionada à sua transmissão e compartilhamento;</li> <li>➤ Informação como prática intersubjetiva;</li> <li>➤ Informação é carregada de marcas do ser humano e agrega componentes éticos, emocionais e políticos;</li> <li>➤ Necessidade da diminuição da exclusão social;</li> <li>➤ Informação como benefício apenas se usuários possuem conhecimentos e habilidades;</li> <li>➤ Não há sociedade da informação sem competência em informação.</li> </ul>
<b>ColInfo: conceituando</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior e	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo como ação crítica de interferência;</li> <li>➤ ColInfo como processo mediado;</li> </ul>

Santos (2019)	➤ ColInfo não se reduz à técnica.
Arduini (2013)	➤ ColInfo como processo de aprendizagem; ➤ Sujeito competente em informação cria estratégias de ordenação e categorização das informações.
Belluzzo (2020)	➤ ColInfo como conjunto de atributos, conhecimentos e habilidades para encontrar, avaliar e usar informações
Campello (2003)	➤ ColInfo como habilidades cognitivas de ordem superior ou de pensamento crítico.
Lucca e Vitorino (2020)	➤ ColInfo como processo social que se dá a partir da relação do sujeito com o mundo e com os demais atores sociais.
Doyle (2017)	➤ ColInfo como aprendizado ao longo da vida.
Silva, Nunes e Teixeira (2020)	➤ ColInfo torna os sujeitos aptos a lidarem criticamente com a informação; ➤ ColInfo como conceito guarda-chuva que engloba habilidades de diversas naturezas; ➤ Relação da ColInfo com os paradigmas da informação de Capurro; ➤ ColInfo permite ao sujeito lidar criticamente com a informação; ➤ ColInfo possibilita o sujeito a criar novos conhecimentos por meio da utilização crítica e consciente da informação.
Vitorino e Piantola (2009)	➤ ColInfo como habilidades técnicas e cognitivas.
Vitorino e Piantola (2020)	➤ ColInfo como competência para lidar com a informação; ➤ Usar a informação para o conhecimento é a base da ColInfo; ➤ Habilidades relacionadas à ColInfo; ➤ ColInfo como competência para dar sentido à informação.
<b>Competência crítica em informação</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Doyle (2017)	➤ Aborda a competência crítica em informação a partir de conceitos freirianos e de Horkheimer.
Doyle (2018)	➤ Aborda a competência crítica em informação a partir de conceitos freirianos e de Horkheimer; ➤ ColInfo deve ser considerada, também, como uma linha de estudos.
Silva, Nunes e Teixeira (2020)	➤ ColInfo não é neutra.
Vitorino e Piantola (2009)	➤ Informação disponível favorece grupos e ideologias; ➤ Competência crítica em informação deve ser entendida como “arte”.
<b>ColInfo: função social e dimensões</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida Júnior e Santos (2019)	➤ ColInfo integra processo de mediação da informação; ➤ Competências não são uma virtualidade da espécie, mas devem ser desenvolvidas.
Arduini (2013)	➤ Reforça a necessidade de pensar a competência em

	<p>informação, também, na esfera coletiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo deve ser promovida em espaços coletivos.</li> </ul>
Belluzzo (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coloca a competência informacional na esfera das políticas públicas;</li> <li>➤ As quatro dimensões da ColInfo estão interligadas e não se mantêm isoladamente;</li> <li>➤ Habilidades que fazem parte da dimensão técnica.</li> </ul>
Lucca e Vitorino (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Informação é necessária para a manutenção de uma sociedade democrática.</li> </ul>
Silva, Nunes e Teixeira (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo tem como objetivo formar cidadãos aptos a atuar na sociedade da informação;</li> <li>➤ Importância da ColInfo, também, na esfera coletiva e democrática;</li> <li>➤ Não se deve esquecer uma dimensão ou privilegiar uma sobre a outra;</li> <li>➤ Dimensão técnica ocorre por meio da ação no contexto da informação;</li> <li>➤ Aspectos específicos da dimensão política da ColInfo;</li> </ul>
Vitorino e Piantola (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo está vinculada ao contexto e à ação;</li> <li>➤ Informação tem sua origem e seu destino na sociedade;</li> <li>➤ ColInfo é mais coletiva do que individual.</li> </ul>
Vitorino e Piantola (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ColInfo é mais coletiva do que individual;</li> <li>➤ Cada dimensão constitui uma parte de um todo que não sobrevive sozinha;</li> <li>➤ Conceito da dimensão técnica da ColInfo;</li> <li>➤ Dimensão técnica da ColInfo não existe por si só;</li> <li>➤ Experiência estética se manifesta em todos os âmbitos da vida humana;</li> <li>➤ Dimensão estética se realiza no comportamento ético durante o uso responsável da informação para o bem comum;</li> <li>➤ Concretização da ColInfo se dá por meio do alcance de todas as suas dimensões.</li> </ul>
Vitorino e Piantola (2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Acesso à informação somente é benéfico se o sujeito tiver conhecimento e habilidades adequados;</li> <li>➤ Informação como instrumento de permanência ou transformação social;</li> <li>➤ Não é possível a existência de uma sociedade da informação sem a competência informacional;</li> <li>➤ Aspectos da dimensão estética;</li> <li>➤ O prazer da criação estimula o desenvolvimento da ColInfo;</li> <li>➤ Pessoa criativa possui flexibilidade mental para mudar de enfoque caso não encontre o que procura;</li> <li>➤ A ética possui caráter político;</li> <li>➤ Competência em informação realiza papel indispensável para a construção e manutenção de uma sociedade livre e democrática</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2024).

## **6 DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE À REVOLUÇÃO: ASPECTOS DA TEORIA MARXISTA DA LUTA DE CLASSES**

O propósito deste capítulo é demonstrar e analisar os conceitos marxistas e marxianos referentes aos temas classe social, consciência de classe, luta de classes e sindicalismo, que serão utilizados como embasamento, juntamente com os conceitos adstritos à Ciência da Informação e expostos até o momento, para a elaboração dos próximos capítulos deste estudo.

### **6.1 Das classes sociais**

Para melhor entendimento acerca da teoria marxista da luta de classes, se faz necessário a compreensão do conceito de classe social. Contudo, é válido salientar que Karl Marx não deixou, em toda a sua criação, um conceito objetivo de classe social – como aqueles encontrados em um dicionário – mas deixou elementos suficientes para que tais conceitos sejam elaborados de forma científica e em consonância com todo o conjunto de sua obra. Neste sentido, esclarecem Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009), que mesmo que não haja uma teoria esquematizada por Marx acerca das classes sociais, este tema é de fundamental importância para o entendimento a respeito das desigualdades sociais, da exploração, do Estado e da revolução socialista, sendo que a teoria acerca deste tema foi constituída a partir de elementos disseminados em sua obra.

Importante salientar que o próprio Karl Marx afirma que não foi o responsável pela descoberta das classes sociais e das lutas que travam entre si. Em uma carta escrita em março de 1852, Marx salienta que tais conceitos já existiam e já tinham sido tratados por historiadores e economistas burgueses e que teria apenas acrescentado que a existência de classes sociais está vinculada apenas à determinadas fases históricas do desenvolvimento do modo de produção, que a luta de classes conduzirá a sociedade à ditadura do proletariado e que tal ditadura levará à extinção das classes sociais. Ainda, no decorrer de sua obra, Marx declara que, sob o sistema capitalista, existem três classes sociais distintas: burguesia, proletariado e proprietários de terras.

Ocorre, porém, que a distinção em apenas três classes sociais, realizada por Marx, não é considerada como uma classificação estática. Alguns autores, como Iasi (2011) acrescentam que esta classificação é válida apenas para o recorte histórico

em que foi elaborada e que não é cabível encontrar de forma objetiva e material apenas estas três classes sociais em tempos recentes:

Quando afirmamos que o conceito de classes da sociedade capitalista engloba apenas os capitalistas, assalariados e os donos de terra, isso é verdade apenas se tomarmos por referência o momento de análise a que se refere essa conclusão; é um absurdo se tratarmos de uma formação social concreta uma vez que existem classes que não estariam de forma alguma englobadas nessas três categorias. Apenas para dar um exemplo: um trabalhador rural que não seja assalariado e que não seja proprietário de terra (como um parceiro, meeiro, ou outra forma qualquer) (Iasi, 2011, p. 106).

Contudo, como definir classe social? E como determiná-la?

Pereira (2003) apresenta um conceito de classe social elaborado por Lênin, segundo o qual as classes são grupos de pessoas que ocupam lugares diferentes na organização social do trabalho e no sistema de produção social que é historicamente determinado e acrescenta que outro aspecto que determina uma classe social é a capacidade do grupo de apropriar-se do trabalho do outro em virtude das posições diferentes que ocupam num sistema de economia social determinado. No entanto, indica Pereira (2003) que a definição abordada por Lênin está incompleta por não mencionar o papel da consciência no processo de identificação das classes sociais. Ainda, tal conceito não indica quais são as classes sociais que integram o sistema do capital, dando margem à inúmeras interpretações.

Marx e Engels (2007) entendem que, embora haja a divisão tricotômica das classes sociais (burguesia, proletariado e proprietários de terras), a tendência da sociedade sob a égide do capitalismo é a simplificação do antagonismo entre as classes sociais, que serão organizadas apenas em duas frentes – a burguesia e o proletariado, que se configuram como dois campos inimigos, duas classes completamente opostas entre si. Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009) alegam que a existência das classes é determinada por circunstâncias históricas e a simplificação em um esquema dicotômico indica a possibilidade de identificar a configuração básica das classes em cada modo de produção, observando aquelas que responderão pela dinâmica essencial de uma dada sociedade, definindo, também, as relações com as demais classes.

Ainda, Marx e Engels (2007) asseguram que a burguesia é uma verdadeira classe revolucionária pois, ao derrotar o feudalismo, institui um novo sistema – capitalismo – e transforma suas ideias e interesses como ideias e interesses

universais de toda a sociedade. No entanto, o próprio surgimento e fortalecimento do capital e de sua classe representante, cria sua própria contradição. A burguesia se cria e cria também seu antagonista: o proletariado que, por sua vez mantém vivo o sistema por meio da venda de sua força de trabalho. Para os referidos autores,

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital, se desenvolve também o proletariado, a classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontram trabalho e só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumente o capital (Marx; Engels, 2007, p. 51).

Para Iasi (2011), não é possível definir o conceito de classe pela análise de um único grupo social. Se faz necessário, analisá-lo em relação à outra classe social, ou seja, a classe apenas se forma em sua relação com outra classe, de tal modo que o conceito de classe é relacional – a classe somente se revela na relação com outra classe. No entanto, é um equívoco utilizar esse único critério para definir a classe social. Iasi (2011) indica que é possível delimitar três critérios para determinar uma classe social a partir da análise da obra marxiana, que podem ser resumidos da seguinte forma: 1) a classe pode ser definida segundo a posição diante da propriedade ou da não propriedade dos meios de produção; 2) pela sua posição no interior das relações sociais de produção, e 3) pela sua ação nas lutas concretas no interior de uma formação social.

Ao se tratar do critério propriedade, inicialmente pensa-se na burguesia que é a proprietária dos meios de produção e no proletariado que não detém tal propriedade. Entretanto, Iasi (2011) adverte que é necessário cautela para determinar uma classe com apenas esse critério, já que o próprio Marx classifica como proprietários de terras uma classe distinta da burguesia ou do proletariado. Desta forma, retoma-se a ideia de ser o conceito de classe relacional, ou seja, além do critério propriedade, é fundamental que se verifique a relação da classe com as demais.

Quanto ao segundo critério, a posição da classe nas relações sociais de produção, pode-se mencionar a relação de dominação existente entre elas e o fato do proletariado vender sua força de trabalho, visto que é este ato que o torna proletário. Tem-se, portanto, uma classe que vende a força de trabalho e outra que a compra. Neste sentido Iasi (2011, p. 108) aponta que “é só no interior dessa relação que uns tornam-se proletários e outros capitalistas”.

Em relação ao terceiro critério – ação da classe nas lutas concretas no interior de uma formação social – trata-se de uma dimensão política da classe embasada na sua posição no interior da luta de classes. Marx e Engels (2007) afirmam com veemência que a luta de classes é o motor da história, de modo que a burguesia já atuou como classe revolucionária e sujeito histórico na transição do feudalismo para o capitalismo, sendo que, para os referidos autores, o proletariado é quem assumirá o papel revolucionário e funcionará como sujeito histórico na transição do capitalismo para o comunismo. Pereira (2003) indica que a constituição da classe operária somente estará concluída quando ela se converter em sujeito revolucionário, que é quando, segundo Marx e Engels, ocorre a transformação da classe em si para a classe para si.

Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009) afirmam que Marx distingue os conceitos de classe em si e de classe para si: classe em si é caracterizada por ser um conjunto de pessoas que se identificam por compartilhar determinadas condições objetivas, ou a mesma situação enquanto proprietários ou não proprietários dos meios de produção; enquanto classe para si é quando essas pessoas se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, levando em consideração que classe para si comporta um elemento subjetivo, ou seja, nem todos que a integram fazem, objetivamente, parte da classe operária mas, com ela se identificam. Assim sendo, Iasi (2011) ilustra como exemplo o caso do próprio Karl Marx que, como indivíduo, não integra a classe trabalhadora, mas se identifica com os seus ideais e com a causa revolucionária – “Ninguém poderia negar a ele um lugar no coletivo proletário por sua consciência e por sua ação no interior da luta de classes” (Iasi, 2011, p. 109).

Ainda, para Marx e Engels (2007) existem outros grupos na sociedade que formam o que eles denominam de camada média sendo formada por pequenos comerciantes, os que vivem de pequenas rendas, os artesãos e os camponeses que se juntarão ao proletariado tendo em vista que seu pequeno capital não permite o exercício da grande indústria e sucumbirá na concorrência com os grandes capitalistas ou porque suas habilidades são desvalorizadas pelos novos métodos de produção. Além das camadas médias, o pequeno industrial, também, combate a burguesia para salvar sua própria existência e se juntará ao proletariado quando estiver próxima sua própria ruína. Iasi (2011), em diálogo com Dahrendorf, lembra a existência da classe média que, em termos subjetivos, expressa seu comportamento

político em consonância com a burguesia sendo que, objetivamente, integra a classe dos trabalhadores assalariados.

Marx e Engels (2007, p. 55) também incluem o lumpemproletariado que, segundo eles, trata-se de uma “putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade” que pode ser arrastado ao movimento revolucionário pelo operariado mesmo que sua condição de existência o predispõe “bem mais a se deixar comprar por tramas reacionárias”. De fato, existem vários estratos sociais que, de uma forma ou de outra, sucumbirão ao proletariado ou à burguesia – seja por necessidade ou por identidade ideológica.

De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico (Marx; Engels, 2007, p. 55).

Ocorre, porém, que mesmo revestido de toda importância histórica, a classe operária se depara com entraves que dificultam e até mesmo a impedem de realizar seu papel revolucionário, seja por sua fragmentação ou por transformações em seu interior.

Para Antunes e Alves (2004) a classe trabalhadora – também denominada por Antunes como a classe-que-vive-do-trabalho – compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, e vem sofrendo por um processo multiforme que interfere em seu modo de ser. Os autores elencam algumas tendências que impactam significativamente no operariado, entre eles o fato do proletariado tradicional estar diminuindo em decorrência das desregulamentações ocorridas no mundo do trabalho que reduzem consideravelmente o conjunto de trabalhadores estáveis e com empregos formais e expandem o trabalho informal e o trabalho precarizado, além de reduzir o ingresso de jovens no mercado trabalho incentivando contratações por meio de programas de estágio e Jovem Aprendiz. Outros aspectos que modificam a classe operária são o aumento do trabalho feminino, o aumento dos assalariados no setor de serviços, a exclusão dos trabalhadores considerados idosos (acima de 40 anos) do mercado de trabalho, a expansão do Terceiro Setor, a ampliação do trabalho em domicílio ou *home office* e a transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo que torna a configuração do trabalho cada vez mais transnacional (Antunes; Alves, 2004).

A classe operária sofreu inúmeros impactos com o passar dos anos e a classe trabalhadora na atualidade é mais extensa do que o proletariado industrial produtivo do século XIX – mesmo que este continue sendo seu núcleo estruturante. Diante deste cenário, não só a classe se fragmenta e se enfraquece como, também, a sua consciência, o que traz novos desafios para as instituições organizadoras da classe.

## **6.2 Da consciência de classe**

Ao tratar sobre o tema consciência de classe não é possível fugir das análises de Karl Marx, tampouco analisá-las isoladamente. Para Marx, todos os aspectos da vida estão interligados em uma realidade material influenciada, inclusive, pelos acontecimentos históricos, de modo que a realidade presente e a passada se pertencem e integram estágios de desenvolvimento de uma única totalidade material – para ele, a realidade é uma totalidade e deve ser analisada sob o prisma do materialismo histórico. Em relação à consciência de classe, segue-se o mesmo raciocínio pois, segundo Marx (2008, p. 47),

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

No mesmo sentido, Iasi (2011) argumenta que não é adequado abordar a consciência de classe como um fato, mas sim como um processo que, como tal, não se desenrola separadamente da realidade material e histórica. Os processos de produção e reprodução da vida social e o processo de desenvolvimento da consciência de classe não são autônomos, mas se articulam de modo objetivo, ou seja, independentemente da vontade dos indivíduos ou das classes sociais. Desta feita, o próprio Marx proclama que o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Daí sua famosa afirmação: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p. 47).

No entanto, Iasi (2011) alerta que a consciência não é adquirida; se assim fosse, antes de adquiri-la o indivíduo viveria em um estado de “não consciência” – o

que não é o caso. A consciência não é algo dado, ela se forma; a consciência não “é”, ela “se torna” (Iasi, 2011, p. 12).

Outrossim, é válido salientar que, embora exista relação íntima entre a dimensão social e a existência individual, ambas não se confundem, da mesma forma no tocante à consciência, já que esta opera tanto no âmbito individual como no coletivo, mesmo que a consciência de classe não se contraponha à consciência individual. Para Lukács (2012) a consciência de classe não é a soma nem a média do que pensam ou sentem os indivíduos isoladamente ou tomados um por um. No entanto, para a compreensão do tema proposto, importante a análise da consciência partindo do indivíduo submerso ao sistema capitalista de produção e levando em consideração tratar-se da consciência de uma classe específica: a classe operária.

Para Iasi (2011) existem duas formas de consciência – a individual e a coletiva, sendo que a consciência individual se molda a partir da visão de mundo que o indivíduo julga como sendo própria, ainda que se forme a partir do outro, já que sua concepção de mundo é construída coletivamente, pois é na interação com o mundo que se forma o psiquismo que é a estrutura básica do universo objetivo do indivíduo. Para o autor, tal forma de consciência se pauta na alienação – aqui, o ser humano se encontra alienado da natureza, de si mesmo e de sua espécie.

Para Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009), o homem humaniza a natureza e a si mesmo por meio da ação produtiva da vida material, e o indivíduo se relaciona com a natureza por meio do seu trabalho mas, sendo o produto do seu trabalho algo que não lhe pertence (mas pertence àquele que compra sua força de trabalho) a natureza se distancia e se fetichiza, e o trabalho sendo convertido em “meio de vida” não gera prazer – é uma atividade imposta que gera sofrimento e aflição – e distancia o indivíduo daquilo que deveria humanizá-lo (Iasi, 2011). Ao estar alienado de si próprio, como ser humano, o indivíduo torna-se coisa, uma mercadoria, de modo que o trabalho não o torna um ser humano, mas é algo que se vende para continuar sobrevivendo, desfazendo o elo entre o indivíduo e a humanidade (Iasi, 2011).

A alienação não pode ser tratada como um estado de não consciência, mas deve ser compreendida como uma etapa ou estágio de desenvolvimento. Também, Iasi (2011) indica que a alienação permite a implantação de ideologias que atuam como forma de dominação com o intuito de manter o ser humano nas esferas mais

superficiais e aparentes das relações sociais de produção, ou seja, mantendo-o no mesmo estado de alienação que sustenta a ideologia dominante.

Desta forma, é possível afirmar que o indivíduo se encontra no estágio da falsa consciência de classe, ou seja, longe de uma consciência de cariz revolucionário. Neste ponto, vale destacar que Marx elabora sua teoria acerca da consciência de classe se pautando na sua teoria sobre a luta de classes, de modo que, quanto mais consciente do seu papel histórico e revolucionário, mais próximo está o indivíduo da verdadeira consciência de classe; e quanto mais submerso na alienação, mais distante se encontra de tal consciência e, portanto, no estágio de falsa consciência de classe.

No entanto, os termos “falso” e “verdadeiro” atribuídos à consciência de classe não encontram mais acolhida no meio científico de modo unânime. Iasi (2002) adverte o uso incorreto de tais termos tendo em vista que não se trata de uma falsa ou de uma verdadeira consciência de classe, mas de estágios propriamente ditos de acordo com o momento histórico em que são observados e, também, com a evolução dos modos de produção. Trata-se da correspondência entre o amadurecimento da consciência e o desenvolvimento das forças produtivas. Desta forma, não existe uma consciência de classe falsa ou errada, tampouco, verdadeira ou correta. Grespan (2021), afirma, neste contexto, que a consciência não é vista por Marx e Engels como um momento secundário ou posterior às condições que garantem a produção da vida social. Para o referido autor, a consciência é inseparável da atividade material e pode ser considerada como consciência do “meio sensível mais imediato” em que se vive e se trabalha. Para Iasi (2002) o estudo da consciência não deve se atrelar a definições sociológicas, mas buscar aferir o grau de amadurecimento das formas de consciência que persistem mesmo sob o invólucro da velha sociedade.

Assim, é adequado utilizar termos consciência alienada, consciência genérica ou, até mesmo, consciência imediata. O que realmente é necessário compreender é o significado e a importância deste tipo de consciência para o objetivo deste estudo e para a teoria marxista (e marxiana) da luta de classes.

O estágio de consciência alienada é marcado pela predominância de uma consciência individual orientada pela ideologia dominante que não se sobrepõe e não é sobreposta pela consciência de classe, ambas se integram mutuamente, fazendo parte da mesma realidade histórica e material.

Já a verdadeira consciência de classe – termo não adequado mas necessário para a introdução do conceito – se desenvolve na transformação do âmbito individual para o social, ou seja, enquanto a consciência alienada predomina isoladamente, a consciência de classe começa a se desenvolver a partir do momento em que este indivíduo alienado passa a se reconhecer no outro.

Retomando o pensamento de Iasi (2011), existem duas formas de consciência, a primeira individual – consciência alienada – e a segunda, coletiva, que se desdobra em dois estágios – consciência em si e consciência para si, sendo que esta terminologia se refere aos conceitos marxianos de classe em si e classe para si. Para ele, a consciência em si, embora se desenvolva no âmbito coletivo, ainda mantém traços de alienação e se atrela à ideologia dominante, podendo evoluir até a consciência de classe, aqui denominada de consciência para si.

Segundo Iasi (2011), a condição inicial para a superação da alienação é o reconhecimento do indivíduo enquanto integrante de um determinado grupo. Afirma o referido autor que

quando uma pessoa vive uma injustiça solitariamente, tende à revolta, mas em certas condições pode ver em outra pessoa sua própria contradição. Esse também é um mecanismo de identificação da primeira forma, mas aqui a identidade com o outro produz um salto de qualidade (Iasi, 2011, p. 29).

Assim, percebe-se que ao reconhecer suas necessidades, desejos e revoltas no outro, o indivíduo passa a ter o sentimento de pertencimento, não necessariamente de uma classe social, mas, pelo menos, de um determinado grupo. Ao se identificar com o outro, a consciência alienada dá um salto de desenvolvimento, ou de amadurecimento, caracterizando a consciência em si e propiciando caminho rumo à consciência de classe ou à consciência para si.

Como já destacado, a teoria da consciência de classe deriva da teoria marxista (e marxiana) da luta de classes, sendo que neste cenário o proletariado possui uma missão histórica e objetiva de superar o sistema capitalista, extinguir uma sociedade sem classes e sem a opressão e exploração do homem sobre o homem – ou de classes sobre classes – e instaurar o comunismo. A verdadeira consciência de classe, ou a consciência para si, se forma a partir do momento em que o operariado se conscientiza da sua missão, enquanto classe social, revolucionária, se afastando da alienação e se desvinculando da ideologia da classe dominante.

Ocorre, porém, que mesmo que a consciência de classe seja uma construção coletiva, ela se dá e se desenvolve no âmbito individual. Contudo, como já destacado, argumenta Lukács (2012) que a consciência de classe não é a soma nem a média do que pensam ou sentem os indivíduos que formam esta classe, tomados um por um; mas sim a ação historicamente decisiva. Para ele, a consciência é reconhecida pela totalidade, pela ação revolucionária da classe. Iasi (2011) acrescenta que a verdadeira consciência de classe é aquela que se expressa na missão da classe, ou seja, quando a classe operária assume a luta política contra o capital em busca de uma superação revolucionária da sociedade capitalista.

Ocorre, porém, que o desenvolvimento da consciência alienada para a consciência para si não ocorre de forma simples, rápida ou linear. Trata-se de uma totalidade material histórica e, portanto, dialética. O desenvolvimento da consciência de classe se dá de modo dialético, ocorrendo recuos, avanços tímidos e saltos qualitativos no interior de um movimento permeado de afirmações e contradições. Neste contexto, Iasi (2011) esclarece que o desenvolvimento dialético da consciência se expressa num processo que contém saltos e recuos, “em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições” (Iasi, 2011, p. 11/12).

O processo de formação da consciência é ao mesmo tempo múltiplo e uno (Iasi, 2011). O que ocorre é uma diversidade de representações e particularidades, sendo que cada indivíduo que compõe a classe vive sua própria superação, transita de sua visão de mundo subjetiva e marcada pela alienação para outra capaz de desvendar a aparência das relações sociais de produção trazendo à tona a essência do sistema do capital e sua desumanidade. No entanto, o fato é que a consciência se desenvolve de forma objetiva, ou seja, independentemente da vontade dos indivíduos. Seu desenvolvimento pode ser mais lento e dificultoso, mas não extinto.

Outro aspecto que é válido salientar é a negação, propiciada pela consciência para si, que a classe operária faz de si própria. Ao ultrapassar os limites existentes entre a consciência alienada para a consciência em si, o indivíduo assume o sentimento de pertencimento a uma classe ou a um grupo. Geralmente o que impulsiona tal transição são necessidades econômicas e/ou materiais comuns aos indivíduos que integram este grupo ou classe. Há, portanto, a compreensão de que juntos, por meio da ação coletiva, conseguirão obter a vantagem econômica

desejada. No entanto, é no interior desta reivindicação organizada – em se tratando de reivindicação de trabalhadores, tal manifestação se dá por meio da ação sindical – que ocorre a percepção do papel revolucionário da classe. Alcança-se a consciência para si. Neste estágio, os interesses próprios deste grupo em particular são substituídos pela ação histórica de superação da ordem capitalista. Ocorre uma dupla negação: o operariado “nega o capitalismo assumindo sua posição de classe para depois negar-se a si próprio enquanto classe assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (Iasi, 2011, p. 32).

Importante, ainda, frisar que existem obstáculos que dificultam – e, até mesmo, impedem – o desenvolvimento da consciência de classe. Como já destacado, o indivíduo no estágio de consciência alienada está submerso na ideologia dominante de sua época, o que o impede de perceber a verdadeira essência das relações sociais de produção. As ideias da classe dominante são difundidas por toda a sociedade por meio das instituições, de modo que as ideias da classe dominante são absorvidas pela classe dominada e aceitas como se fossem suas. Marx e Engels (1998), neste sentido, afirmam que os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes, de modo que a classe que detém o poder material também domina espiritualmente.

Os indivíduos que integram a classe dominante também possuem uma consciência e, em consequência, pensam e assumem uma posição dominante como seres pensantes, produzindo ideias, regulamentando e distribuindo os pensamentos de sua época (Marx e Engels, 1998). Tais ideias dominantes alcançam os indivíduos por meio de ações mediatizadas, justificando e fortalecendo as ideologias que os impedem de romper os invólucros da consciência alienada. Não é difícil compreender os motivos que levam indivíduos, ou grupos, que se manifestam contra a miséria, condições de vida e trabalho insuficientes ou outras injustiças sociais; contudo, a dificuldade está em compreender porque indivíduos, ou grupos, na mesma situação, não se manifestam.

Lessa e Tonet (2011) entendem que o predomínio do capital sobre o ser humano faz com que as pessoas apenas percebam como viáveis somente as possibilidades que reflitam o processo de acumulação do capital. Para os autores,

As possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas gera para a emancipação humana são veladas, e as pessoas só conseguem enxergar como possível a reprodução da sociedade

burguesa como tal. Este é um dos efeitos alienantes que brotam da regência do capital (Lessa; Tonet, 2011, p. 114).

Sob a ideologia burguesa, as pessoas são, em sua maioria, conservadoras por não serem capazes de perceber as condições históricas para a superação do sistema capitalista e para a instauração de uma sociedade emancipada. Os indivíduos acreditam que o capitalismo é eterno e a forma mais evoluída de organização social e política. Ainda, entende-se, aqui, a emancipação humana como a libertação da humanidade da opressão e exploração propiciada pelo capital, o que somente é possível mediante o alcance da consciência para si e da ação revolucionária de classe. “Enquanto o proletariado tomar como sua a consciência do outro, será incapaz de completa e verdadeira autonomia histórica” (Iasi, 2002, p. 34).

Além, Lessa e Tonet (2011) relacionam o amadurecimento da consciência com o conhecimento adquirido e indicam que é indispensável o conhecimento adequado da realidade a fim de estabelecer objetivos aptos a propiciar que as necessidades humanas sejam supridas. O conhecimento, de acordo com os autores, leva os indivíduos à liberdade, permite que o ser humano faça a sua própria história fora do domínio do capital e de suas alienações e impeçam a produção crescente de desumanidades. A revolução comunista é, assim, um ato da humanidade livre, emancipado e radical que age visando a superação das alienações capitalistas e a colocação das necessidades humanas como a essência das relações sociais. Desta forma, é possível concluir que somente um indivíduo socialmente desenvolvido, ou seja, consciente do seu papel revolucionário enquanto classe social, pode integrar uma sociedade comunista.

Contudo, ainda é válido salientar que o desenvolvimento da consciência alienada para a consciência em si pode ocorrer de forma aleatória e espontânea, já que o indivíduo, isoladamente e por si só, passa a se reconhecer e a se identificar com os demais e, conjunto, se organizam para a reivindicação de seus interesses comuns. Iasi (2011) esclarece que a injustiça partilhada entre os membros do grupo possibilita a ação coletiva que, por sua vez, apresenta a possibilidade de não apenas se revoltar contra as mazelas do capital, mas de alterá-las. Assim, a consciência em si pode, também, ser reconhecida como uma consciência reivindicatória, sendo que sua típica forma de organização é a luta sindical – levando em consideração que trata-se de um estágio da consciência própria da classe trabalhadora. A ação reivindicatória abre espaço para mais um salto de

desenvolvimento da consciência. Arbia (2013) esclarece que, tanto para Engels como para Lênin, é na luta que a consciência de classe se desenvolve, se amplia e leva os trabalhadores a compreenderem a verdadeira expressão e amplitude de sua luta. Desta forma, não há a formação da consciência para si sem a atuação sindical.

Não poderá haver salto direto do cotidiano proletário para a consciência de classe mais acabada (...) a passagem pelo sindicalismo, e pelas lutas que pressupõe, é indispensável ao correto acabamento da consciência de classe” (Arbia, 2013, p. 107/108).

Neste salto qualitativo de amadurecimento da consciência de classe, é evidente a forma como tal consciência é adquirida. A consciência não “é”, ela “se forma”. Outrossim, a consciência para si somente é possível por meio da mediação sindical e da atuação consciente de lideranças, da intelectualidade de vanguarda que, na maioria dos casos, é composta por intelectuais que nem integram objetivamente a classe operária.

Como está imersa em um movimento dialético, a consciência de classe pode sofrer recuos e retrocessos, de modo que, mesmo alcançando a esfera sindical, pode retroceder a estágios anteriores de consciência, seja pelo atendimento de suas reivindicações ou pelo enfraquecimento da ação coletiva.

Todavia, apenas o amadurecimento da consciência de classe não é o único requisito para a superação do sistema capitalista. Necessário se faz que determinadas condições materiais estejam presentes. Lessa e Tonet (2011) afirmam que os homens são capazes de fazer a própria história, no entanto, somente a fazem mediante circunstâncias, também históricas, herdadas do passado. Ilustram os referidos autores que o sonho de voar sempre esteve presente nos seres humanos, desde épocas antigas, mas apenas foi realizado a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas se mostrou suficiente para tanto. Para eles,

[...] todas as ações humanas, todos os processos sociais, são desenvolvimentos das possibilidades históricas de cada situação. Tanto do ponto de vista de um indivíduo quanto do ponto de vista coletivo, uma objetivação só pode ocorrer se for possível naquele momento histórico (Lessa; Tonet, 2011, p. 113).

Desta forma, para uma revolução encabeçada pela classe operária visando a superação do capital tenha êxito, é necessário a junção de dois elementos: amadurecimento da consciência de classe – consciência para si – e condições

materiais e históricas favoráveis. Caso contrário, o movimento será fracassado. Como alerta Iasi (2011), a tomada da consciência de classe nem sempre é acompanhada das condições objetivas de realizar as tarefas que a história lhe impõe. Desta forma, cabe a atuação de instituições, como o sindicato, e seus intelectuais a fim de orientar e preparar a classe para a chegada do momento oportuno para a ação revolucionária, ou já no momento em que as condições materiais estejam propícias, despertar a classe para a realização de seu desígnio histórico – mas este assunto será desenvolvido em momento oportuno.

### **6.3 Da luta de classes**

Marx e Engels (2007) iniciam o Manifesto do Partido Comunista afirmando que a história da humanidade é a história da luta de classes e indicam que esta sempre ocorreu de modo dicotômico, ou seja, abrangendo duas classes sociais como classes legítimas para tanto. Segundo os autores,

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros (Marx; Engels, 2007, p. 45/46).

Contudo, importante salientar que existem, além de classes legítimas, outras variáveis que atuam no cenário da luta de classes, sendo que a primeira delas é a existência da propriedade privada, não em sua forma genérica, mas da propriedade privada dos meios de produção, ou seja, daquela utilizada pelo capitalista para propiciar e exploração e a opressão do trabalhador. Neste sentido, Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2015) esclarecem que a crítica realizada pela teoria marxista não recai somente sobre a propriedade dos meios de produção, mas, principalmente, sobre as suas consequências: a exploração dos trabalhadores operada por uma parte de proprietários dos meios de produção, a limitação da liberdade e das potencialidades dos primeiros e a desumanização que alcança todos os membros da sociedade. Ainda, para Lênin (1961) nunca existiu, nem mesmo na escravidão ou sob o regime de servidão, uma opressão tão terrível para o prowo trabalhador quanto esta que ocorre quando os operários não podem – ou não conseguem – opor resistência ao capitalismo.

Segundo Iasi (2011), quando as relações sociais determinantes são baseadas na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado passa a

existir, nesta dada sociedade, condições específicas para que as atividades humanas sejam realizadas gerando alienação ao invés de humanização, de modo que a exploração e opressão do trabalhador passe a ocorrer não apenas no plano objetivo como, também, no subjetivo. Assim, não há sob o sistema capitalista, circunstâncias adequadas para o desenvolvimento humano e sua emancipação. De acordo com Iasi (2002), as relações sociais de produção vigentes no sistema capitalista impedem o desenvolvimento da humanidade e a destroem dia após dia, produzindo o ser humano, também, como mercadoria, fetichizando as coisas e colocando o criador (trabalhador) a serviço da criatura (mercadoria). Para o autor, o capital se transformou numa poderosa força contra a humanidade, de modo que a realidade atual precisa ser transformada.

Lessa e Tonet (2011) entendem que o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo rompem a conexão existente, até então, entre o indivíduo e a coletividade de modo que a vida social passa a ser determinada pela propriedade privada, de tal maneira que a existência pessoal deixa de ser a junção com a vida coletiva, sobrepondo até mesmo, os vínculos mais íntimos e pessoais. Além, o sistema capitalista reduz a vida cotidiana a mera luta por riqueza e faz com que os indivíduos enxerguem o próximo como adversário, gerando um individualismo nunca antes percebido na história da humanidade. Este individualismo burguês, conforme o pensamento de Lessa e Tonet (2011) fortifica uma sociedade onde as necessidades coletivas se subordinam ao enriquecimento privado e as necessidades humanas, sejam coletivas ou individuais, se tornam secundárias e se submetem ao processo de acumulação promovido pelo capital. “Ganhar dinheiro se tornou a razão central da vida dos indivíduos, e a dimensão coletiva, genérica, das suas vidas foi massacrada pelo egoísmo e mesquinharía que caracterizam o burguês” (Lessa; Tonet, 2011, p. 80).

Dessa forma, e como em toda e qualquer relação social em que existem a presença de explorados e exploradores ou opressores e oprimidos, é interesse daquele que explora e lucra com isso – burguesia, no caso do capitalismo – manter o *status quo* a fim de permanecer e reproduzir seu domínio enquanto classe. Marx e Engels (2007) ao afirmarem que a história da humanidade é a história da luta de classes, complementam anunciando que tal luta de classes é ininterrupta e se desenvolve por vezes aberta, por vezes disfarçada. De fato, em poucos momentos da história – mas não pouco importantes – a luta de classe se deu de forma clara e

com embates físicos entre os atores. Mas, na maioria das vezes a luta de classes se desenrola no campo subjetivo ou da consciência.

Para Alves (2010), o capitalismo atua com uma intensa densidade manipulatória atingindo a subjetividade – consciência – do trabalhador vivo, impedindo o desenvolvimento de sua autonomia e de sua personalidade; o capital, por meio de sua classe social representante, a burguesia, envolve o “saber” e o “fazer” dos trabalhadores, submergindo-o à lógica do capital. Em consequência, o indivíduo passa a acreditar que a realidade na qual está inserido é a ideal e que o fortalecimento do capital significa o próprio fortalecimento da espécie humana, de modo que não há vida fora do sistema capitalista. Lessa e Tonet (2011), na mesma maneira, esclarecem que ao prevalecerem as necessidades do capital sobre as humanas, dia após dia, os indivíduos passam a compreender como legítima apenas a realidade que reflete o processo de acumulação do capital e se tornam, portanto, cidadãos conservadores que acreditam que o capitalismo é eterno. Estes indivíduos não percebem a existência de possibilidades históricas de superação deste sistema e de construção de uma nova sociedade, uma sociedade emancipada.

As possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas gera para a emancipação humana são veladas, e as pessoas só conseguem enxergar como possível a reprodução da sociedade burguesa como tal. Este é um dos efeitos dos processos alienantes que brotam da regência do capital (Lessa; Tonet, 2011, p. 114).

Assim, os indivíduos tomam para si as ideologias que não são suas, que são produzidas e reproduzidas por um sistema afim de garantir sua própria subsistência. Retomando o pensamento marxiano, é o ser social que determina a consciência dos homens e não o contrário. Como vivem sob o capital, os indivíduos são dominados pelas ideias da classe dominante sendo que é exatamente no plano das ideias que a luta de classes se desenvolve em sua forma mais cruel e eficaz. Como salientam Lessa e Tonet (2011), o crescimento das forças produtivas leva a desumanidades cada vez mais brutais e eleva a miséria mesmo tendo potencial para realizar o contrário e propiciar o surgimento de uma sociedade emancipada. É uma contradição própria do sistema que apenas será extinta com a extinção do sistema que a criou e tal extinção somente será possível com a tomada de consciência da classe trabalhadora, que está submersa em ideologias que legitimam a exploração e a opressão e omitem a possibilidade de uma verdadeira ação de classe – tem-se, portanto, a hegemonia do capital sobre o trabalho.

Contudo, não é possível afirmar que, no cenário da luta de classes, a classe trabalhadora está derrotada. A teoria marxista busca a compreensão da realidade a partir dos preceitos do materialismo histórico e dialético, de modo que não é possível falar em derrota, mas em um momento histórico vivenciado pela classe social em questão. De acordo com os pensamentos marxiano e marxista, a única possibilidade de derrota do operariado é a aniquilação completa da humanidade promovida pelo sistema capitalista. Ainda, é importante destacar que, para Marx e Engels (2007), as classes são sujeitos históricos e de todas que se opõem à burguesia, apenas o proletariado é a classe verdadeiramente revolucionária e será obrigado a atuar como tal, independente de seu desejo.

Iasi (2011) argumenta que não é possível falar em recusa da classe operária em realizar seu desígnio histórico – ação revolucionária – sem, ao menos, definir sobre qual momento histórico se encontra. Para o autor, a realidade material se desenvolve em movimentos dialéticos e, portanto, contraditórios, sendo a acomodação do operariado, à ideologia e interesses burgueses, parte integrante da dinâmica do capital. No entanto, a acomodação à ordem intensifica a exploração, a opressão, o estranhamento e as contradições que podem levar a classe à revolta e ao confronto explícito, com a consequente possibilidade do despertar de uma consciência de classe revolucionária. A inserção da classe operária à lógica do capital não é a negação da luta de classes, mas uma forma de sua manifestação (Iasi, 2011), e a exploração é estrutural, objetiva e independe das consciências dos explorados (Pereira, 2003).

Alguns críticos entendem como desnecessária uma revolução de viés socialista para acabar com as mazelas do sistema, como se fosse possível o aperfeiçoamento do próprio capitalismo. Todavia, a emancipação humana é algo incompatível com os interesses do capital e o desenvolvimento das forças produtivas, sob este sistema, intensificará a desigualdade social e fortalecerá uma sociedade mantida pelo exercício de poder e de subjugação de classes. Lessa e Tonet (2011) explicam que não há capitalismo “humano” já que sua essência é a produção crescente de desumanidades. Porém, é importante mencionar que o capitalismo foi na benéfico na sua origem e constituiu um avanço social e político se comparado ao feudalismo. O capitalismo, integra a realidade material e, como reza o materialismo histórico, faz parte de uma totalidade histórica.

Fundamentalmente, não há uma opção intermediária ou a possibilidade de uma passagem “natural” e pacífica do capitalismo para o comunismo, este não surge de modo espontâneo. E existe motivo para tanto. O alicerce do comunismo é a extinção de uma sociedade de classes e da propriedade privada dos meios de produção, o que, conseqüentemente, elimina a base sobre a qual se ergue o sistema do capital e mina os interesses e os privilégios burgueses. Para Marx e Engels (2007, p. 60),

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de fabricação e apropriação de produtos que se baseia em antagonismos de classes, na exploração de uns por outros. Neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: abolição da propriedade privada.

A burguesia busca convencer, por meio das ideologias e da captura da consciência de classe – como já destacado – que o comunismo é algo impossível, que não passa de uma utopia. De acordo com Lessa e Tonet (2011) a estratégia burguesa para persuadir a sociedade sobre a inviabilidade do comunismo se baseia no que ocorreu na antiga União Soviética que se transformou em ditadura e retornou ao capitalismo. No entanto, o fracasso soviético não reside na inviabilidade do comunismo, mas em erros ocorridos na tentativa de sua implantação – o que não é objeto de análise desta tese.

Na opinião de Marx e Engels (2007), as proposições teóricas dos comunistas não se baseiam em ideias ou princípios inventados, mas são expressão geral de condições efetivas de uma luta de classes em movimento, “de um movimento histórico que se desenrola sob nossos olhos”. Para eles, as relações de propriedade estão submetidas a uma contínua transformação histórica.

As ideias de Marx acerca do comunismo não podem ser consideradas como uma profecia, mas tratam-se de reflexões sobre uma sociedade emancipada, livre da alienação e pautada na liberdade de seus membros que se desvencilham de relações sociais que os direcionam para o atendimento dos interesses do capital. Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2015) afirmam que o comunismo é um sistema social regulado de acordo com as necessidades humanas e almeja pela realização das potencialidades criativas que os indivíduos livres abrigam em seu espírito.

Lessa e Tonet (2011) entendem que o comunismo é uma autêntica articulação entre o indivíduo e a coletividade e entre os próprios indivíduos sem a existência do exercício do poder ou de subjugação. No entanto, alertam que não significa a ausência de conflitos, mas prevalece uma harmonia pautada no fundamento do trabalho associado, o que impede que qualquer conflito entre um interesse individual e o geral se torne antagonico e gere uma nova forma de poder do homem sobre o homem.

A ação de classe revolucionária do operariado é mais do que uma luta política, se trata de uma ação livre e consciente em busca da emancipação humana. A revolução é o motor da história, é a ação dos homens conduzindo conscientemente o seu caminho, se libertando das amarras e das alienações capitalistas. E o movimento sindical é de fundamental importância para a organização e efetiva realização desta ação – aspecto que será analisado no próximo tópico.

#### **6.4 Do movimento sindical**

A atuação sindical é de fundamental importância tanto para a formação da consciência de classe quanto para a realização de uma ação de classe de cariz revolucionário pois, é por meio da sua ação que um movimento espontâneo de trabalhadores, geralmente impulsionado por reivindicações econômicas ou por melhorias nas condições de trabalho, se transforma em reivindicações políticas.

A reivindicação dos trabalhadores se inicia com a greve ou com a ameaça dela. Lênin (1961) esclarece que o capitalismo leva, obrigatoriamente, às lutas dos operários contra os capitalistas sendo que quando a produção se transforma numa produção em larga escala, essa luta se converte em luta grevista, no entanto, neste estágio, não é possível falar em ação revolucionária tendo em vista que a pretensão é imediata (melhoria salarial e/ou de condições de trabalho) e não há desenvolvimento da consciência de classe – consciência para si. Para Lênin, é impossível que o trabalhador vença essa luta agindo isoladamente pois, quando exigir melhores salários ou se revoltar contra alguma rebaixa, ouvirá do patrão “vá para outro lugar, são muitos os famintos que esperam à porta da fábrica e ficarão contentes em trabalhar, mesmo que por um salário baixo” (Lênin, 1961, sem paginação).

Ao se reconhecer no outro, ou seja, ao perceber que os outros operários passam pela mesma exploração imposta pelo capitalista, passa a ocorrer o desenvolvimento da consciência em si que é o primeiro passo ao movimento grevista – e é exatamente neste momento que surge a necessidade da atuação do sindicato que, de acordo com as teorias marxiana e marxista, são instrumentos de luta para a organização dos trabalhadores. Além, o sindicalismo marxista se ocupa em atuar visando a formação política da classe operária, alertando sobre as ideologias dominantes e a necessidade de uma verdadeira ação de classe revolucionária, impulsionando o desenvolvimento das consciências em si e para si do operariado.

O movimento sindical<sup>6</sup> tem sua origem nos séculos XVIII e XIX em decorrência das lutas dos trabalhadores, na Europa, por melhores condições de trabalho e de vida, sendo que o sindicalismo marxista surge como uma corrente sindical que baseia sua atuação na teoria da luta de classes, tendo como objetivo não apenas a melhoria nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores como, também, a transformação da sociedade por meio da revolução socialista.

O individualismo burguês invade a classe trabalhadora e traz como consequência uma fragmentação da classe onde os indivíduos se enxergam como concorrentes, o que impede o desenvolvimento da consciência em si e a percepção de que o trabalhador ao lado passa pelas mesmas angústias e dificuldades e que todos são integrantes de uma mesma classe sofrendo a mesma opressão e a mesma exploração. Na opinião de Marx e Engels (2007), a organização do proletariado é incessantemente abalada pela concorrência existente entre os próprios operários sendo que a desconstrução deste individualismo se inicia com a atuação do movimento sindical reivindicando melhores salários. Para o autor em tela, “o valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar” (Marx, 1946, sem paginação).

Ao iniciar sua atuação na esfera econômica, o sindicato poderá a intervir na forma de ser e de pensar dos trabalhadores, incentivando-os a compreender a identidade de classe e a necessidade de identificar o próximo como semelhante e

<sup>6</sup> Importante destacar que existe diferença conceitual entre sindicalismo, movimento sindical e sindicato. Sindicalismo e movimento sindical podem ser utilizados como sinônimos e são definidos como o sistema ou o movimento, social e político, que permite a organização dos trabalhadores visando a defesa de seus interesses. Já sindicato é a instituição composta pela união ou associação de trabalhadores que se organizam para a defesa de interesses comuns.

integrante da mesma classe social onde todos possuem os mesmos desejos e necessidades e que em conjunto, a ação alcançará seus objetivos o que não acontecerá em uma ação isolada e individual. De acordo com Marx (1946), a coalizão entre os trabalhadores possui dois objetivos, distintos mas interligados: em primeiro lugar, para minar a concorrência existente entre eles e, em segundo lugar, mas não menos importante, para organizar uma concorrência geral contra o capitalista. Marx, ainda, explica que mediante as reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, os capitalistas se organizam visando a repressão de tais ações, o que impulsiona as coalizões a se intensificarem e se ampliarem, fazendo com que as ações contra o capital se tornem mais importante do que a luta salarial (Marx, 1946).

As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, a massa já é uma classe com respeito ao capital, mas ainda não é uma classe para si (Marx, 1946, sem paginação).

Com a organização sindical a ação coletiva ultrapassa o conflito aparente – reivindicações salariais – e a consciência de classe se desenvolve, propiciando o salto da consciência em si para a consciência para si, ou seja, de modo objetivo, da classe em si para a classe para si; e os interesses defendidos inicialmente por uma classe social específica apresenta potencial para se transformar em interesse universal – de toda a sociedade – assim como ocorreu com os interesses burgueses na ruptura do regime feudal. Assim, é possível afirmar que a ação sindical é o caminho a ser trilhado rumo à verdadeira luta entre o capital e trabalho.

Lênin (1961), no mesmo sentido, afirma que a consciência de classe se desenvolve durante as greves e que o papel dos sindicatos é a organização dos trabalhadores para a real luta de classes. Para ele, é a partir das greves que ocorre a educação política das massas e que é somente por meio de tal educação, realizada pelo sindicato, que ocorrerá o salto para a consciência para si e para a constituição dos partidos políticos.

No entanto, é válido salientar que o movimento sindical, mesmo o de caráter marxista, não está imune aos ataques do capital. Como a aproximação dos sindicatos com os trabalhadores ocorre movida por reivindicações salariais e de melhoria nas condições de trabalho, a ação sindical pode se reduzir a isto, a uma simples luta de caráter econômico, a depender da orientação ideológica do sindicato

em questão. O sindicalismo de viés marxista orienta suas ações fundamentando-as na teoria da luta de classes, o que significa que não existem apenas sindicatos que atuam segundo tal vertente. Uma das preocupações dos marxistas – e do próprio Karl Marx – é o atrelamento do sindicato ao Estado, visto que este é uma instituição criada a fim de defender os interesses burgueses. Santos (2021) afirma que o Estado não é neutro, mas emerge como uma expressão do domínio político e social do capital e das classes que os representam. Para ela, o Estado busca ocultar tal caráter se apresentando como representante de todos e promotor do bem comum.

Ainda, segundo Santos (2021) é função do Estado, no interior da dinâmica do sistema capitalista, manter e reproduzir o *status quo*, preservando os interesses e os privilégios daqueles que mantêm o poder, sendo que sua atuação perante as classes dominadas consiste, por meio de sua estrutura, em desorganizá-las e cooptá-las em prol do capital e das classes que os representam; e o sindicato, atrelado ao Estado, agirá da mesma maneira. As mediações, realizadas pelo Estado, por intermédio de suas instituições, perpetuam as ideologias dominantes, legitimando-as e naturalizando os processos de opressão e exploração de determinadas classes sociais em detrimento de outras. Santos (2021) sustenta que o Estado, agindo desta forma, deixa de utilizar recursos de repressão direta. Desta forma, os indivíduos vivenciam apenas a aparência das relações sociais de produção e não sua verdadeira essência.

Entre as instituições utilizadas pelo Estado para executar sua função perante o capital, estão as igrejas, escolas, leis, partidos políticos e sindicatos desde que dependam do Estado e compartilhem da mesma ideologia. Neste sentido, Guareshi (1997) salienta que diferente do que o sindicato deveria ser, por sua própria definição, é a forma como ele é instrumentalizado por grupos que possuem interesses desconectados da real defesa dos trabalhadores. O autor também esclarece que a imagem dos sindicatos é deturpada pelas ideologias impostas pelo capital que induzem a população a entenderem os sindicatos como organizações “esquerdistas” e subversivas que agem contra o Estado e contra a nação, igualando as ações sindicais a condutas desordeiras e violentas.

O sindicato fica, assim, com uma conotação e uma marca negativista de gente que nunca está contente. As “pessoas de bem”, as “pessoas religiosas”, as “pessoas boazinhas” não devem se meter com desordeiros e arruaceiros que só fazem greve e prejudica a ordem estabelecida (Guareshi, 1997, p. 90).

O movimento sindical de viés marxista atua, por meio da organização dos trabalhadores, visando a educação para a luta de classes e o rompimento com a ordem estabelecida, de modo que todas as instituições, as relações sociais de produção e as estruturas existentes sob o capitalismo, desaparecerão e sobre as suas ruínas será edificada uma nova ordem social pautada nos ideais comunistas, ou seja, uma sociedade sem classes, sem opressão e exploração e sem a propriedade privada desenhada nos moldes burgueses. Para Marx e Engels (2007), o proletariado utilizará seu domínio político, ao sair vencedor da luta de classes, e arrancará o capital da burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado que se tornará um Estado socialista. O proletariado se organizará como classe dominante para reorganizar a sociedade e, posteriormente, extinguir o próprio Estado a fim de consolidar a sociedade comunista.

Como visto até aqui, o sistema capitalista é marcado pela opressão e exploração do capital sobre o trabalho de acordo com a atuação e posicionamento objetivo das classes sociais que o representam, de modo que a realidade é marcada, historicamente, por uma luta constante entre tais classes, luta que, por vezes se desenrola de forma concreta e aparente com embates físicos e violentos e, em outros momentos se desenvolve de modo, velado e imperceptível, mas não menos violento. De acordo com o pensamento marxista, a última forma de organização social será o comunista sendo que, para sua instauração, é necessário a extinção do sistema capitalista – o que não ocorrerá de forma pacífica e natural. O proletariado, enquanto classe legítima para representar os interesses das massas contra a hegemonia do capital, deverá sair vencedor da luta de classes, superando as ideologias que o mantêm submersos às ideologias burguesas e tomando para si as rédeas da sociedade. Contudo, deve no interior do proletariado ocorrer o desenvolvimento da consciência de classe com o salto de uma consciência alienada para a consciência em si e, finalmente, para a consciência para si. O papel do movimento sindical consiste exatamente em organizar o proletariado e educá-lo politicamente a fim de propiciar o desenvolvimento da consciência para si e conduzi-lo para a ação revolucionária, que segundo Marx e Engels (2007), é o verdadeiro desígnio da classe operária.

Não há como negar o papel mediador do sindicato, seja atuando na formação da consciência de classe de cariz revolucionário, seja visando a manutenção de uma classe trabalhadora dócil e aversa ao conflito, mediando apenas os interesses

econômicos existentes entre o proletariado e o capital. Assim, nos próximos capítulos serão explorados como a mediação da informação atua neste processo e como se desenvolve a consciência de classe nos parâmetros das dimensões da ColInfo.

O quadro 8 apresenta os autores utilizados na fundamentação deste capítulo, bem como suas principais contribuições.

**Quadro 8 - Da consciência de classe à revolução: aspectos da teoria marxista da luta de classes**

<b>Das classes sociais</b>	
<b>Autores/as</b>	<b>Contribuições</b>
Antunes e Alves (2004)	➤ Características da classe-que-vive-do-trabalho.
Iasi (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Classificação das classes sociais é dinâmica e não estática;</li> <li>➤ Não é possível definir o conceito de classes sociais pela análise de um único grupo social;</li> <li>➤ Critérios para determinar uma classe social;</li> <li>➤ Conceito de classe social é relacional;</li> <li>➤ Características da classe média.</li> </ul>
Marx e Engels (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capitalismo simplifica o antagonismo entre as classes sociais;</li> <li>➤ Burguesia também é uma classe revolucionária;</li> <li>➤ Luta de classes é o motor da história;</li> <li>➤ Existem outros grupos sociais além da burguesia, do proletariado e dos proprietários de terras;</li> <li>➤ Existência do lupemproletariado;</li> <li>➤ Proletariado enquanto o produto mais autêntico do capitalismo.</li> </ul>
Pereira (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceito de classes sociais;</li> <li>➤ Constituição da classe operária somente estará concluída quando ela se converter em sujeito revolucionário.</li> </ul>
Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Marx não elaborou teoria esquematizada sobre as classes sociais;</li> <li>➤ Existência das classes sociais é determinada por sistemas históricos;</li> <li>➤ Distinção dos conceitos de classe em si e classe para si</li> </ul>
<b>Da consciência de classe</b>	
<b>Autores/as</b>	<b>Contribuições</b>
Arbia (2013)	➤ É na luta que a consciência de classe se desenvolve.
Crespan (2021)	➤ A consciência é inseparável da atividade material.
Iasi (2002)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Entende como incorreto os termos “falsa consciência de classe” e “verdadeira consciência de classe”;</li> <li>➤ Estudo da consciência não deve se atrelar a definições sociológicas;</li> <li>➤ Enquanto o proletariado não desenvolver sua própria consciência, será incapaz de sua verdadeira autonomia.</li> </ul>
Iasi (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Consciência de classe como processo e não como fato;</li> <li>➤ Consciência não é adquirida, não é algo dado;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Consciência é desenvolvida;</li> <li>➤ Existem duas formas de consciência: individual e coletiva;</li> <li>➤ Trabalho alienado gera sofrimento e aflição;</li> <li>➤ Trabalho alienado não humaniza o homem;</li> <li>➤ A alienação permite a consolidação de ideologias dominantes;</li> <li>➤ Superação da alienação se inicia no reconhecimento/integração do indivíduo a um grupo social;</li> <li>➤ A verdadeira consciência de classe é aquela que se expressa na missão histórica e revolucionária da classe;</li> <li>➤ Consciência de classe se desenvolve em um processo dialético;</li> <li>➤ Formação da consciência de classe é, ao mesmo tempo, uno e múltiplo;</li> <li>➤ Operário nega o capitalismo e a si mesmo quando se assume enquanto classe social revolucionária;</li> <li>➤ A injustiça partilhada entre os membros de um grupo social é o que possibilita a ação coletiva;</li> <li>➤ A tomada de consciência nem sempre está acompanhada de condições objetivas;</li> </ul>
Lessa e Tonet (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O domínio do capital sobre o ser humano faz com que os indivíduos não percebam outras alternativas;</li> <li>➤ Relação entre o amadurecimento da consciência e o conhecimento adequado sobre a realidade material;</li> <li>➤ Os homens são capazes de fazer a sua própria história apenas mediante determinadas circunstâncias históricas.</li> </ul>
Lukács (2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Consciência de classe não é a soma nem a média do que pensam ou sentem os indivíduos.</li> </ul>
Marx (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Relação entre a consciência de classe e materialismo histórico;</li> <li>➤ Consciência é determinada pelo ser social.</li> </ul>
Marx e Engels (1998)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes;</li> <li>➤ Os integrantes da classe dominante também possuem consciência.</li> </ul>
Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O homem humaniza a natureza e a si mesmo por meio da ação produtiva da vida material.</li> </ul>
<b>Da luta de classes</b>	
<b>Autores/as</b>	<b>Contribuições</b>
Alves (2010)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O capitalismo atua com intensa densidade manipulatória sobre a consciência do trabalhador vivo.</li> </ul>
Iasi (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Propriedade privada dos meios de produção e trabalho assalariado geram alienação ao invés de humanização;</li> <li>➤ Classe operária não pode se recusar a realizar seu desígnio histórico;</li> <li>➤ A inserção do proletariado à lógica do capital não é a negação da luta de classes mas um momento dela.</li> </ul>
Lênin (1961)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Na escravidão e no regime da servidão não existiram tamanha opressão como no capitalismo.</li> </ul>
Lessa e Tonet (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capitalismo rompe a conexão entre indivíduo e coletividade;</li> <li>➤ O individualismo burguês subordina as necessidades coletivas</li> </ul>

	<p>ao enriquecimento privado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Cidadãos entendem, em decorrência da alienação, como legítima a acumulação do capital;</li> <li>➤ Crescimento das forças produtivas leva à desumanidades;</li> <li>➤ Não há capitalismo “humano”;</li> <li>➤ Estratégias burguesas para persuadir a sociedade sobre a inviabilidade do comunismo;</li> <li>➤ Comunismo é uma autentica articulação entre o indivíduo e a coletividade.</li> </ul>
Marx e Engels (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A história da luta de classes é a história da humanidade;</li> <li>➤ A luta de classes é ininterrupta, às vezes aberta, às vezes disfarçada;</li> <li>➤ Classes sociais são sujeitos históricos;</li> <li>➤ Características do comunismo;</li> <li>➤ As proposições teóricas acerca do comunismo não são ideias ou princípios inventados.</li> </ul>
Pereira (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A exploração é objetiva e estrutural, e independe da consciência dos explorados.</li> </ul>
Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A crítica marxista não recai somente sobre a propriedade privada dos meios de produção mas, também, sobre as suas consequências;</li> <li>➤ Comunismo é um sistema social regulado de acordo com as necessidades humanas.</li> </ul>
<b>Do movimento sindical</b>	
<b>Autores/as</b>	<b>Contribuições</b>
Guareshi (1997)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Diferencia sindicato “como deveria ser” e como atua atrelado aos interesses da classe dominante;</li> <li>➤ Imagem dos sindicatos é deturpada pela ideologia dominante.</li> </ul>
Lênin (1961)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O capitalismo leva obrigatoriamente à luta de classes;</li> <li>➤ É impossível o trabalhador vencer a luta de classes agindo isoladamente;</li> <li>➤ Consciência de classe se desenvolve durante as greves;</li> <li>➤ Papel dos sindicatos é a organização dos trabalhadores;</li> <li>➤ É na greve que ocorre a educação política das massas.</li> </ul>
Marx (1946)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O valor da força de trabalho é a base racional e declarada do movimento sindical;</li> <li>➤ A coalizão dos trabalhadores possui 2 objetivos: acabar com a concorrência entre os trabalhadores e lutar contra o capital.</li> </ul>
Marx e Engels (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A organização do proletariado é constantemente abalada pela concorrência existente entre os próprios operários;</li> <li>➤ Proletariado transformará o Estado capitalista em um Estado socialista e depois o extinguirá;</li> <li>➤ A ação revolucionária é o verdadeiro desígnio da classe operária.</li> </ul>
Santos (2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Estado não é neutro, mas está atrelado aos interesses do capital, mas se apresenta como representante de todos e promotor do bem comum;</li> <li>➤ É função do Estado manter e reproduzir os interesses e privilégios da classe dominante;</li> <li>➤ Estado deixa de utilizar recursos de repressão direta.</li> </ul>

Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2024)

## **7 Movimento sindical: histórico e atualidade brasileira**

O objetivo deste capítulo é a apresentação, breve e sucinta, do panorama histórico do surgimento do sindicalismo na Europa e sua implantação e desenvolvimento no Brasil até a atualidade.

### **7.1 Histórico e concepções teóricas**

O movimento sindical tem suas origens nos séculos XVIII e XIX impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico e industrial promovido pela Revolução Industrial, sendo a Inglaterra considerada seu berço.

A Revolução Industrial foi um salto qualitativo de desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo e é considerada um evento sem precedentes e um marco histórico que transformou o mundo em todos os aspectos, trazendo consequências não apenas tecnológicas e econômicas, mas, também, sociais e culturais, promovendo a substituição da energia humana e de suas ferramentas por máquinas, a transformação da produção artesanal pela fabril e um êxodo rural nunca visto anteriormente.

Embora pareça contraditória a coincidência entre o surgimento do sindicalismo e a Revolução Industrial, tal contradição é apenas aparente já que este evento trouxe consequências maléficas à classe trabalhadora. Além, é válido ressaltar, como já mencionado em momento anterior, que o capitalismo, para se desenvolver e se fortalecer, cria uma classe social que o representa e o defende – a burguesia, sendo que, ao mesmo tempo, produz o seu oposto, ou seja, a classe trabalhadora que, segundo o pensamento marxiano, é a única classe social legítima e capaz de destruí-lo.

Com o desenvolvimento das fábricas e, conseqüentemente, do comércio, propiciado pela Revolução Industrial, as cidades passam a receber um enorme fluxo de pessoas, vindas do campo, em busca de melhores condições de vida o que, de fato, não ocorre. Como as fábricas e o comércio não absorvem toda a mão de obra disponível, surge uma enorme massa de desempregados que, sem perspectivas, inflam a periferia das cidades vivendo em situações insalubres, degradantes e de extrema pobreza. Quanto aos trabalhadores empregados, estes não se encontram em situações muito diferentes.

Sperb (2015) declara que o emprego da força mecânica e das máquinas deixou um grande número de operários sem trabalho, criando um enorme excedente

de mão de obra – também denominado exército de reserva pela teoria marxiana – fortalecendo o capitalista que passou a pagar um salário ainda mais humilhante e insuficiente aos operários que “eram organizados em formação militar, subordinados tanto aos patrões quanto às máquinas, que ditavam o intenso ritmo de produção” (Sperb, 2015, p. 16).

Ainda, Sperb (2015) complementa afirmando que os operários eram submetidos a jornadas exaustivas e massacrantes, sem limitação de início e término, com a utilização indiscriminada do trabalho feminino e infantil, e em locais insalubres, desprovidos de quaisquer condições de segurança e higiene, mau iluminados e mau ventilados. Somados a isso, tem-se operários mau nutridos, com a saúde debilitada, infelizes e frustrados com as condições de vida e trabalho que lhes são impostas. Tem-se, portanto, terreno fértil para a eclosão de movimentos reivindicatórios e contrários ao sistema capitalista. Surgem daí o sindicalismo e os sindicatos como organizações representativas dos trabalhadores.

Para Coggiola (2010a; 2010b) a luta dos trabalhadores contra a burguesia se caracteriza como uma consequência necessária das contradições criadas pelo sistema e que opõem o capital ao trabalho assalariado. O mesmo autor explica que tal luta atravessou diversas fases:

[...] as primeiras reações anticapitalistas dos trabalhadores focalizaram os instrumentos de dominação capitalistas (as máquinas, as leis contra a “ociosidade, dos quais se tentava fugir), para só depois atacarem as próprias relações sociais, de propriedade burguesa dos meios de produção, que fornecem sustentação a esses instrumentos (Coggiola, 2010b, p. 50).

Contudo, a ação organizada dos trabalhadores não foi vista com bons olhos pela burguesia que, dominando o Estado, as forças repressivas e o Direito, passa a reprimir o movimento que foi proibido e perseguido. Na Inglaterra o período proibitivo durou até 1871 quando foi promulgada a Royal Commission on Trade Unions, que reconhecia as Trade Unions (sindicatos) como um canal de evolução entre patrões e empregados (Sperb, 2015). Na França a organização sindical somente foi legalizada em 1849. Contudo, mesmo sendo proibidos, os sindicatos continuaram operando na clandestinidade.

No Brasil não há registros da atividade sindical ao longo do Período Colonial e do Império. No entanto, é importante frisar que, devido a particularidades históricas,

o capitalismo no Brasil se desenvolve tardiamente em relação aos países europeus. Da mesma forma o movimento sindical.

As primeiras fábricas brasileiras surgem a partir de 1808, mas produziam apenas produtos simples como sabão e vela. A partir de 1844 o setor fabril se desenvolve e se expande em decorrência da criação de um imposto de importação que encareceu os produtos importados e forçou a produção de produtos similares para o abastecimento do mercado interno.

Em 1939, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, passa a ocorrer, não apenas no Brasil, grandes investimentos na indústria pesada.

O Governo de Getúlio Vargas é tido como o idealizador, investidor e formador da indústria no Brasil, sendo que, no período entre 1930 e 1956, ocorreu o que muitos autores caracterizam como a Revolução Industrial Brasileira.

Os postos de trabalho nas fábricas eram preenchidos por trabalhadores livres e escravos e as mobilizações populares visavam o fim da escravatura que se deu com a assinatura da Lei Aurea em 13 de maio de 1888. A partir de então o movimento operário brasileiro passa a ser evidenciado.

Contudo, Sperb (2015) indica que, mesmo antes de 1888, algumas organizações operárias já existiam no Brasil, como a Liga Operária de 1870 e a Organização Operária de 1880, que visavam a mobilização geral dos trabalhadores em torno de reivindicações comuns dos trabalhadores. No entanto, o movimento operário alcança maior vulto nas primeiras décadas do século XX, principalmente pela influência da Revolução Russa de 1917 e pela chegada de trabalhadores europeus que traziam em suas bagagens as experiências da Revolução Industrial e da Revolução Burguesa.

Em 1908 é criada a Confederação Operária Brasileira – COB, fundada de acordo com preceitos anarquistas e em 1922 funda-se o PCB – Partido Comunista Brasileiro, demonstrando a força da influência comunista no movimento sindicalista nacional.

Neste contexto, é importante frisar que, conforme enfatiza Coggiola (2010a), quando se trata de movimento operário, não é possível determinar a ocorrência cronológica entre as fases sindicalista e política, como se a luta sindicalista ocorresse em momento anterior à luta política. Ambas ocorrem concomitantemente. “Toda luta de classes é uma luta política” (Coggiola, 2015, p. 50).

Molina (2017) explica que nos primeiros 30 anos do século XX, o movimento operário no Brasil foi marcado por intensas lutas e enfrentamentos, tendo sido profundamente combatido pelo Estado. Para o autor, a República no Brasil foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o povo trabalhador (Molina, 2017).

No decorrer da Era Vargas – Estado Novo, de 1930 a 1945, o movimento sindical continua sendo combatido, mas a estratégia é diferente. O Estado passa a submeter as entidades sindicais ao seu controle. Cria-se o Ministério do Trabalho e diversas leis voltadas à regulamentação do trabalho e dos sindicatos. Até mesmo o Imposto Sindical que, aparentemente, significaria uma vantagem ao movimento, era utilizado, pelo Estado, para o controle financeiro das instituições.

Diferentemente de outros países, no Brasil da Era Vargas os direitos trabalhistas, como o salário mínimo e a aposentadoria, surgiram pela iniciativa estatal, mas não por sua benevolência e sim para evitar os embates ocorridos no continente europeu. Getúlio Vargas alcança grande apoio dos trabalhadores e o sindicalismo perde seu caráter reivindicatório, passando a atuar como uma instituição de assistência social, fornecendo atendimentos médicos, sociais e de lazer aos seus filiados, mantendo a sua burocracia e funcionamento vinculados ao Ministério do Trabalho e mantendo uma relação de dependência entre o movimento e o Estado (Molina, 2017).

Durante o período de 1945 a 1964, o Estado atuou para ampliar o setor industrial e se associou ao grande capital internacional. Tal período é considerado como Nacional Desenvolvimentista e é caracterizado pela construção de uma ampla infraestrutura visando a consolidação do modo de produção capitalista pautado na indústria. Com isso, cresce a classe operária e a sua importância. O movimento sindical, pautado em ideais comunistas, atua buscando o rompimento com o sindicalismo de Estado vigente durante o Estado Novo e, mesmo sendo combatido e não tendo apoio da população, se fortalece nos anos 1950 e início de 1960, mas se mantém atrelado ao Estado.

No contexto nacional desenvolvimentista, nos anos 1950 até início da década de 1960, o movimento sindical se fortalece. Os sindicatos se transformam em interlocutores importantes dos trabalhadores diante dos patrões e do Estado. Essa influência institucional crescente torna o sindicato participante da vida política nacional. Mesmo com esse aumento de influência, os sindicatos não conseguiram organizar a maioria e nem superar a dependência do Estado (Molina, 2017, p. 7).

Em 1964 inicia a Ditadura Militar no Brasil que durará até 1985. Ao longo desse período, o sindicalismo passou a ser totalmente controlado pelo regime militar e suas ações foram exclusivamente voltadas ao assistencialismo de seus afiliados, sem nenhuma função política, reivindicatória ou ideológica e surge a concepção de peleguismo, sendo pelegos aqueles dirigentes sindicais interventores (ligados e nomeados pelo regime militar para controlar os sindicatos) ou que concordavam e participavam diretamente da estrutura sindical estatal militar.

No entanto, após a segunda metade da década de 1970 o movimento sindical reivindicatório inicia a sua recuperação. Passam a ocorrer lutas fragmentadas e isoladas e centenas de greves afloram pelo país reivindicando autonomia e liberdade sindical e o fim do arrocho salarial<sup>7</sup> promovido pelo governo militar. O movimento operário de São Paulo se destaca nesse cenário. Nos anos 1977, 1978 e 1979 a região do ABC paulista se torna o centro do movimento e o sindicalismo combativo substitui aos poucos o peleguismo, embora, sem extingui-lo. Surge o Novo Sindicalismo. Em 1984 é criada a CUT – Central Única dos Trabalhadores, a primeira central sindical independente, à margem da estrutura oficial que proibia a existência deste tipo de organização. A CUT esteve presente na campanha das Diretas Já e na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição Federal para o período pós Ditadura Militar, o que corrobora a função política do sindicalismo.

A conjuntura dos anos 80 foi de luta dos trabalhadores, retomada das entidades e do movimento estudantil, de surgimento de novos movimentos sociais urbanos, movimentos de mulheres, negros, homossexuais, reforma urbana e moradia, saúde pública, educação pública e de qualidade sob a responsabilidade do Estado, entre outros e também rurais, o mais importante deles foi o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que é produto da injusta e perversa concentração da propriedade de terra do Brasil uma herança do colonialismo, das capitânicas hereditárias e do latifúndio monopolista (Molina, 2017, p. 16/17)

O sindicalismo brasileiro tornou-se um dos principais atores da vida política e social do país a partir do final da década de 1970. Contudo, a partir da década de 1990 ocorrem transformações significativas nas condições de trabalho e no sindicalismo no Brasil. O processo de globalização, privatizações, abertura comercial, flexibilidade da produção e nas relações de trabalho desviam a atuação

---

<sup>7</sup> Arrocho salarial ocorre que não há ajustes salariais de acordo com a inflação, o que encolhe o poder de compra do trabalhador e, conseqüentemente, diminui a sua qualidade de vida.

sindical que passa a canalizar suas ações para a defesa do emprego (Rodrigues, 2015).

Existem divergências acerca do conceito e da origem da globalização, no entanto é possível afirmar que a ocorrência da Revolução Industrial foi determinante para este processo, pois foi com ela que o desenvolvimento industrial e tecnológico desencadeou a internacionalização e a mundialização Do capital<sup>8</sup>. Todavia, é seguro concluir que foi a partir da segunda metade do século XX que seus efeitos passaram a ser sentidos com maior intensidade pelos países e pelas empresas.

A globalização é um processo em curso e é comandada pelas grandes corporações – empresas multi e transnacionais – que atuam visando a conquista de novos mercados para sua produção, redução de investimentos e, conseqüentemente, aumento nos lucros obtidos. A mundialização do capital, também, pretende a instauração de um mercado mundial com a derrubada das barreiras alfandegárias para a livre circulação de mercadorias. Deste modo, foi necessária toda uma adequação dos países às exigências impostas pelo capital em expansão e precisou-se adaptar e/ou reestruturar as empresas nacionais a fim de alcançarem patamares significativos de desenvolvimento e competitividade capazes de lhes permitirem enfrentar as grandes empresas internacionais. Importante frizar que as pequenas empresas nacionais não suportam a concorrência, seja em virtude da implantação de empresas internacionais no país ou em decorrência das importações cada vez mais intensas, encerrando suas atividades ou sendo incorporadas pelas grandes companhias internacionais.

As empresas começam a adotar técnicas inspiradas no Toyotismo – modelo japonês de produção criado como estratégia à crise Pós-Segunda Guerra e difundido pelo mundo ocidental em virtude de sua eficácia. Antunes (2002) explica que o Toyotismo se dá a partir de um processo que tem como objetivos adequar a produção à demanda (produção flexível), elevar o nível de produtividade, eliminar desperdícios e reduzir mão de obra e matéria prima. Além, o Toyotismo busca a utilização de novas tecnologias (como a robótica e a microeletrônica), novas formas de gestão empresarial, e a participação maciça do operariado visando sua adaptação e inclusão ao novo sistema – “vestir a camisa da empresa” e “produzir mais com menos” são os lemas deste novo modo de produção capitalista.

---

<sup>8</sup> Nota-se que alguns autores acreditam ser o termo mundialização do capital mais adequado e preciso do que simplesmente globalização (Alves, 1999).

O Toyotismo não só modifica a gestão empresarial, como também, afeta o modo de ser e de pensar da classe operária já que, ao se pautar na produção flexível, flexibiliza, igualmente, o trabalhador, exigindo mão de obra mais qualificada, polivalente e organizada de modo horizontal para que possa planejar e executar diversas tarefas na hora em que estas se fazem necessárias. Ocorre a contratação em larga escala de trabalhadores temporários e precarizados, com a diminuição considerável de trabalhadores contratados sob o regime tradicional do Direito do Trabalho, ou seja, com todos os direitos trabalhistas garantidos.

A classe trabalhadora passa a conviver com o medo constante do desemprego e se submete aos padrões impostos pelas empresas se tornando empregados dóceis e colaborativos aos interesses do capital. Atrelada a este aspecto tem-se a fragmentação da classe operária em decorrência das contratações precarizadas e terceirizada. A concorrência entre os trabalhadores é intensificada e o individualismo se mostra cada vez mais exacerbado. Em consequência, o movimento sindical de cariz revolucionário é enfraquecido.

Atrelado às novas estratégias adotadas pelas empresas, tem-se o papel dos Estados Nacionais que, ao adotarem a política neoliberal, flexibilizam sua legislação, diminuindo os direitos trabalhistas já consolidados no ordenamento jurídico. O direito à greve, por exemplo, se encontra limitado pela lei e pela Constituição Federal. Ainda, em 2017 ocorreu a chamada Reforma Trabalhista, por meio da aprovação da Lei 13.467 que, mesmo incentivando a negociação coletiva entre empregados e empregadores por meio da atuação sindical, retirou a obrigatoriedade da contribuição sindical – imposto sindical – realizada anualmente pelos trabalhadores. Embora, inicialmente a contribuição sindical tenha sido criada para propiciar maior controle estatal sobre os sindicatos, atualmente, tal contribuição é tida como a maior e mais importante fonte de arrecadação destas instituições.

Neste cenário, tem-se que a lei, ao mesmo tempo que evidencia a importância do sindicato ao privilegiar a negociação coletiva, o enfraquece deixando-o sem condições financeiras para sua própria subsistência.

Ainda, é válido salientar que a Reforma Trabalhista de 2017 legitimou e regulamentou o teletrabalho – home office, o trabalho intermitente e a contratação de profissional autônomo exclusivo, o que contribui consideravelmente para a fragmentação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, enfraquece ainda mais o movimento sindical. No entanto, não foi apenas com a flexibilização das leis

trabalhistas que o Brasil contribuiu para o processo de globalização e para o fortalecimento capitalista. Com a adoção do neoliberalismo, na década de 1990 com o governo do Presidente Fernando Collor de Melo, as políticas públicas são colocadas em segundo plano e o Estado inicia a diminuição da intervenção estatal nas relações privadas, primando pela livre iniciativa e a livre concorrência.

A classe trabalhadora e o movimento sindical se modificam em seu modo de ser e de pensar. Por um lado, diminui-se as vagas de trabalho em decorrência do fechamento das pequenas e médias empresas nacionais causado pelo incentivo à importação e pela implantação de multi e transnacionais no território nacional e pela adoção do Toyotismo que, além de produzir mais com menos mão de obra, exige trabalhadores mais qualificados e comprometidos com os ideais da empresa. Por outro lado, encontram-se trabalhadores desempregados sem acesso a políticas públicas e vivendo sob condições insuficientes e até mesmo desumanas. Frente à esta realidade, o teor revolucionário do movimento sindical se exaure e os sindicatos passam a atuar visando a manutenção dos postos de emprego e o menor impacto possível da exploração capitalista sobre os trabalhadores.

## 7.2. Atualidade brasileira

Para corroborar o descrito até aqui, tem-se um estudo publicado pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico, em abril de 2024<sup>9</sup>, constando o balanço das greves realizadas em 2023 no Brasil. De acordo com o documento, naquele ano ocorreram 1.132 greves em todo o território nacional, cujas características estão descritas no quadro abaixo.

Importante ressaltar que os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical (DIEESE, 2024).

### Quadro 9 – Balanço das greves realizadas no Brasil em 2023

<b>Características das greves realizadas no Brasil em 2023</b>	
<b>Quantidade</b>	➤ 1.132 greves
<b>Esfera</b>	➤ Esfera Pública: 55,5% (628) ➤ Esfera Privada: 43,1% (488)

<sup>9</sup> Destaca-se que este é o último relatório publicado pelo DIEESE até a elaboração desta tese. Os dados referentes às greves de 2024 serão publicados em 2025.

	➤ Esferas Pública e Privada (greves conjuntas): 1,4% (16)	
<b>Duração (em dias)</b>	➤ 1: 56,3% (637) ➤ 2 a 5: 24,6% (279) ➤ 6 a 10: 7,1% (80) ➤ 11 a 20: 6,2% (70) ➤ 21 a 30: 2,8% (32) ➤ 31 a 40: 1,6% (18) ➤ 41 a 50: 0,5% (6)	➤ 51 a 60: 0,4% (4) ➤ 61 a 70: 0,0% (0) ➤ 71 a 80: 0,2% (2) ➤ 81 a 90: 0,1% (1) ➤ 91 a 100: 0,1% (1) ➤ Mais de 100: 0,2% (2)
<b>Abrangência</b>	➤ Categoria: 48,1% (545) ➤ Empresa/Unidade <sup>1</sup> : 51,9% (587)	
<b>Caráter<sup>2</sup></b>	➤ Propositivas: 49,8% (564) ➤ Defensivas: 78,1% (884) ➤ Protesto: 20,1% (227) ➤ Solidariedade: 0,0% (0)	
<b>Reivindicações<sup>3</sup></b>	➤ Reajuste Salarial: 40,3% (456) ➤ Piso Salarial: 26,7% (302) ➤ Pagamento de salários em atraso: 21,7% (246) ➤ Condições de trabalho: 20,9% (273)	➤ Alimentação: 18,4% (208) ➤ Melhoria dos serviços públicos: 17,4% (197) ➤ PCS (Plano de Cargos e Salários): 14,7% (166)
<b>Forma de Resolução de Conflitos<sup>4</sup></b>	➤ Negociação: 81,7% (304) ➤ Intervenção/participação da Justiça: 38,4% (143) <sup>5</sup>	
<b>Resultados<sup>6</sup></b>	➤ Atendimento das reivindicações: 67,09% (244): <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Integral: 19,5% (71)</li> <li>○ Parcial: 47,5% (173)</li> </ul> ➤ Rejeição das reivindicações: 12,6% (46) ➤ Prosseguimento das negociações: 31,6% (115) <sup>7</sup>	

Elaborado pela autora de acordo com os dados fornecidos pelo Dieese (2024).

Notas:

- (1) Unidade se refere ao serviço público e que afetam de modo isolado autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades (Dieese, 2024).
- (2) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.
- (3) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.
- (4) Foram consideradas apenas as 372 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.
- (5) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.
- (6) Foram consideradas apenas as 364 greves com informações sobre a forma como foram encerradas.
- (7) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado.

Os dados apresentados no quadro 9 permitem uma análise abrangente acerca da ação dos trabalhadores, no campo da luta de classes, no Brasil. Em um primeiro momento percebe-se que o movimento grevista é tímido já que ocorreram apenas 1.132 greves em todo o território nacional, realizadas por empresa e/ou unidades e divididas entre as esferas pública e privada, o que demonstra, inclusive, a sua fragmentação. Outrossim, os movimentos se pautam, na maioria, em

reivindicações econômicas seguidas pela melhoria de condições de trabalho e de serviços públicos, sendo específicas para cada movimento, não existindo interesse comum.

Em relação às reivindicações de cariz econômico, nota-se que a insatisfação com o salário recebido é predominante, seja por meio de exigências para o pagamento de reajuste ou de piso salarial, totalizando 77% das demandas. Já o pagamento de salários atrasados soma 21,7% dos pedidos. A insatisfação com as condições de trabalho, o que inclui a alimentação, soma 39,3% dos pedidos. As reivindicações em torno da melhoria dos serviços público e do Plano de Cargos e Salários, a ser demonstrado posteriormente, integra a pauta apenas dos movimentos do funcionalismo público.

É importante ressaltar que os movimentos grevistas podem se basear em mais de uma reivindicação de caráter econômico ou não.

A duração das greves é outro aspecto que se destaca, já que 80,9% duraram, no máximo, 5 dias, sendo que apenas 2, o equivalente a 0,2%, duraram mais de 100 dias, o que nos remete ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores, sendo que apenas 19,5% dos movimentos obtiveram sucesso, com o atendimento integral dos pedidos realizados. A maioria das greves foi finalizada sem que os trabalhadores obtivessem êxito em sua totalidade. Ademais, a intervenção da Justiça foi necessária em 38,4% dos movimentos, enfatizando que o quadro demonstra a forma de resolução de conflitos de apenas 372 movimentos grevistas. Também, é válido salientar que uma mesma greve pode conter mais de um resultado.

Ainda, o caráter das greves realizadas é de fundamental importância para a análise da consciência de classe presente em tais movimentos. Cada movimento grevista pode ser classificado de acordo com o caráter que apresenta em suas reivindicações, podendo ser propositivas, defensivas, greves em protesto e em solidariedade.

De acordo com DIEESE (2024), as greves propositivas são aquelas que propõem novas conquistas ou a ampliação daquelas já asseguradas; as defensivas se caracterizam por suas reivindicações serem contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação, bem como pela defesa de condições de trabalho, de saúde e segurança; as greves em protesto visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho; e

as greves em solidariedade se caracterizam pelo apoio a greves de trabalhadores de outras categorias.

Os dados apresentados no Quadro 9 demonstram que as greves defensivas predominaram, totalizando 78,1% dos movimentos, seguidas por greves propositivas (49,8%) e em protesto (20,1%). Nota-se que não houve nenhuma greve em solidariedade, o que ratifica a fragmentação da classe trabalhadora, bem como o enfraquecimento do movimento sindical de caráter revolucionário no Brasil.

O recorte dos dados e a separação dos movimentos entre a esfera privada e o funcionalismo público permitem a realização de uma análise mais detalhada acerca da atuação do movimento dos trabalhadores no Brasil.

#### Quadro 10 – Balanço das greves realizadas no Brasil na Esfera Privada em 2023

Características das greves na Esfera Privada realizadas no Brasil em 2023		
<b>Quantidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 488 greves</li> <li>➤ 16 greves conjuntas – esferas públicas e privadas</li> </ul>	
<b>Setor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Comércio: 0,0% (0)</li> <li>➤ Indústria: 32,2% (157)</li> <li>➤ Rural: 0,0% (0)</li> <li>➤ Serviços: 67,8% (331)</li> </ul>	
<b>Duração (em dias)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 1: 61,1% (298)</li> <li>➤ 2 a 5: 23,8% (116)</li> <li>➤ 6 a 10: 8,4% (41)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 11 a 20: 4,1% (20)</li> <li>➤ 21 a 30: 1,8% (9)</li> <li>➤ 31 a 40: 0,8% (4)</li> </ul>
<b>Abrangência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Categoria: 8,4% (41)</li> <li>➤ Empresa: 91,6% (447)</li> </ul>	
<b>Caráter<sup>1</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Propositivas: 30,7% (150)</li> <li>➤ Defensivas: 83,0% (450)</li> <li>➤ Protesto: 1,8% (9)</li> <li>➤ Solidariedade: 0,0% (0)</li> </ul>	
<b>Reivindicações<sup>2</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pagamento dos salários em atraso: 45,7% (223)</li> <li>➤ Alimentação: 32% (156)</li> <li>➤ Reajuste Salarial: 25,6% (125)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Depósito do FGTS: 11,1% (954)</li> <li>➤ PLR – Participação nos lucros e/ou resultados: 10,5% (51)</li> <li>➤ Transporte: 10,5% (51)</li> </ul>
<b>Forma de Resolução de Conflitos<sup>3</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Negociação: 96,3% (184)</li> <li>➤ Intervenção/participação da Justiça: 24,1% (46)<sup>4</sup></li> </ul>	
<b>Resultados<sup>5</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atendimento das reivindicações: 83,2% (154): <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Integral: 31,9% (59)</li> <li>○ Parcial: 51,4% (95)</li> </ul> </li> <li>➤ Rejeição das reivindicações: 3,8% (7)</li> <li>➤ Prosseguimento das negociações: 21,6% (40)<sup>6</sup></li> </ul>	

Elaborado pela autora de acordo com os dados fornecidos pelo Dieese (2024).

Notas:

- (1) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

- (2) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas reivindicações
- (3) Foram consideradas apenas as 191 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.
- (4) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.
- (5) Foram consideradas apenas as 191 greves com informações sobre a forma como foram encerradas;
- (6) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado.

O quadro acima apresenta os dados referentes às greves ocorridas no país na esfera privada durante o ano de 2023.

Ocorreram 488 greves na esfera privada e 16 em conjunto com o funcionalismo público. Não aconteceram greves dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores do comércio. A predominância de movimentos grevistas deu-se no setor de serviços – 67,8% dos casos, e os trabalhadores das indústrias, responsáveis pelos grandes movimentos ocorridos no final de 1970 e início de 1980, ocupam o segundo lugar, contabilizando o total de 32,2% das greves.

Em relação à duração, as greves da esfera privada foram curtas, durando, em sua maioria, 1 dia (65,1% dos movimentos). Os movimentos com duração de 2 a 5 dias somam 23,8% do total e apenas 0,8% (4 greves) duraram de 31 a 40 dias.

Também, fortalecendo a tese de um movimento fragmentado, 91,6% das greves foram realizadas por empresa e apenas 8,4% por categoria, o que demonstra a inexistência de união e defesa de interesses comuns no contexto do proletariado urbano, e nos remete ao caráter de tais greves, sendo que 83% foram defensivas, 30,7% propositivas, 1,8% em protesto e nenhuma em solidariedade.

Todas as paralisações se basearam em pautas econômicas. O atraso no pagamento de salários ocupa o topo das reivindicações, significando 45,7% das solicitações, seguida pela alimentação (32%), reajuste salarial (25,6%), depósito de FGTS (11,1%), participação nos lucros e/ou resultados (10,5%) e transporte (10,5%). Nota-se que não há pedidos de melhoria nas condições de trabalho ou redução de carga horária. Cada movimento grevista pode ter mais de uma reivindicação.

Somente há dados sobre a forma de resolução de conflitos e sobre a forma como foram encerradas de 191 greves. 96,3% delas se resolveram por meio de negociação e em 24,1% houve intervenção ou participação da Justiça. As reivindicações foram integralmente atendidas em 31,9% dos casos e parcialmente em 51,4% dos movimentos, tendo sido rejeitadas em 3,8% das greves. Em 21,6% dos casos, as negociações prosseguiram mesmo após os trabalhadores voltarem ao

trabalho. É válido salientar que uma mesma greve pode conter mais de um resultado.

A análise dos dados sobre a duração das greves e seus resultados permite afirmar que, mesmo ocorrendo mobilizações, a força do capital predomina nas relações de trabalho enquanto o movimento dos trabalhadores se mostra enfraquecido e fragmentado.

O quadro abaixo apresenta o panorama das greves realizadas no funcionalismo público brasileiro em 2023.

### Quadro 11 – Balanço das greves no Funcionalismo Público realizadas no Brasil em 2023

<b>Características das greves no Funcionalismo Público realizadas no Brasil em 2023</b>		
<b>Quantidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 628 greves</li> <li>➤ 16 greves conjuntas – esferas pública e privada</li> </ul>	
<b>Nível Administrativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Federal: 5,2% (30)</li> <li>➤ Estadual: 24,1% (140)</li> <li>➤ Municipal: 70,1% (307)</li> <li>➤ Multinível: 0,7% (4)</li> </ul>	
<b>Duração (em dias)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 1: 52,5% (303)</li> <li>➤ 2 a 5: 25,8% (150)</li> <li>➤ 6 a 10: 5,9% (34)</li> <li>➤ 11 a 20: 7,9% (46)</li> <li>➤ 21 a 30: 3,6% (21)</li> <li>➤ 31 a 40: 2,2% (13)</li> <li>➤ 41 a 50: 0,7% (7)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 51 a 60: 0,7% (4)</li> <li>➤ 61 a 70: 0,0% (0)</li> <li>➤ 71 a 80: 0,3% (2)</li> <li>➤ 81 a 90: 0,2% (1)</li> <li>➤ 91 a 100: 0,2% (1)</li> <li>➤ Mais de 100: 0,3% (2)</li> </ul>
<b>Abrangência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Categoria: 84,2% (489)</li> <li>➤ Empresa/Unidade<sup>1</sup>: 15,8% (92)</li> </ul>	
<b>Caráter<sup>2</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Propositivas: 65,4% (380)</li> <li>➤ Defensivas: 75,2% (427)</li> <li>➤ Protesto: 33% (192)</li> <li>➤ Solidariedade: 0,0% (0)</li> </ul>	
<b>Reivindicações<sup>3</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reajuste Salarial: 52,8% (307)</li> <li>➤ Piso Salarial: 46,0% (267)</li> <li>➤ Condições de trabalho: 29,6% (172)</li> <li>➤ Melhoria dos serviços públicos: 29,6% (172)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ PCS (Plano de Cargos e Salários): 26,2% (152)</li> <li>➤ Contratação: 18,4% (107)</li> <li>➤ Melhoria no local de trabalho: 14,3% (83)</li> </ul>
<b>Forma de Resolução de Conflitos<sup>4</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Negociação: 63,9% (101)</li> <li>➤ Intervenção/participação da Justiça: 53,2% (84)<sup>5</sup></li> </ul>	
<b>Resultados<sup>6</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atendimento das reivindicações: 49,7% (77): <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Integral: 7,1% (11)</li> <li>○ Parcial: 42,6% (66)</li> </ul> </li> <li>➤ Rejeição das reivindicações: 23,9% (37)</li> <li>➤ Prosseguimento das negociações: 40,6% (63)<sup>7</sup></li> </ul>	

Elaborado pela autora de acordo com os dados fornecidos pelo Dieese (2024).

Notas:

- (1) Unidade se refere ao serviço público e que afetam de modo isolado autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades (Dieese, 2024).
- (2) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações
- (3) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações
- (4) Foram consideradas apenas as 158 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.
- (5) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.
- (6) Foram consideradas apenas as 158 greves com informações sobre a forma como foram encerradas;
- (7) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado.

Os dados apresentados demonstram algumas diferenças entre os movimentos grevistas ocorridos na esfera privada e no funcionalismo público. No entanto, é válido lembrar que, de acordo com o pensamento marxiano, o funcionalismo público não se enquadra na definição de classe operária já que em sua relação de trabalho não há exploração com intuito de obtenção de lucro, mas, em tese, visa a manutenção da estrutura estatal e assistência à população. Neste sentido, percebe-se que parcela significativa das reivindicações versam sobre contratação de mais servidores (18,4%), melhoria das condições (29,6%) e local de trabalho (14,2%) e melhoria dos serviços públicos (29,6%). As pautas econômicas giram em torno de reajuste salarial (52,8%), pagamento de piso salarial (46%) e Plano de Cargos e Salário (26,2%). Destaca-se que o mesmo movimento pode ter mais de uma pauta de reivindicações.

Outrossim, como já demonstrado em momento anterior, mesmo aqueles que não se enquadram no conceito de classe operária podem juntar-se a ela por compartilharem dos mesmos ideais, o que não se constata na análise dos dados acima, já que não houve nenhum movimento em solidariedade e, mesmo tendo ocorrido 16 greves conjuntas, percebe-se que as pautas em comum são de caráter econômico. Aliás, vale evidenciar que muitas greves ocorridas no funcionalismo público têm a adesão de trabalhadores terceirizados que prestam serviço nas mesmas instituições e que, muitas vezes, exercem as mesmas funções que os servidores públicos.

No que se refere a quantidade de movimentos grevistas no país, nota-se que a maior parte ocorreu no funcionalismo público, totalizando 628 greves, mais 16 em conjunto com os trabalhadores da esfera privada. A maioria ocorreu por categoria (84,2%) seguida por movimentos realizados por empresa e/ou unidade (15,9%).

Em 52,5% dos casos, a greve durou apenas 1 dia e em apenas 0,3% - 2 movimentos – a duração foi de mais de 100 dias.

Quanto ao caráter, 75,2% foram defensivas; 65,4% propositivas; 33% em protesto e nenhuma em solidariedade.

De acordo com o quadro acima, há dados sobre a forma de resolução e os resultados de apenas 158 greves, sendo que 63,9% delas chegaram ao término por meio de negociação entre as partes, sendo que em 53,2% dos casos houve a necessidade de intervenção e/ou participação da Justiça.

Em relação aos resultados, apenas 7,1% dos movimentos obtiveram atendimento integral de suas reivindicações; 42,6% obtiveram atendimento parcial; 23,9% não obtiveram êxito, tendo seus pedidos rejeitados e 40,6% retornaram ao trabalho prosseguindo nas negociações. É válido salientar que uma mesma greve pode conter mais de um resultado.

Acerca do nível administrativo, 5,2% das greves do funcionalismo público ocorreram no âmbito federal; 24,1% no estadual; 70,1% no municipal e 0,7% em mais de um nível administrativo.

Embora não se possa afirmar, tendo em vista a ausência desse dado no relatório do DIEESE (2024), é possível entender que houve a participação de sindicatos nesses movimentos grevistas ou, no mínimo, uma liderança ativa. No entanto, mesmo a ausência de sindicatos em tais movimentos já é um dado significativo para esta pesquisa, o que será demonstrado no próximo capítulo.

No quadro 12 apresenta-se os autores e suas ideias que foram utilizados para a elaboração deste capítulo.

**Quadro 12 – Movimento Sindical: histórico e atualidade brasileira**

Introdução	
Autores (as)	Contribuições
Alves (1999)	➤ O termo Mundialização do Capital é mais adequado do que globalização.
Antunes (2002)	➤ Conceito e características do Toyotismo.
Coggiola (2010a)	➤ Luta dos trabalhadores contra a burguesia é uma consequência necessária das contradições do sistema capitalista. ➤ Não é possível estabelecer ordem cronológica entre as fases sindicalista e política do movimento operário.
Coggiola (2010b)	➤ Luta dos trabalhadores contra a burguesia é uma consequência necessária das contradições do sistema capitalista. ➤ Fases da luta de classes.
Molina (2017)	➤ No início do século XX o movimento operário no Brasil foi intensamente combatido pelo Estado. ➤ A República, no Brasil, foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o trabalhador. ➤ Na Era Vargas o movimento sindical era vinculado ao

	<p>Ministério do Trabalho e existia dependência entre os sindicatos e o Estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais nos anos 1980.</li> </ul>
Rodrigues (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Globalização, privatizações, abertura comercial, flexibilização da produção e das relações de trabalho fazem com que a atuação sindical seja canalizada para a defesa do emprego.</li> </ul>
Sperb (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Utilização de máquinas nas indústrias causa desemprego e intensifica o trabalho.</li> <li>➤ Jornadas de trabalho exaustivas e massacrantes.</li> <li>➤ Proibição do movimento sindical na Inglaterra até 1871 quando foi promulgada a Royal Commission on Trade Unions.</li> <li>➤ Existência de organização antes de 1888.</li> </ul>
<b>Atualidade brasileira</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
DIEESE (2024)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dados sobre as greves ocorridas no Brasil em 2023</li> </ul>

Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2025)

## **8 COINFO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE: NOVAS PERSPECTIVAS**

O objetivo deste capítulo é apresentar um diálogo entre os conceitos expostos nos capítulos anteriores, a fim de demonstrar a relação existente entre a Colnfo, a mediação da informação e a formação da consciência de classe nos moldes da teoria marxista da luta de classes.

### **8.1 Ciência da Informação e seu papel no cenário da luta de classes**

Não restam dúvidas acerca da influência da Ciência da Informação, ou de qualquer outro ramo do pensamento científico, no campo da luta de classes, principalmente em uma sociedade sistematizada sobre o alicerce descrito por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã*, qual seja, a estrutura e superestrutura.

De acordo com os autores, a existência da estrutura e da superestrutura comprovam a relação entre o fenômeno (essência) e a aparências das coisas, de modo que o mundo fenomênico (a verdadeira realidade) permanece protegido e encoberto pela superestrutura que, também, garante e proporciona sua produção e reprodução. Vale lembrar que o materialismo histórico pressupõe o processo de produção e reprodução da vida por meio do trabalho<sup>10</sup>, gerando um conjunto de forças produtivas e de relações sociais de produção, que forma a estrutura da sociedade sobre a qual se ergue a superestrutura que é constituída por instituições políticas e sociais como a educação, a polícia, o pensamento científico, o direito, entre outras.

Como a sociedade atual é marcada pela hegemonia do capital e a busca incessante pela sua acumulação por meio da exploração da classe trabalhadora, constata-se que a superestrutura mantém, legitima e reproduz a estrutura que se pauta na exploração e na opressão da classe que vive do trabalho.

Neste cenário, vislumbra-se a ciência como integrante da superestrutura, atuando como um meio de dominação à serviço da capital, um instrumento de dominação ideológica para alçar e consolidar a hegemonia de uma classe no poder, e a CI se encaixa nesta conjuntura como qualquer outro campo do pensamento científico. No entanto, vale afirmar que não se trata de uma realidade estática, impossível de ser modificada. Marx e Engels (2007) já afirmavam que a história é

---

<sup>10</sup> Não se trata do trabalho assalariado, típico da sociedade capitalista, mas, sim, o trabalho social que permite a produção e a reprodução da vida material e a modificação da natureza para a satisfação das necessidades humanas e sociais.

marcada pela luta de classes e delineada pelo materialismo histórico e dialético, sendo, portanto, caracterizada por avanços, recuos e retrocessos. A hegemonia do capital, a exploração e a opressão de uma classe sobre a outra podem ser superadas e, mesmo que pareça contraditório, o pensamento científico pode figurar como instrumento de revolução e mudança social. Da mesma forma a CI.

Marx e Engels (2011) acreditam que a emancipação dos indivíduos propiciará a libertação das condições opressoras que prevalecem sob o sistema do capital, no entanto tal emancipação deverá ocorrer em todos os níveis, principalmente no da consciência, e acrescentam que a ciência é a única capaz de realizá-la por meio da expansão do conhecimento. A ciência, para os autores em tela, é a responsável por fundamentar a práxis revolucionária. Portanto, a ciência também possui cariz revolucionário.

Isto posto, e para melhor compreensão acerca do papel da CI na tessitura da luta classes, importante resgatar os paradigmas da informação defendidos por Capurro (2003), mais precisamente o paradigma social da informação, segundo o qual a informação não se apresenta como algo separado do usuário – sujeito cognoscente – que, por sua vez, não existe em si mesmo, isolado do mundo, mas faz parte de um todo socialmente construído. O sujeito cognoscente é um ser social. A informação é um produto social. Ambos, sujeito e informação, estão submersos em condicionamentos sociais e materiais do fazer e do existir humanos, ou seja, estão submersos nas relações sociais de produção. Seja o objeto da CI a informação ou mediação da informação, este campo do conhecimento científico está atrelado às transformações sociais ou à permanência do *status quo*.

De fato, a informação não é algo isolado (Queiroz; Moura, 2015) e não surge por geração espontânea (Almeida Júnior, 2015), mas existe mediante relações sociais e é partir dela que se cria conhecimento que, por sua vez, condiciona-se ao sentido que é atribuído à informação, sendo que tal sentido depende do escopo do seu emissor e/ou criador que pode ser tanto uma instituição daquelas que integram a superestrutura e exercem a função de proteger a estrutura e as relações sociais de produção, ou pesquisadores ativos e conscientes da necessidade da transformação social e que sejam capazes de apoderar-se da matéria em todos os seus pormenores (essência e aparência), se utilizando de métodos e técnicas científicas das mais variadas como fator fundamental para a realização da práxis (Feijó, 2015).

## 8.2 Colnfo e suas dimensões: um passo à frente

Souza e Almeida Júnior (2015) entendem que a missão da CI é contribuir para o desenvolvimento da capacidade reflexiva dos sujeitos e assim subsidiar a melhoria social, a construção e a difusão de um conhecimento crítico que propicie a emancipação humana. Aqui, surge a necessidade do envolvimento da Colnfo e da mediação da informação como instrumentos hábeis para a efetivação de tal missão.

Mesmo existindo, na CI, vários conceitos<sup>11</sup> de Colnfo, o fato é que tais conceitos, na essência, não diferem entre si e apresentam uma gama de características acerca da Colnfo que possibilitam melhor entendimento sobre o tema.

Inicialmente, é importante salientar que a Colnfo se trata de um processo contínuo de aprendizagem, que não estagna no tempo e no espaço e que vai além de conhecimentos técnicos voltados à busca de informações. Colnfo é um fenômeno histórico-social (Gomes; Dumont, 2016) cujo objetivo é garantir a sobrevivência do sujeito na sociedade da informação e a formação de protagonistas sociais. Além, de acordo com Almeida Júnior e Santos (2019), a Colnfo é um processo educativo apto a conduzir o desenvolvimento e inclusão sociais dos indivíduos, que se realiza por meio de ações de interferência para o uso crítico, responsável e ético da informação.

Assim, é possível afirmar que o sujeito competente em informação é aquele capaz de perceber os aspectos éticos, políticos, sociais, culturais e econômicos da realidade material e interferir nesta realidade de forma crítica e consciente, é aquele capaz de identificar sua necessidade informacional, acessar as informações, interpretá-las e usá-las para gerar novas informações e conhecimentos.

Outro aspecto importante a destacar sobre a Colnfo consiste no fato dela não ocorrer apenas no âmbito individual, já que um indivíduo competente em informação, ao se relacionar socialmente, deixa sua marca nos outros, podendo dar início a um novo processo, em que atuará como mediador, possibilitando a apropriação da informação e a formação da Colnfo em outros indivíduos. Neste sentido, Vitorino e Piantola (2009) afirmam que a Colnfo está vinculada ao contexto e à ação, dependendo do outro para se constituir e se mostrando mais coletiva do que individual – o que não poderia ocorrer de outra forma já que, como lembram as autoras, a própria informação tem sua origem e seu destino na sociedade.

---

<sup>11</sup> Discussões acerca do conceito de Colnfo foram realizadas no quinto capítulo deste trabalho científico.

A análise do exposto até aqui admite concluir ser a ColInfo parte significativa para a emancipação humana que, de acordo com o pensamento marxista, acarretará a extinção da sociedade capitalista marcada pela opressão e exploração de uma classe sobre a outra e pela hegemonia do capital. Contudo, tal conclusão, neste momento, se mostra prematura, superficial e errônea.

Silva, Cavalcante e Alcará (2023) declaram que com a sociedade da informação e o advento das TICs – tecnologias de informação e comunicação, o mundo do trabalho se transforma de forma drástica e irreversível, trazendo consequências nefastas para os trabalhadores, já que as tecnologias extinguem empresas – e postos de emprego – por meio da automação, obrigando os trabalhadores a se adaptarem às TICs pois, caso contrário, não estarão aptos para a atuação no mercado de trabalho. Os mesmos autores afirmam que o trabalhador flexível – exigido pelos novos modos de produção – é aquele que tem capacidade de se adaptar às mudanças informacionais, e acrescentam que a ColInfo é “um conjunto de habilidades que os indivíduos devem desenvolver para possuir melhor performance de atuação no mundo do trabalho, sendo mais aptos a tomar decisões baseadas em informação” (Silva; Cavalcante; Alcará, 2023, p. 7).

No mesmo sentido, Gomes e Dumont (2016) entendem que a educação está atrelada à forma de produção capitalista e reproduz as relações sociais de produção, sendo que as competências são construídas a partir de uma estrutura educacional que almeja a instrumentalização de sujeitos para o trabalho, aumentando a produtividade, a competitividade e proporcionando o (re)estabelecimento do crescimento dos países (Gomes; Dumont, 2016). Igualmente ocorre com a ColInfo que, para os autores acima, “tem suas raízes nas modificações sociais advindas de uma forte reestruturação dos meios de produção” (Gomes; Dumont, 2016, p. 95) e seu surgimento teve como objetivo a promoção da indústria e, ao mesmo tempo, a criação e/ou fortalecimento de um mercado consumidor para as diversas inovações tecnológicas que começavam a emergir (Gomes; Dumont, 2016).

Como é comum nas ciências, depara-se com autores que possuem visões diferentes sobre a função da ColInfo. Por um lado, encontra-se aqueles que entendem ser essa competência voltada à suprir as necessidades do capital e do mundo do trabalho para garantir a produção e reprodução do sistema capitalista e, de outro lado, existem cientistas que entendem que o papel da ColInfo é a formação

autônoma, crítica e libertadora dos indivíduos na sociedade contemporânea (Silva; Cavalcante; Alcará, 2023).

Outra vertente, no interior da CI, considera que a ColInfo é insuficiente para a emancipação dos indivíduos e para a realização de uma mudança social. Cria-se, portanto, um novo conceito – Competência Crítica em Informação ou CCI.

Para Silva (2024), a CCI propõe uma reflexão mais ampla sobre os contextos sociais, políticos e ideológicos que moldam a produção e a circulação de informações já que

é uma abordagem educacional poderosa, capaz de transformar a percepção da sociedade sobre o consumo informacional e seu impacto na maneira como as pessoas pensam e agem diante dos desafios que permeiam a vida em sociedade (Silva, 2024, p. 12)

Silva (2024) entende que a CCI é mais abrangente do que a ColInfo, indo além desta ao propiciar ao sujeito a capacidade de redefinir de maneira ampla e interconectada as dinâmicas sociais e estruturais da realidade material pois contribui para a emancipação do indivíduo e o fortalecimento de sua participação ativa na sociedade. No entanto, para esta autora, a CCI não veio para substituir a ColInfo mas, sim, para complementar as competências e habilidades que permeiam o processo de busca, acesso e uso das informações (Silva, 2024).

Para Gomes (2024), a ColInfo se liga ao campo da tradição, estando vinculada a um fundo sócio-econômico dominante, mercadológico e meritocrático, mantendo uma tendência instrumental e economicista que deve ser superada pela CCI. Gomes (2024), ainda, menciona que a ColInfo carece de um posicionamento crítico em relação ao social. Para ele, mesmo que a CCI surja de uma dissidência com a ColInfo, não é razoável sugerir que ela rejeita irremediavelmente a ColInfo já que reconhece seu valor histórico.

No entanto, não parece adequado o posicionamento de autores que entendem ser a ColInfo insuficiente ou ultrapassada, nem mesmo o parecer daqueles que afirmam que a ColInfo atua em favor do capital. Aqui, defende-se a ideia de ser a ColInfo um conceito em constante transformação que se adequa às mudanças e ao desenvolvimento do pensamento científico. Ainda, é válido lembrar que, de acordo com o pensamento marxista, a realidade é um todo concreto e histórico e cada etapa de desenvolvimento, ou retrocesso, ou estagnação, é apenas uma parte, um

momento desta totalidade irremediavelmente dialética. Da mesma forma o pensamento científico.

É possível perceber o desenvolvimento da ColInfo por meio das dimensões evidenciadas pelos autores da CI, quais sejam, as dimensões técnica, estética, ética e política. A dimensão técnica pode ser considerada como a base da competência em informação por abranger o usuário, o profissional da informação e todo o fluxo informacional e consiste na aquisição de habilidades técnicas de caráter prático e objetivo com objetivo de encontrar, avaliar e usar corretamente as informações (Vitorino; Piantola, 2011). A dimensão estética se relaciona à percepção que o indivíduo possui do mundo e não se associa ao mundo da arte como imagina o senso comum, mas se atrela à experiência do aprender e do saber, da beleza do agir e do sentir humanos, um sentimento interno e não se associa à beleza externa ou à aparência das coisas. Por meio da realização da dimensão estética, o indivíduo passa a experimentar o prazer na criação, o que estimula o desenvolvimento da ColInfo em suas outras dimensões (Vitorino; Piantola, 2020).

Já a dimensão ética se identifica com a necessidade de observação dos valores éticos que permeiam a sociedade em que a ColInfo está sendo desenvolvida, mesmo porque sabe-se que a informação, desde o seu surgimento, se encontra vinculada a ideologias e interesses diversos. A realização da dimensão ética contribui para a formação de indivíduos críticos e capazes de comportamentos éticos e de usar a informação de modo responsável não apenas em benefício próprio, mas, também, para o bem da coletividade.

Ao exceder a esfera individual para a coletiva ou social, a atuação do sujeito alcança um status sociopolítico e a ColInfo atinge sua dimensão política que se tipifica por aspectos específicos como o exercício da cidadania, a participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social, a capacidade de ver além da superfície do discurso e a compreensão de que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico (Vitorino; Piantola, 2011, 2020).

Vários autores mencionam que não se deve priorizar ou esquecer uma dimensão em detrimento de outra e que todas elas atuam em conjunto afim de consolidar a ColInfo, não sendo possível separá-las ou omitir alguma durante o processo. Vitorino e Piantola (2011) argumentam que cada dimensão pode ser entendida como uma face, uma parte de um todo que não se mantém sozinha, que

não sobrevive sem a outra face ou as outras partes. No entanto, não é viável concordar totalmente com tal posicionamento.

Não há dúvidas acerca da completa realização da ColInfo somente ocorrer após o advento de todas as dimensões. Contudo, nem sempre a consumação de todas é imprescindível. Vejamos, por exemplo, o trabalhador que inicia uma nova função em seu trabalho ou se prepara para sua inserção no mercado de trabalho. Decerto que a habilidade necessária para a realização de uma atividade técnica, depende apenas da competência técnica sendo que, para operar uma máquina ou realizar trabalhos braçais – que não necessitam de planejamento prévio – basta a apropriação da informação acerca de tal operação e a aplicação dela na execução da atividade pretendida. Todavia, constata-se que, até mesmo em se tratando apenas de habilidades técnicas, a dimensão estética se efetiva já que, no processo educativo, o sujeito vivencia a beleza e o prazer da experiência e da aprendizagem.

Em relação à dimensão ética, percebe-se que, também, está presente no exemplo acima. Veja que o indivíduo desenvolveu habilidades para a execução de determinada tarefa objetivando um resultado específico e com maior eficiência. Não obstante, percebe que existe um modo mais fácil para obter resultado semelhante, mas omitindo protocolos de segurança que colocará em risco seus colegas ou diminuirá o lucro obtido pelo empregador. O que motivaria a não realizar tal operação se, naquele momento, ele se encontra cansado, com raiva do patrão ou com pressa para voltar para casa? Obviamente, não o faria por questões éticas.

Contudo, a questão que se coloca é que se a competência ética foi apreendida pelo sujeito após, antes ou durante a incorporação da competência técnica. Acredito que não seja possível tal determinação. O indivíduo é um ser complexo e a ColInfo se caracteriza como um aprendizado para a vida e ao longo da vida. A dimensão ética pode ser vivenciada pelo sujeito enquanto criança, por meio da convivência familiar – tendo familiares como mediadores da informação – mesmo antes da aquisição de qualquer habilidade técnica. Não há uma ocorrência linear entre o advento das dimensões da ColInfo; da mesma forma, uma dimensão não é pré requisito para a realização de outra. Mas, como inserir a dimensão política neste contexto?

A dimensão política se inicia a partir do momento em que a ColInfo ultrapassa o âmbito individual e passa a influenciar a coletividade, ou seja, a partir do momento em que o indivíduo competente em informação adquire a consciência de que suas

ações podem transformar não apenas a sua vida, mas a vida e a realidade de todos ao seu redor, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É possível o alcance das outras dimensões apenas no âmbito individual, o que não ocorre com a dimensão política.

Silva, Nunes e Teixeira (2020) entendem que a dimensão política da ColInfo se relaciona com a participação política do sujeito visando a construção e o fortalecimento de uma sociedade justa e democrática, ou seja, com o exercício da cidadania e a consolidação da democracia.

Também, destaca-se o posicionamento de Belluzzo (2020) que coloca a competência informacional no campo das políticas públicas a fim de diminuir as lacunas sociais existentes e os fatores que favorecem a exclusão social, além de permitir que os sujeitos exerçam a cidadania de forma mais efetiva e assertiva, fortalecendo a democracia por meio da participação ativa dos indivíduos como atores históricos e sociais, o que contribui para o desenvolvimento social e de inovação para as gerações futuras.

A democracia se configura pela participação popular na tomada de decisões referentes à vida pública e ao estado, sendo que o indivíduo que participa de tal tomada de decisão é tido como um cidadão, ou seja, a cidadania se realiza por meio da participação do indivíduo nesta tomada de decisão – aqui, inclui-se o voto em um sistema político representativo. Desta forma, é importante destacar que um indivíduo competente em informação possui melhores condições intelectuais de tomar decisões de forma ética, crítica e consciente, o que fortalece o exercício da cidadania, tornando-a mais eficaz para a consolidação de uma sociedade democrática.

O desenvolvimento da cidadania não se dá apenas com o acesso material à informação, é necessário que o sujeito saiba compreender e interpretar a realidade, bem como atribuir sentido a ela. Para Vitorino e Piantola (2020), a informação pode ser utilizada como instrumento de permanência do *status quo* ou de mudança social. Quem determina o sentido da sua utilização é o indivíduo pautado nas suas habilidades e conhecimentos, sendo que o desenvolvimento da ColInfo visa a formação de protagonistas sociais, que são agentes de mudança. Neste sentido, Silva, Nunes e Teixeira (2020) são explícitos ao concluir que a ColInfo tem como objetivo formar cidadãos aptos a atuar na sociedade da informação, possuindo

habilidades para acessar, avaliar e usar a informação de maneira crítica e autônoma.

Em uma primeira análise, se tornam claros os benefícios que a ColInfo proporciona para a sociedade e para o ser humano, restando dúvidas, somente, acerca da necessidade de criação de um novo conceito no interior da CI que é o conceito de Competência Crítica em Informação – CCI. Parece-nos evidente que a inclusão da dimensão política na ColInfo supre as críticas realizadas pelos defensores da CCI e descarta a necessidade da fragmentação do conceito de Competência em Informação, propiciando o aprofundamento de sua análise e a difusão desta especialidade da CI.

Ocorre, porém, que ao se analisar a ColInfo e suas dimensões à luz da teoria marxista da luta de classes, percebe-se a existência de lacunas teóricas que devem ser preenchidas com o intuito de possibilitar à CI fundamentar a práxis revolucionária idealizada por Marx.

Como já mencionado em capítulos anteriores, de acordo com o pensamento marxista, a única forma de extinção do sistema capitalista, baseado na exploração e opressão de uma classe sobre a outra, é por meio de um movimento revolucionário pautado nos ideais comunistas, que se inicia por meio da atuação sindical e se consolida com a ação do partido político. Outrossim, a teoria elaborada por Marx e Engels indica que é necessário a ocorrência de duas condições para que tal movimento obtenha êxito, sendo a primeira que estejam presentes as condições materiais e históricas favoráveis e, a segunda, que a classe operária esteja devidamente organizada e apta à realização de seu desígnio histórico, ou seja, que os trabalhadores alcancem a consciência de classe revolucionária.

Marx e Engels desenvolvem o conceito de consciência de classe levando em consideração a aproximação, ou não, de tal consciência da percepção das relações sociais de produção, da sua posição enquanto classe oprimida e explorada e de seu papel histórico e revolucionário – qual seja, a extinção da sociedade capitalista e a instauração do comunismo. Desta forma, é possível afirmar que o indivíduo se encontra no estágio da falsa consciência de classe quando sua percepção está longe de uma consciência de cariz revolucionário, ou seja, quanto mais submerso na alienação, mais distante se encontra de tal consciência e, portanto, no estágio de falsa consciência de classe, e quando consciente de sua situação de classe

explorada e oprimida e de seu desígnio histórico, mais próximo está o indivíduo da verdadeira consciência de classe.

No entanto, vale ressaltar, que os termos “falsa” e “verdadeira” atribuídos à consciência de classe não encontram mais acolhida no meio científico de modo unânime. Iasi (2002) adverte o uso incorreto de tais termos tendo em vista que não se trata de uma falsa ou de uma verdadeira consciência de classe, mas de estágios propriamente ditos de acordo com o momento histórico em que são observados e, também, com a evolução dos modos de produção. Trata-se da correspondência entre o amadurecimento da consciência e o desenvolvimento das forças produtivas. Desta forma, não existe uma consciência de classe falsa ou errada, tampouco, verdadeira ou correta.

Assim substitui-se o termo verdadeira consciência de classe para consciência para si, que se forma a partir do momento em que o operariado se conscientiza da sua missão, enquanto classe social, revolucionária, se afastando da alienação e se desvinculando da ideologia da classe dominante. No entanto, vale destacar que a consciência para si não ocorre de forma espontânea ou subitamente. Seu desenvolvimento ocorre por meio de um processo que se inicia na consciência alienada – ainda no âmbito individual e totalmente atrelada à falsa consciência de classe e à ideologia dominante – que se transformará em consciência reivindicatória – momento em que a classe operária reconhece a exploração e exige direitos, principalmente de ordem econômica – e, em momento posterior, se transmutará para consciência em si – aqui já em um plano coletivo e mediante a percepção do outro enquanto sujeitos integrantes da mesma classe social, sofrendores dos mesmos males e portadores dos mesmos anseios e desejos. A consciência para si surge no âmbito social e após o reconhecimento da necessidade da ação coletiva para a extinção de um sistema pautado na exploração e opressão do homem sobre o homem.

Somente após o alcance da consciência para si que passa a ser possível a ação revolucionária que culminará no desaparecimento do capitalismo e na instauração do comunismo, que se configura por ser um sistema social pautado no desenvolvimento e no bem comum, na inexistência de classes sociais e na ausência de exploração e opressão.

Mas, qual a relação entre a consciência de classe e a ColInfo? Na verdade, a pergunta mais adequada é: em qual dimensão da ColInfo se forma a consciência de classe?

A formação da consciência de classe sempre ocorrerá no âmbito coletivo e político, de modo que não restam dúvidas acerca do desenvolvimento de tal consciência do decorrer da dimensão política da ColInfo. No entanto, não há na CI discussão teórica acerca deste tema.

Os autores que se debruçam no estudo das dimensões da ColInfo, não as conectam com a teoria marxista da luta de classe e não mencionam a existência de conexão entre sua dimensão política e consciência de classe, alicerçando suas análises em conceitos ligados ao protagonismo social, exercício da cidadania e fortalecimento da democracia.

Neste ponto, é pertinente retomar os conceitos marxistas de estrutura e superestrutura, ressaltando que na superestrutura se encontram os mecanismos utilizados para proteger as relações sociais de produção (presentes na estrutura), que atuam por meio de instituições que legitimam a exploração e a opressão de uma classe sobre a outra, sendo que a extinção do sistema capitalista somente ocorrerá após a destruição integral da estrutura e a modificação completa da superestrutura.

Percebe-se que a construção dos conceitos de protagonismo social, cidadania e democracia são elaborados no decurso do capitalismo e por instituições que integram a superestrutura, de modo que é possível, sem sombra de dúvidas, formar protagonistas sociais, cidadãos críticos e conscientes e fortalecer a democracia sem romper a estrutura e a superestrutura alçadas sob a hegemonia do capital. O protagonista social é capaz de mudar sua própria história, transformar a realidade de todos a sua volta e influenciar a conduta de outros indivíduos sem, ao menos, alterar minimamente as relações de poder de uma sociedade. O protagonista pode suavizar os efeitos – a aparência – das relações sociais de produção pautadas na exploração e opressão, sem que ocorra a menor alteração na relação estrutura X superestrutura. É necessário um passo à frente.

Como a consciência de classe se encontra intrínseca à esfera política, é inviável propor a criação de uma nova dimensão da ColInfo visando a incorporação de tal consciência. O que faremos é propor a expansão do conceito de sua dimensão política, de modo a dividi-la em dimensão política em sentido lato e dimensão política em sentido estrito, em que o alcance do protagonismo social e do

exercício da cidadania se enquadre na dimensão política em sentido lato e os aspectos relacionados à consciência de classe revolucionária e à ruptura da hegemonia do capital sejam discutidos, ainda na dimensão política, mas em seu sentido estrito.

Ainda, é válido salientar que a ColInfo é um processo e, ao mesmo tempo uma ação crítica de interferência que, somente se concretiza por meio da mediação da informação que será tratada no próximo tópico juntamente com o desenvolvimento dos argumentos em torno da cisão da dimensão política tanto da ColInfo como da própria mediação da informação.

### **8.3 Mediação da Informação enquanto elemento essencial para a formação da consciência de classe**

Relacionar a ColInfo com a mediação da informação é algo natural quando se percebe o fluxo informacional na construção do conhecimento e na formação de sujeitos protagonistas sociais.

Para que o conhecimento seja construído e ocorra a formação de protagonistas sociais por meio da realização da ColInfo, é necessário que a informação seja compartilhada e apropriada pelo indivíduo, o que apenas ocorre por meio do processo de mediação da informação. ColInfo e mediação da informação são processos indissociáveis. Neste sentido, afirma Gomes (2019) que a mediação da informação se situa como ação central que coloca a informação em favor do desenvolvimento do protagonismo. Para a autora, as relações entre protagonismo social e mediação da informação sinalizam que o primeiro pode ser favorecido pela realização consciente da ação mediadora, o que evidencia o apoio desta a esse desenvolvimento, ganhando status nuclear no âmbito da relação entre responsabilidade social do trabalho com a informação (Gomes, 2019).

Para que a mediação da informação seja efetivamente realizada, se faz necessário o alcance de 5 dimensões a saber: dimensão dialógica, dimensão estética, dimensão formativa, dimensão ética e a dimensão política. De acordo com Gomes (2020) a mediação da informação tem como objetivo a formação de sujeitos protagonistas que somente ocorre por meio da efetivação das cinco dimensões, sendo que se não forem todas articuladas ou alcançadas, o desenvolvimento do protagonismo social pode ser comprometido ou postergado (Gomes, 2019).

Como o próprio nome sugere, a mediação da informação ocorre por intermédio de algo, mais precisamente de alguém. Tem-se, portanto, a figura do mediador da informação que exerce a função de “informar” o sujeito receptor – ou usuário, como preferem alguns – por meio do diálogo, ou seja, por meio da dialogia. A mediação da informação depende da comunicação (Gomes, 2019). A dialogia é evidenciada como o sustentáculo do processo de mediação da informação.

Gomes (2014) declara que o processo de mediação da informação inclui um mediador que interliga dois polos de uma mesma relação, sendo que o objeto a ser veiculado é a informação a fim de gerar terreno propício para o desenvolvimento intelectual e a construção de conhecimento. Ocorre, assim, uma comunicação entre os sujeitos envolvidos no processo, de modo que sem ela não é mediação da informação.

A dimensão dialógica da mediação da informação se caracteriza pela presença inequívoca do diálogo no processo, o que possibilita a aproximação entre os sujeitos envolvidos e impulsiona a realização das demais dimensões.

Quanto a dimensão estética, esta se realiza a partir do encontro do sujeito com a informação, com o desenvolvimento intelectual e a geração de conhecimento. A dimensão estética simboliza o sentimento de pertencimento, a beleza e a experiência do conhecimento – prazer estético.

A dimensão formativa decorre diretamente da dimensão estética pois, mediação da informação, ao possibilitar o encontro do sujeito com a informação e ao satisfazer suas necessidades informacionais, permite o exercício do contraditório e da reflexão, delineando ressignificações, novas interpretações e novos conhecimentos, o que favorece a superação de conflitos cognitivos e a consolidação da apropriação da informação (Gomes, 2021). Dá-se, então, a sua dimensão formativa.

Já a dimensão ética da informação se relaciona com o posicionamento exercido pelo mediador durante o processo de mediação da informação. Para Gomes (2019, p. 17),

A dimensão ética da mediação da informação exige do profissional a realização da ação mediadora em postura de abertura e acolhimento ao diferente. A dimensão ética demanda o ouvir e dialogar com o outro, com ampliação da capacidade de escuta e observação sensíveis. Também reclama a adoção de princípios capazes de inibir a censura e o acesso a informação em desrespeito ao diferente, ao livre pensar e aos direitos sociais

Importante destacar que a dimensão ética da mediação da informação comporta, também, outro significado. A mediação da informação é uma ação crítica de interferência realizada por meio da atuação de mediador que, por sua vez, é passível de manipulação. Afirmar que a informação é neutra é um equívoco, no entanto, deve o mediador atuar de modo consciente e evitando ao máximo a influência de manipulações que podem acarretar em desinformação e *fake news*. Deve o mediador se pautar em valores e ideais éticos que visem o bem comum e o desenvolvimento do protagonismo social.

A efetivação da dimensão ética articula as dimensões dialógica, estética e formativa, propiciando, assim, a realização da dimensão política da mediação da informação.

Com o alcance da dimensão política, os sujeitos da ação passam a se enxergar como agentes políticos, indo além do autoconhecimento já que passa a compreender não apenas a si mesmo, mas a coletividade na qual estão inseridos, há uma transmutação do bem-estar individual para o bem-estar coletivo. Nesta instância ocorre a compreensão da condição social não apenas dos sujeitos envolvidos no processo; a ação supera seus próprios limites de modo que os integrantes passam a perceber os outros que não fazem parte da mediação e se solidariza, por meio do sentimento de pertença, com seus anseios e necessidades. Assim, o protagonismo social é consolidado.

Ao adentrar na dimensão política da mediação da informação, a apropriação da informação se concretiza e a Coinfo se dá em sua plenitude impulsionando o usuário a romper as barreiras da mediação e atuar em benefício do bem comum e da justiça social ou, seja, perante a coletividade este sujeito não está mais neutro, assumiu posição e passa a lutar por interesse que não são apenas seus, mas de todos ao seu redor. A ação passa a ultrapassar os limites do ambiente informacional no qual ela se iniciou.

Neste ponto, é imprescindível mencionar que a dimensão política da mediação da informação apenas ocorre por meio de um processo consciente, onde a atuação do mediador se destaca como sendo fundamental. Para que o mediador seja apto à realização da mediação consciente da informação em todas as suas dimensões, é imperioso que já tenha passado pelo mesmo processo, tendo experimentado, inclusive, todas as dimensões da Colnfo e se desenvolvido

enquanto protagonista social. Somente o protagonista social forma novos protagonistas sociais.

Ocorre, porém, que para o objetivo aqui proposto o desenvolvimento do protagonismo social é insuficiente para o alcance da consciência de classe revolucionária – mais precisamente, a consciência operária. Gomes (2019, p. 13) esclarece que

O protagonismo só existe na tomada de posição. Protagonistas assumem ações de liderança, se colocam contra obstáculos que representem ameaça ao coletivo, assumem embates pela construção de um mundo em favor do bem comum. Ser protagonista implica na tomada de posição de sujeito social ativo, que age e reage com e em relação ao outro (presente ou não na cena da ação). Enfim, o protagonista é aquele que age, que reage, que se coloca em relação aos interesses da coletividade.

Ao transcender o descrito acima por Gomes (2019) para o mundo trabalho e suas relações capitalistas pautadas na exploração da força de trabalho, é possível concluir que o protagonista social é aquele sujeito que toma posição frente às dificuldades enfrentadas pelo trabalhador, que assume a liderança do grupo – ou até mesmo da classe social – em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

De fato, o protagonismo social não significa o alcance da consciência de classe revolucionária – consciência para si, mas é possível afirmar que rompe com a consciência alienada que prevalece durante a hegemonia do capital. E, ao romper com a alienação, o protagonista passa a se reconhecer no outro – sentimento de pertença – e a ensinar o outro a se reconhecer enquanto integrante da mesma classe social, com os mesmo anseios e necessidades, todos vítimas da mesma opressão e da mesma exploração. Surge a consciência em si. No entanto,

Na consciência em si está colocado um limite para o avanço e a conquista não só das reivindicações, mas da emancipação humana, que é a manutenção das relações sociais capitalistas, porque ainda se está no campo da espontaneidade. Ao se colocar como classe em si, o proletariado nega o capitalismo e ao mesmo tempo o afirma, pois a ação relacionada a essa consciência não consegue ir além do modo capitalista de produção (Almeida; Abreu; Rossler, 2011, p. 557)

É possível que a classe permaneça nesse nível de consciência, buscando condições melhores de vida e de trabalho já que, embora conscientes da opressão e exploração, não há a percepção da possibilidade e da necessidade de extinção deste sistema e que a própria classe da qual fazem seja a responsável por este processo. Gomes (2019) ressalta que o protagonista valoriza a vida cidadã e

considera mais importante o viver junto, o respeito aos direitos sociais e à justiça social, do que derrotar o adversário e vencer a luta. O protagonista compreende o caráter político da sua ação enquanto resistência frente ao opressor, o que importa para ele é o respeito ao outro. A ação de resistência do protagonista possui um potencial para a transformação, mas não se configura como seu objetivo imediato. Como já explicitado, a ação do protagonista é relevante para o desenvolvimento social, mas não rompe com a estrutura social capitalista, ou seja, não rompe com as relações sociais de produção baseadas na opressão e exploração de uma classe sobre a outra, apenas minimiza seus efeitos, sua aparência.

O desenvolvimento da consciência da classe operária é contraditório. A própria consciência de classe é contraditória. A consciência em si – ou aquela que encontramos no trabalhador protagonista social – está integrada ao capital mas volta-se contra ele mesmo sem romper as estruturas de poder e dominação. No entanto, neste movimento dialético, é possível a ocorrência de uma transformação qualitativa desta consciência, capaz de conduzir a emancipação da sociedade. A consciência para si surge da emergência da classe como sujeito, como um salto em direção a ação autoconsciente da classe (Almeida; Abreu; Rossler, 2011).

Contudo, este salto qualitativo de consciência não se dá de forma espontânea, mas depende da atuação do mediador da informação enquanto agente político revolucionário. Para Almeida, Abreu e Rossler (2011), a consciência de classe apenas se realiza por meio da mediação humana.

Importante ressaltar que, ao adquirir a consciência em si – a partir do protagonismo social desenvolvido por meio da dimensão política da mediação da informação – a classe trabalhadora passa a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Neste momento, dá-se início ao movimento grevista, que poderá ter os seguintes desfechos:

- 1- Reivindicações são atendidas e os trabalhadores retornam ao trabalho;
- 2- Realização de acordo entre os empregados e o empregador e os trabalhadores retornam ao trabalho;
- 3- Reivindicações não são atendidas e, mesmo assim, os trabalhadores retornam ao trabalho com medo de perderem o emprego;
- 4- Reivindicações econômicas se convertem em reivindicações de caráter político – independentemente das reivindicações serem ou não atendidas.

Ocorrendo os desfechos 1 ou 2, os protagonistas alcançam seu objetivo, e qualquer hipótese de um salto qualitativo da consciência de classe é nula. Na

ocorrência do desfecho 3, é possível que os trabalhadores desistam das reivindicações e concluam que a melhor opção é manter os empregos ou é possível que a insatisfação permaneça e traga uma maior união aos trabalhadores que poderão se fortalecer a realizar uma ação de resistência mais forte e eficaz. Ou o processo de formação da consciência de classe se desintegra ou se fortalece, num processo dinâmico e dialético, assim como acontece na luta de classes.

As maiores chances de transformação da consciência se encontram na luta de classes. Afirmamos que, quanto mais intensas as estratégias de alienação utilizadas pela classe dominante, maior a exposição das fraturas e contradições do capitalismo e, conseqüentemente, maiores as chances de ração das classes dominadas. O capitalismo, ao impulsionar sua própria manutenção, propulsiona, com igual força, o seu fim (Sousa; Peixoto, 2021, p.16).

No caso do desfecho 4, ocorre o salto qualitativo na consciência de classe e a consciência para si é alcançada.

Contudo, o que se deve destacar neste momento é que a consciência em si pode ocorrer sem a intervenção do sindicato. Os trabalhadores, por outros meios e por outros mediadores, podem alcançar esse tipo de consciência. No entanto, a consciência para si – que supera o protagonismo e a consciência em si – apenas se desenvolve por meio da atuação da entidade sindical. Quando se apresenta o sindicato enquanto mediador da informação, não nos referimos à instituição sindical, mas sim aos seus integrantes – dirigentes ou não – que exercem a função de intelectuais orgânicos ou da vanguarda operária descrita por Marx e Engels.

Outro aspecto importante a salientar é que a formação da consciência de classe – em si ou para si – se dá durante a dimensão política da mediação da informação, mas em estágios diferentes, da mesma forma como ocorre na ColInfo. Desta forma, entendemos que o alcance do protagonismo social rompe a consciência alienada e abre espaço para o surgimento da consciência de classe – quando o protagonismo se dá no interior da classe trabalhadora, tendo em vista que, de acordo com o pensamento marxista e como já apresentado no capítulo 6 desta tese, somente a classe operária desenvolverá a consciência de classe revolucionária, já que é a única capaz de extinguir sistema capitalista.

Assim, também, propomos que a dimensão política da mediação da informação tenha sua abrangência dilatada a fim de comportar dois níveis ou duas esferas de desenvolvimento da consciência de classe a partir do protagonismo

social. Sugerimos, então, a expansão da dimensão política da seguinte forma: dimensão política em sentido lato caracterizada pela formação do protagonista social, ruptura com a consciência alienada e início da consciência em si; dimensão política em sentido estrito identificada como o momento de formação da consciência para si, ou seja, o desenvolvimento da consciência de classe revolucionária.

A atuação sindical é de fundamental importância para a formação da consciência de classe para si. Sem o processo educativo realizado pelo sindicato, o salto qualitativo da consciência em si para a consciência para si não ocorre. Aqui, é importante retomar o sentido da interferência destacado por Almeida Júnior (2009, 2015) em seu conceito de mediação da informação.

Ao trabalhar a interferência no processo de mediação da informação, Almeida Júnior (2009) entende que o mediador trabalha com a informação que, em sua gênese, não é neutra. Para ele a informação já nasce envolta em ideologias e interesses, o que atinge o mediador que, por sua vez, não consegue atuar com total imparcialidade. De fato, a noção de interferência não significa que a informação deva ser manipulada, mas trabalhada evitando ao máximo sua manipulação e sua descaracterização, o que abre espaço para a necessidade da realização da dimensão ética no processo de mediação da informação.

Contudo, como conduzir a dimensão ética da mediação da informação no campo da luta de classes?

Decerto que no campo da luta de classes encontra-se em combate interesses diversos e antagônicos, sendo cada qual defendido como o correto pela sua classe social correspondente. A escolha entre eles depende da vertente teórica e ideológica seguida pelo mediador. A ética, neste caso, não é absoluta. Nem todos os indivíduos possuem a mesma percepção do que é certo ou errado, ético ou antiético, em todas as situações. Quando se trata de luta de classes o embate entre ideologias é um terreno pantanoso, mas que precisa ser desvendado.

Ao retomar o exemplo dado anteriormente a respeito dos possíveis desfechos de uma greve, é possível verificar com clareza como as questões éticas podem não ser as mesmas para todos os sujeitos. No terceiro desfecho apresentado, a reivindicação dos trabalhadores não é atendida, mas, mesmo assim retornam ao trabalho por terem medo de perderem seus empregos. Nesta hipótese ou a consciência em si retrocede ou avança e alcança a consciência para si.

Ocorre, porém, que mesmo em se tratando de consciência de classe, esta não é homogênea e não alcança todos na mesma proporção. É provável que existam indivíduos, no mesmo processo de mediação da informação, que não alcancem a consciência para ou, até mesmo, o protagonismo social. Pode-se presumir que tal fato se dá em decorrência de valores éticos adquiridos por estes indivíduos ao longo de suas vidas – como o descrito no tópico anterior, quando tratamos acerca da ColInfo. Todavia, entende-se que no processo de mediação da informação, pode ocorrer outra hipótese.

De acordo com Gomes (2021) a mediação da informação somente se desenvolve quando todas as dimensões forem alcançadas. Para ela, o ápice deste processo é o alcance do protagonismo social. Já para nós, é o alcance da consciência de classe revolucionária – qual seja, a consciência para si. Os valores éticos dos protagonistas podem ser diferentes daqueles dos trabalhadores imersos na consciência revolucionária, e não compreendemos que esta mudança de valores éticos se refere a diferentes valores vivenciados pelos diferentes sujeitos ao longo da vida. Nos parece óbvio que os valores éticos se modificam a partir do momento em que o sujeito se encontra com a dimensão política da mediação da informação em seu sentido estrito pois, a partir desta experiência, seus sentidos se expandem e seu conhecimento do mundo, com o descortinamento da infraestrutura e com as relações sociais de produção e os modos de produção expostos, aquela ideia de mundo, também se modifica, trazendo em consequência a ruptura com os valores éticos conhecidos e elaborados de acordo com a ideologia até então dominante – a ideologia do capital.

Outro aspecto interessante e que deve ser trazido para esta discussão, é que a dimensão política em sentido estrito apenas poderá ser alcançada por meio de um processo consciente de mediação da informação, em que a consciência de classe do próprio mediador já tenha passado por todos os estágios de desenvolvimento e alcançado a verdadeira consciência de classe revolucionária. Somente um mediador consciente pode contribuir para a formação de sujeitos conscientes. E o nível de consciência do mediador – seja consciência alienada, consciência em si ou consciência para si – se mostra como o limite de alcance do processo de mediação da informação.

Ainda, é pertinente destacar que, quando se trata do desenvolvimento da consciência de classe, não basta apenas que novos conhecimentos sejam

construídos, é necessário que a ideologia dominante, até então, seja dissolvida. Mas, para tanto, não basta apenas um trabalho na vanguarda no campo subjetivo, se faz necessário a transformação das próprias relações sociais de produção. Neste sentido,

Transformar a consciência social não é simplesmente trocar as ideias dominantes por outras ideias, já que estas são frutos das relações materiais dominantes, e não apenas ideias. Há que transformar o próprio mundo material e suas relações para que se produzam novas concepções de mundo que deem origem a outros conceitos (Almeida; Abreu; Rossler, 2011, p. 554)

De fato, a atuação do sindicato, como mediador da informação no processo de formação da consciência de classe, encontra limites. Mas, tais limites não são maléficos ao movimento sindical. Se pautando nos termos da teoria marxista da luta de classes, percebe-se que a função dos sindicatos é preparar o operariado para a luta política que se dará além do mundo do trabalho. Os sindicatos devem operar como educadores na preparação dos trabalhadores para a luta política que será conduzida pelos partidos políticos. Assim, a atuação do sindicalismo se encontra circunscrita à natureza própria do trabalho assalariado (Alves, 2003). De acordo com Alves (2003), o movimento grevista era visto por Marx e Engels como o primeiro da aprendizagem revolucionária, de modo que a atuação sindical tem um valor pedagógico, moral e político, não importando os seus resultados imediatos.

Na medida em que os sindicatos organizassem as greves e procurassem generalizá-las, eles cumpriam uma missão da maior importância, ou seja, nas palavras do próprio Marx, eles contribuíam para manter viva a combatividade da classe trabalhadora. Os contínuos conflitos entre operários e capitalistas impediam que a classe trabalhadora se tornasse uma massa desencorajada e submissa. Enfim, eles impediam que os operários se transformassem em instrumentos de produção patéticos, irreflexivos, mais ou menos bem nutridos (Alves, 2003, p. 337)

Isto posto, percebe-se a relevância da atuação dos sindicatos na preparação dos trabalhadores para luta política revolucionária que extinguirá o sistema capitalista fundamentado na exploração e opressão do homem pelo homem em função de sua classe social ou posição nas relações sociais de produção. Todavia, os obstáculos para tanto são robustos, haja vista os dados apresentados pelo DIEESE (2024) referentes aos movimentos grevistas ocorridos no Brasil no ano de 2023

De acordo com o DIEESE (2024) ocorreram apenas 1.132 greves em todo o território nacional, o que demonstra que, no mundo do trabalho, ou não houve sequer a formação de protagonistas sociais – e a ruptura com a consciência alienada – ou que os mecanismos repressivos do capital estejam agindo com maior eficiência. Ainda, os dados apontam que a maioria das greves possuíram caráter defensivo<sup>12</sup>, ou seja, se caracterizam por suas reivindicações serem contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação, bem como pela defesa de condições de trabalho, de saúde e segurança:

- ✓ Greves de caráter propositivo: 49,8%
- ✓ Greves de caráter defensivo: 78,1%
- ✓ Greves em protesto: 20,1%
- ✓ Greves em solidariedade: 0%

A grande maioria dos movimentos busca da defesa contra as violações cometidas pelos empregadores. Não houve nenhuma greve em solidariedade, o que demonstra a fraqueza e a fragmentação do movimento sindical brasileiro.

Também, todos os movimentos grevistas realizados no Brasil no ano de 2023 se pautaram em reivindicações de natureza econômica e por melhorias nos locais e/ou nas condições de trabalho, o que demonstra que não há revolta, pelos trabalhadores, acerca da exploração e da opressão exercidas pelo capital ou que, simplesmente, ainda não alcançaram tal percepção. O objetivo, portanto, dos movimentos grevistas foi o de reduzir os efeitos da exploração e não a sua extinção. Modifica-se a superestrutura mantendo a infraestrutura intacta. Reduz os impactos da exploração e da opressão, mas preserva as forças produtivas e as relações sociais de produção, garantindo a produção e reprodução do capital e suas mazelas sociais. Uma vitória aparente apenas.

Por meio da mediação da informação é possível modificar a realidade, é a forma mais eficaz de ação e interferência do homem a fim de transformar o mundo que o rodeia e ela ocorre em vários ambientes. Almeida Júnior (2015) inclui em seu conceito de mediação da informação a figura dos equipamentos informacionais, indicando que são os locais ou espaço onde a mediação da informação é realizada. Além, para complementar, Almeida Júnior (2015) adota o termo “ambiência” a fim de esclarecer que os equipamentos informacionais não são locais isolados e se estendem a todos os ambientes onde ocorrem interações sociais. Onde está o ser

---

<sup>12</sup> Destaca-se que a mesma greve pode possuir reivindicações com mais de um caráter.

humano, ocorre a mediação da informação. Para o caso em tela, a atuação do sindicato enquanto mediador da informação pode se dar em qualquer lugar onde haja trabalhadores, desde sua própria sede como, também as dependências das fábricas e empresas e os locais de lazer. O processo educativo realizado pelo sindicato é informal e deve atender aos anseios dos trabalhadores e ser executado em uma linguagem que se adeque ao seu cotidiano. O mediador deve utilizar a mesma linguagem dos trabalhadores.

Ainda, para a efetiva realização do processo de mediação de informação, o mediador deve agir entendendo o contexto dos usuários. No caso dos sindicatos, estes devem atuar entendendo os contextos de vida e de trabalho dos trabalhadores. Ao agir desta forma, os mediadores humanizam a mediação da informação, gerando nos trabalhadores o sentimento de respeito e pertença, o que potencializa os efeitos do processo.

Levando em consideração a baixa adesão dos trabalhadores aos movimentos grevistas e a natureza das suas reivindicações – conforme demonstrado pelo DIEESE (2024), conclui-se que os trabalhadores, em sua maioria, ainda se encontram imersos na consciência alienada ou presos à consciência em si, quase em uma corda bamba com potencial para retrocesso. Neste cenário, a atividade do sindicato pode não ser bem-vinda por eles, o que exige novas estratégias de alcance.

Ao se encontrar submersos na ideologia dominante – ideologia burguesa – o trabalhador se ocupa em ingressar no mercado de trabalho e manter seu emprego o que se faz por meio de dedicação e cursos profissionalizantes que atendam às exigências das vagas pretendidas. Muitas vagas não exigem além de capacidades técnicas e entendemos que este pode ser o ponto de partida para a atuação do sindicato.

Em um período de prevalência do peleguismo e do atrelamento dos sindicatos ao Estado, as instituições sindicais figuravam com ações assistencialistas com a oferta de atendimento médico, odontológico, cursos profissionalizantes e oportunidades de lazer. A oferta desses serviços pode ser incluída na ação sindical, no entanto os sindicatos não pode se limitar a elas, mas sim utilizá-las com o intuito de atrair os trabalhadores e iniciar o processo educativo rumo a formação da consciência de classe.

Embora pareça uma tarefa trabalhosa, não é impossível. E o sindicalismo incorporando os conceitos de mediação da informação e de Colnfo poderá ampliar sua atuação e torná-la mais eficaz. O que, inclusive, contribuirá para o desenvolvimento da CI e de sua ação prática no terreno fértil da luta de classes.

O quadro 13 elenca os autores e suas respectivas ideias que foram utilizadas na elaboração deste capítulo.

**Quadro 13 – Colnfo e Mediação da Informação como instrumentos de formação da Consciência de Classe: novas perspectivas**

Ciência da Informação e seu papel no cenário da luta de classes	
Autores (as)	Contribuições
Almeida Júnior (2015)	➤ A informação não surge por geração espontânea.
Capurro (2003)	➤ Paradigmas da informação.
Feijó (2015)	➤ A realização da práxis depende de pesquisadores ativos e conscientes.
Marx; Engels (2007)	➤ História é marcada pela luta de classes e delineada pelo materialismo histórico e dialético.
Marx; Engels (2011)	➤ Emancipação dos indivíduos propicia a extinção do sistema capitalista.
Queiroz; Moura (2015)	➤ A informação não é algo isolado.
Colnfo e suas dimensões: um passo à frente	
Autores(as)	Contribuições
Almeida Júnior (2015)	➤ A missão da CI é contribuir para o desenvolvimento da capacidade reflexiva dos sujeitos.
Almeida Júnior; Santos (2019)	➤ Colnfo enquanto processo educativo.
Beluzzo (2020)	➤ Coloca a Colnfo no campo das políticas públicas.
Gomes (2024)	➤ A Colnfo se liga ao campo da tradição, estando vinculada à ideologia dominante; ➤ A Colnfo carece de posicionamento crítico em relação ao social.
Gomes; Dumont (2016)	➤ A educação está atrelada à forma de produção capitalista; ➤ Colnfo se originou das modificações sociais advindas da reestruturação dos meios de produção; ➤ Surgimento da Colnfo teve como objetivo a promoção da indústria e a criação de um mercado consumidor para as novas tecnologias.
Iasi (2002)	➤ Adverte para o uso incorreto dos termos falsa e verdadeira consciência de classe.
Silva (2024)	➤ A CCI propõe uma reflexão mais ampla sobre os contextos sociais, políticos e ideológicos que moldam a produção e a circulação da informação; ➤ CCI é mais abrangente do que a Colnfo.
Silva; Cavalcante; Alcará (2023)	➤ A sociedade da informação e as tecnologias de informação e comunicação (TIC) transformam o mundo do trabalho; ➤ Relação entre a Colnfo e o mundo do trabalho; ➤ Colnfo deve formar indivíduos autônomos e críticos.
Vitorino; Piantola	➤ A Colnfo está vinculada ao contexto e à ação.

(2009)	
Vitorino; Piantola (2011)	➤ Dimensões da ColInfo.
Vitorino; Piantola (2020)	➤ Dimensões da ColInfo.
<b>Mediação da informação: elemento essencial para a formação da consciência de classe</b>	
<b>Autores(as)</b>	<b>Contribuições</b>
Almeida; Abreu; Rossler (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Consciência em si e consciência para si;</li> <li>➤ A consciência de classe se realiza por meio da mediação humana;</li> <li>➤ Alterar a consciência social não é apenas trocar as ideias dominantes por outras.</li> </ul>
Almeida Júnior (2009)	➤ Conceito de interferência no processo de mediação da informação.
Almeida Júnior (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceito de interferência no processo de mediação da informação;</li> <li>➤ Conceito de equipamentos informacionais;</li> <li>➤ Conceito de ambiência.</li> </ul>
Alves (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A atuação dos sindicatos está circunscrita à natureza própria do trabalho assalariado.</li> <li>➤ A atuação dos sindicatos tem caráter pedagógico, moral e política.</li> </ul>
DIEESE (2024)	➤ Dados das greves ocorridas no Brasil em 2023.
Gomes (2014)	➤ O processo de mediação da informação inclui um mediador.
Gomes (2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A mediação da informação se situa como ação central que coloca a informação em favor do protagonismo;</li> <li>➤ O protagonismo é favorecido pela mediação consciente da informação;</li> <li>➤ Sem o alcance das 5 dimensões o protagonismo social poder ser comprometido ou postergado;</li> <li>➤ O protagonismo só existe na tomada de posição;</li> <li>➤ O protagonista valoriza a vida cidadã.</li> </ul>
Gomes (2020)	➤ A mediação da informação tem como objetivo a formação de protagonistas sociais;
Gomes(2021)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dimensões da mediação da informação;</li> <li>➤ A mediação da informação somente se efetiva quando todas as suas dimensões forem alcançadas.</li> </ul>
Sousa; Peixoto (2021)	➤ O capitalismo, ao garantir sua produção e reprodução, propulsiona, com igual força, o seu próprio fim.

Elaborado pela autora a partir das ideias dos autores citados no texto (2025)

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação perpassa a história do homem e da civilização, sendo fundamental para a geração de conhecimento, para produção e reprodução das relações sociais e para o desenvolvimento da sociedade. Sem a informação, a humanidade permaneceria estática no tempo e no espaço. E, seja o objeto da CI a informação ou a mediação da informação, o fato é que este campo do pensamento científico é de fundamental importância para a compreensão não apenas dos fluxos informacionais como, também, dos próprios fatos sociais e das relações sociais que os acompanham.

Os conceitos produzidos pela CI possibilitam uma análise mais profunda acerca da gênese dos fenômenos sociais e o diálogo de suas categorias conceituais com os demais ramos do saber científico impulsiona um desenvolvimento exponencial de todos os envolvidos no processo de produção de conhecimento. Assim, a propositura da pesquisa aqui realizada partiu da premissa de se constituir um avanço no pensamento científico a investigação dos laços existentes entre a CI, a Sociologia e a Ciência Política, já que todas integram o rol das ciências sociais e humanas.

O estudo acerca do surgimento e do desenvolvimento da consciência de classe, permite posicionar a informação e a mediação da informação como seu propulsor de alcance inimaginável, expondo novos ângulos e novas perspectivas de análise que ultrapassam os limites das ciências envolvidas. A percepção da relação intrínseca entre a mediação da informação e o processo de formação da consciência de classe precisa ser revelada e explorada a fim de garantir a práxis revolucionária que permitirá a construção de uma sociedade pautada no bem comum, na igualdade e na inexistência da exploração e opressão entre classes sociais.

A realização desta pesquisa não foi uma tarefa fácil, tendo em vista a escassez de trabalhos científicos baseados na mesma vertente de análise, de modo que foi necessário relacionar os conceitos a partir de aspectos considerados relevantes pela própria pesquisadora.

Este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza aplicada, qualitativa em relação à forma de abordagem do problema e exploratória quanto aos seus objetivos. O método para tratamento, análise e interpretação foi a Revisão Sistemática da Literatura – RSL e sua escolha se deu em

virtude de ser um método de análise que permite sistematizar os textos selecionados, encontrando elementos que subsidiem a construção de novos conceitos para suprir as lacunas encontradas. No caso em tela, as brechas teóricas foram preenchidas pela análise conjunta das categorias conceituais oriundas da CI e da teoria marxista da luta de classes.

Para a realização desta pesquisa, optou-se pela análise de elementos próprios da CI – informação, ColInfo e mediação da informação – e de elementos intrínsecos à teoria marxista da luta de classes – classes sociais, consciência de classe e sindicalismo. Após, apresentou-se um panorama histórico do movimento sindical e a atualidade de tal movimento no Brasil, sendo que o ponto central do presente trabalho científico é o oitavo capítulo, momento em que se apresenta as discussões e as interrelações entre os conceitos explorados bem como o detalhamento da proposta de expansão da abrangência da dimensão política da ColInfo e da mediação da informação, a fim de incorporar a formação da consciência de classe em si e da consciência de classe para si.

Em relação aos objetivos propostos, destaca-se que foram todos alcançados. O objetivo geral foi desenvolvido em todo o corpo do presente trabalho, tendo sido comprovada a existência de relação entre a mediação da informação, a ColInfo e o processo de formação da consciência operária e os impactos informacionais em tal processo. Outrossim, os objetivos específicos, também, foram efetivados. Os conceitos e particularidades da mediação da informação e da ColInfo de acordo com a literatura da área da CI e suas relações com a formação do protagonista social, foram desenvolvidos no decorrer dos capítulos 4 e 5. O processo de formação da consciência operária no campo da luta de classes foi apresentado no capítulo 6. E o desenvolvimento da consciência de classe em consonância com as dimensões da ColInfo e da mediação da informação, bem como a identificação do sindicato como mediador da informação, foram devidamente explorados e analisados no capítulo 8.

De acordo com a teoria marxista, a sociedade capitalista foi concebida sob o limiar da estrutura e da superestrutura, sendo a estrutura formada pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção típicas do capitalismo em que prevalecem a opressão e exploração entre as classes sociais e a hegemonia do capital sobre o ser humano. Já a superestrutura é composta pelas instituições que garantem e protegem a produção e a reprodução da estrutura. Enquanto a estrutura não é percebida pelo indivíduo – sendo considerada como o verdadeiro mundo

fenomênico, ou a essência das relações sociais – a superestrutura integra o cotidiano social legitimando o status quo imposto e pré determinado pela estrutura. Podem ser consideradas como instituições que compõem a superestrutura: o Direito, a família, a religião, a economia, a educação formal, a religião, os costumes, o pensamento científico, entre outros.

A CI, neste sentido, integra a superestrutura e pode ser utilizada em prol da expansão do capital e em detrimento do ser humano, em outras palavras, a CI pode atuar como instrumento de dominação mesmo sem que seus pesquisadores tenham ciência disto. A exemplo, tem-se a área de gestão de conhecimento ou de informação aplicada às empresas a fim de otimizar a produção. Embora, em um primeiro momento, pareça benéfica, esse tipo de gestão tem potencial de intensificar o trabalho, prejudicando o bem estar do trabalhador.

Contudo, o próprio capitalismo é contraditório e, ao compor uma superestrutura com a finalidade de garantir a produção e reprodução de si mesmo, cria, também, condições para o surgimento de sujeitos e instituições que buscam sua extinção. Desta forma, verifica-se no interior do pensamento científico a existência de pesquisas voltadas à ruptura do sistema do capital e a CI, também, integra esta vertente. Este foi o primeiro aspecto a ser desenvolvido nesta pesquisa.

A CI carrega consigo a interdisciplinariedade que lhe é intrínseca e lhe permite o diálogo com as mais variadas áreas do saber científico, além de propiciar a fundamentação da *práxis*, também, em várias da convivência humana como, por exemplo, no terreno da luta de classes, que é o *lócus* da pesquisa aqui desenvolvida.

Ocorre, porém, que, como ciência interdisciplinar, seus estudos percorrem caminhos que beneficiam a acumulação do capital e outros que possuem potencial para uma ruptura revolucionária conduzida pelas massas – conforme idealizado pela teoria marxista, sendo que as categorias que se aproximam deste último são a ColInfo e a mediação da informação.

A Coinfo é compreendida como um aprendizado para a vida e ao longo da vida, consistindo na aquisição de habilidades que permitem ao indivíduo viver e sobreviver na sociedade da informação, fazendo uso consciente da informação não apenas para o seu desenvolvimento, como, também, para o bem da coletividade. A ColInfo se desenvolve por meio do alcance de quatro dimensões: dimensões,

técnica, estética, ética e política, sendo que a conquista da dimensão política ocorre apenas no âmbito coletivo.

A apresentação dos conceitos e das dimensões da ColInfo, bem como da CCI, foi realizada no quinto capítulo desta tese e retomada em seu oitavo capítulo, momento em que foi anunciada, discutida e apresentada a proposta de ampliação da dimensão política da ColInfo afim de comportar o desenvolvimento do protagonismo social e seu percurso passando pela consciência em si até o alcance da consciência para si, que é a verdadeira consciência de classe revolucionária. Ainda, é interessante mencionar uma crítica realizada pela autora acerca do desenvolvimento do conceito de CCI. De fato, não seria necessário a criação de uma nova categoria conceitual no campo da ColInfo, tendo em vista que o desenvolvimento de suas dimensões já engloba o conceito de CCI e não causaria uma ruptura entre os conceitos, permitindo um desenvolvimento mais harmônico e apropriado da CI.

A expansão do alcance da dimensão política da ColInfo permite integrar no conceito de ColInfo o diálogo com a teoria marxista da luta de classes, alçando a CI a um patamar de fundamentadora da *práxis* revolucionária. Para tanto, a proposta se baseia na divisão da dimensão política da ColInfo em dois níveis ou duas esferas de desenvolvimento, sendo a primeira a dimensão política em sentido lato – e que ocorre o desenvolvimento do protagonismo social que significa a ruptura com a consciência alienada e o desenvolvimento da consciência em si, momento em que ocorre o sentimento de pertença entre os indivíduos que percebem que integram a mesma classe social sendo vítimas da mesma opressão e exploração; a segunda esfera é a dimensão política em sentido estrito, em que ocorre a transmutação da consciência em si para a consciência para si que consiste na verdadeira consciência de classe revolucionária, de acordo com o pensamento marxista.

No entanto, é válido salientar que o desenvolvimento da ColInfo não ocorre alheio ao processo de mediação da informação. De fato, a mediação a informação é a peça-chave para o desenvolvimento da consciência de classe, pois é por meio dela que se dará o diálogo entre os sujeitos trabalhadores e os intelectuais orgânicos que direcionarão a massa proletária. Outrossim, como já salientado, a formação da consciência de classe se dá na dinâmica das relações de trabalho assalariado, ou seja, no interior do mundo do trabalho. Somente a classe operária está apta ao alcance da consciência de classe revolucionária – consciência para si.

Como já foi discutido no capítulo 6 desta tese, indivíduos participantes de outras classes sociais podem integrar a classe operária por compartilharem dos mesmos interesses e perceberem a essência das relações sociais de produção, mas não são legítimas para conduzir a revolução de cariz comunista. Desta forma, para que a consciência para si seja alcançada, é necessário que, tanto a Colnfo como a mediação da informação, se desenvolvam nas relações sociais constituídas no interior do mundo do trabalho.

A formação da consciência de classe somente se desenvolve por meio da mediação humana – a mediação da informação. E, para que a mediação da informação se desenvolva em sua integralidade é necessário o alcance de suas 5 dimensões: dialógica, estética, formativa, ética e política. Lembrando que a mediação da informação, no entender de Gomes (2019), apenas se desenvolve plenamente com a formação de protagonistas sociais.

Todavia, como já demonstrado, o alcance do protagonismo social – embora seja de fundamental importância para a formação da consciência de classe – demonstra apenas que o sujeito rompe com a consciência alienada e se direciona para o alcance da consciência em si (que pode ou não ser desenvolvida). O protagonista se preocupa com o viver junto, com a vida cidadã, mas não em vencer a luta – o que, no nosso entender significa que para o protagonista não importa a extinção da exploração e da opressão realizadas por uma classe social sobre a outra, mas sim a melhoria nas condições de vida e de trabalho (quando o protagonismo se realiza no interior das relações entre o capital e o trabalho assalariado). Para o protagonista, a emancipação humana pode ocorrer nos limites impostos pelas relações sociais de produção vigentes no sistema capitalista.

O que se percebe, é a necessidade de expansão da dimensão política da mediação da informação – nos mesmos moldes ocorridos na Colnfo – de modo que em tal dimensão comporte o desenvolvimento do protagonismo social para a verdadeira consciência de classe revolucionária – a consciência para si. Para tanto, a proposta aqui apresentada sugere a criação de duas esferas ou de dois níveis de desenvolvimento da dimensão política da mediação da informação: dimensão política em sentido lato, que corresponde ao desenvolvimento do protagonismo social e dimensão política em sentido estrito, que abrange o alcance da consciência para si.

Com o alcance do protagonismo social e a ruptura da consciência alienada, os trabalhadores passam a perceber a situação de exploração na qual se encontram e começam a reivindicar, por meio de movimentos grevistas ou não, melhores condições de vida e trabalho. Tais reivindicações, contudo, se limitam a questões econômicas dando a sensação, ao trabalhador, de que a melhoria no salário recebido é uma forma de realização de justiça social, sendo que, na verdade, significa apenas a sensação da diminuição dos impactos da exploração e opressão experimentadas por eles em seu cotidiano.

A atuação do sindicato, enquanto instituição mediadora, é de fundamental importância nesta fase de reivindicações econômicas realizadas pelo operariado pois, é partir dela que a mediação realizada pelos líderes sindicais – tidos aqui como profissionais da informação (mediadores da informação) – encaminhará os trabalhadores para o alcance da consciência para si.

Uma análise dos dados das greves ocorridas no Brasil em 2023 demonstra que a ruptura com a consciência alienada ainda é tímida. O alcance do protagonismo social no mundo do trabalho ainda não alcançou patamares significativos para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários brasileiros, mesmo porque os dados apontam a maioria das reivindicações são de caráter defensivo, ou seja, os trabalhadores lutando para que a situação em que vivem e trabalham não piore ainda mais.

Com certeza, o movimento sindical brasileiro tem uma árdua tarefa pela frente. Além de romper com a ideologia dominante, também, precisa contribuir significativamente para a formação da consciência para si, e a CI pode ser uma importante aliada neste processo, mais importante ainda do que a própria Ciência Política ou a Sociologia, já que ambas não possuem relevância se não forem devidamente mediadas.

Este trabalho científico atendeu aos objetivos propostos, mas não colocou fim ao debate e à necessidade de maior integração entre a CI e as demais ciências humanas e sociais. Somente o diálogo entre tais ramos do saber científico possibilitarão a verdadeira *práxis* revolucionária que levará à legítima emancipação humana e a construção de uma genuína sociedade mais justa e igualitária pautada no bem comum e na primazia da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Melissa Rodrigues de; ABREU, Cláudia Barcelo de Moura; ROSSLER, João Henrique. Contribuições de Vigotski para a análise da consciência de classe. **Psicologia em Estudo**. Departamento de Psicologia - Universidade Estadual de Maringá, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em [Contribuições de Vigotski para a análise da consciência de classe](#). Acesso em: 10, out. 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A informação imprecisa e a morte do usuário. *In*: Colóquio Habermas, 17.; Colóquio Filosofia da Informação, 18., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Salut, 2021, p. 10-21. Disponível em <https://coloquiohabermas.files.wordpress.com/2021/11/anais-coloquio-habermas.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Matinhos, PR, v.8, n.2, p.132-144, jul/dez. 2015a. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015b. p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In*: SILVA, Terezinha Elizabeth da (org.). **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008. p. 67-86.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS, Camila Araújo dos. Mediação, informação, competência em informação e criticidade. *In*: FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes (org.). **Competência e Mediação da Informação**: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: Abecin, 2019, p. 96-113. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/218>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a Organização do Conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98–116, 2014. Disponível em: [https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf\\_25](https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25). Acesso em: 08 jul. 2024.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.22, p. 79-100, Número Especial 2012. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/13678/8211>. Acesso em 30, jul. 2024.

ALVES, Giovanni. **Limites do Sindicalismo** – Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2003.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise no sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital** – A Nova Degradação do Trabalho na era da Globalização. 2ª ed. Londrina: Editora Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP.: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil** – Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez Editora, 1989;

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho e na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na ciência da informação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 9-30, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3364>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARBIA, Alexandre Aranha. Sindicalismo e particularidade – excursão sobre a natureza e o fenômeno sindical. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8, n. 15, jul./dez. 2013. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/index.htm>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ARDUINI, Silvana da Silva Antônio. **Competência em informação no local de trabalho: mapeando caminhos por meio da literatura**. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07032014-145616/pt-br.php>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BARBOZA, Elder; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/30812> . Acesso em: 08 jul. 2024.

BATISTA, Carmem Lúcia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210–234, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/74317>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BATISTA, Andreza Pereira; FARIAS, Gabriela Belmont de. Reflexões conceituais acerca da gestão do conhecimento científico. *In*: FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes (org.). **Competência e Mediação da Informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos**. São Paulo: Abecin, 2019, p. 220-237. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/218>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/57045>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BENSAÏDE, Daniel. **Marx, manual de instruções** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013.

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93713>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BORGES, Maria Angélica. A atualidade da obra de Marx O Capital para o entendimento do ser social: uma visão de mundo ontológica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 61, 2021. Disponível em <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/767>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis; GOMES, Henriette Ferreira. A mediação implícita da mediação da informação na representação temática e descritiva: análise de dissertações e teses no âmbito da Ciência da Informação brasileira (2012-2017). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/509>. Acesso em: 08 jul. 2024.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986/1028>. Acesso em: 08 jul. 2024.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em

[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 08 jul. 2024.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC>. Acesso em: 08 jul. 2024.

CARVALHO, Ana Cristina Guimarães; NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva; BEZERRA, Midinai Gomes. A mediação da informação na narrativa oral e na história de vida: proposições dialogais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.16, n. 2, p. 461-482, maio/ago. 2018.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651516>. Acesso em: 08 jul. 2024.

CASTRO, Jetur Lima de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação: a transcendência da Teoria Crítica de Habermas e os paradigmas da Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2736/2787>. Acesso em: 08 jul. 2024.

CASTRO, Jetur Lima de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. Construções intersubjetivas na prática profissional bibliotecária: reflexões. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 28, n. 2, p. 163-178, maio/ago. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/37981>. Acesso em: 08 jul. 2024.

COGGIOLA, Osvaldo. **Da Revolução Industrial ao Movimento Operário**. 11ª edição. Porto Alegre: Editora Pradense, 2010a

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 3, n. 2, 2010b. Disponível em

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1227>. Acesso em 07 out. 2024.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Balanco das Greves de 2023**. Estudos e Pesquisas, n. 109. São Paulo, abr, 2024. Disponível em

<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2024/estPesq109Greves.html>. Acesso em 25 de outubro de 2024.

DOYLE, Andréa. **Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação e do Instituto

Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/960>. Acesso em: 08 jul. 2024.

DOYLE, Andréa. Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 25-33, 28 dez. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/274>. Acesso em: 08 jul. 2024.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. A informação como potencializadora da autonomia e da integração social. **Transinformação**. v. 28. Setembro/Dezembro, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010337862016000300323&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010337862016000300323&lng=pt&nrm=isso). Acesso em 24 mar 2024.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. A ideia de Ciência em Marx. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p293>. Acesso em: 08 jul. 2024.

FREDERICO, Celso. **Consciência Operária no Brasil – Estudo com um grupo de trabalhadores**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1978;

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/002987801>. Acesso em 23 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46–59, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. A Mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, fev. 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3041>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 109-145, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44557>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.

30, n. 4, p. 1-23, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/900>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GOMES, Marcos Aurelio; DUMONT, Lígia Maria Moreira. A noção de competência em informação e a de sociologia da educação e do trabalho: embate epistemológico. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 84-105, set. 2015/fev. 2016. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89929>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GOMES, Marcus Victor Siqueira Josué. (Re)Fazendo tessituras, rizomas e resistências: uma reflexão acerca das duas últimas dimensões da CCI. In SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira (Org.). **Competência Crítica em Informação: uma abordagem multidisciplinar para a formação crítica e cidadã**. João Pessoa: Ideia, 2024.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: Uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GUARESHI, Pedrinho Alcides. **Sociologia Crítica: Alternativas de mudança**. 40. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1997.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

JESUS, Ingrid Paixão de; GOMES, Henriette Ferreira. Dimensões da mediação da informação e suas contribuições para a formação do mediador da leitura: aproximações teóricas e empíricas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/83369>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/index.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOPES, Elaine Cristina; VALENTIM, Marta Lúgia Pomim; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Disseminação da informação em empresas de capital aberto e os processos de mediação da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 79-92, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/18827>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LÓPEZ CALDERA, Orledys María de Jesús. **Mediação da informação na defesa dos direitos humanos e no desenvolvimento do protagonismo social: um estudo do caso do Observatório Venezuelano de Conflictividade Social (OVCS)**. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35054>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LUCCA, Djuli Machado de; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em Informação e suas raízes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 22-48, set./2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HYGGCVMwrJ7J9mbstVhHfdz/?format=pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferrero; SILVA, L. F. ; SILVA, C. R. . Marxismo, ciência e educação: a práxis transformadora como mediação da produção de conhecimento. In: I EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2006, Bauru. Marxismo, ciência e educação: a práxis transformadora como mediação para a produção de conhecimento, 2006. v. 01. p. 07-17

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. Editora Flama: 1946. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm>. Acesso em 15 jun. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 92-105, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/131637>. Acesso em: 08 jul. 2024.

OLIVEIRA, Heloá Cristina Camargo de. **A natureza fenomenológica da mediação: contribuições para a mediação da informação**. 2020. 265f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2020. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d2bc16bb-e5d7-4f89-9135-8b8a9d423e88/content>. Acesso em: 08 jul. 2024.

OLIVEIRA, Lúcia Manoel Barbosa de. Informação, Ação Política e Desenvolvimento humano. **Data Grama Zero: Revista de Ciência da Informação**. v.12. n.4.Ago, 2011. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/18470>. Acesso em 07 Abr 2023.

OLIVEIRA, Marlene de. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23376/18871>. Acesso em: 08 jul. 2024.

PEREIRA, Duarte. Das classes à luta de classes. Trabalho apresentado no Segundo Colóquio Marx e Engels, organizado em novembro de 2001 pelo Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/DP-Classes-e-luta-de-classes-2.pdf>. Acesso em 05 jun. 2024

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 26-42, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516>. Acesso em: 08 jul. 2024.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RODRIGUES, Irám Jácome. **Trabalhadores e Sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos**. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74. Set./Dez. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HHStLzpqDF4gs66QDnCJZ7s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 out. 2024.

RUBI, Milena Polsinelli; EUCLIDES, Maria Luzinete; SANTOS, Juliana Cardoso dos. Profissionais da Informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.1, p.79-89, jan./jun. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/443/1495>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza. Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 99-108, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/PLXnK4V7mMcTdLpbcw6DT3g/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUZA, Ana Claudia Medeiros de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 343-362, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40808>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8bdc01fa-0c47-4cf5-b114-ece1bc946f8c/content>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos**. 2019. 462f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2019. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/da2a9486-8ca0-4b42-8ce4-e77f46cfbcaa/content>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SIENA, Osmar; BRAGA, Aurineide Alves; OLIVEIRA, Clésia Maria de; CARVALHO, Erasmo Moreira de. **Metodologia da pesquisa científica e elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2024.

SILVA, Armando Malheiro. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC**, n. 9, dez. 2009, p. 1-37. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/26174>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, Carlos Robson Souza; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; ALCARÁ, Adriana Rosecler. A Educação para a Competência em Informação e a Formação de Multiplicadores no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

**Brazilian Journal of Information Science: research trends**, vol. 17, publicação contínua, 2023. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13378>. Acesso em: 05 fev. 2024

SILVA, Carlos Robson Souza da; NUNES, Jefferson Veras; TEIXEIRA, Thiciane Mary Carvalho. Do conceito de informação ao discurso sobre competência em informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 185-205, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/158094>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, Célia Regina da; SILVA, Luiz Fernando da; MARTINS, Sueli Terezinha F. Marx, ciência e educação: a práxis transformadora como mediação para a produção de conhecimento. **Marxismo e educação**, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2014. Disponível em: <https://marxismo21.org/marxismo-e-educacao-2/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, Daniele Caroliano da; MARTINS JÚNIOR, Francisco Ranulfo Freitas; SILVA, Tatiana Maria Ribeiro; NUNES, João Batista Carvalho. Características de pesquisas qualitativas: estudos em teses de um programa de pós graduação em educação. **Educar em Revista**, Volume: 38, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/vfYpxdKhR6BBSrf3YpSHjqz/>. Acesso em 30 jul. 2024.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da. Competência Crítica em Informação (CCI): uma breve abordagem histórica e conceitual. *In* SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira (Org.). **Competência Crítica em Informação: uma abordagem multidisciplinar para a formação crítica e cidadã**. João Pessoa: Ideia, 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93–108, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, Regivaldo José da. **A mediação docente na formação do(a) pesquisador(a) atuante na consolidação da Ciência da Informação no Brasil**. 2018. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27374>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. O conceito de informação pelo viés da alteridade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/342>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SOUSA, Ana Cláudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; JESUS, Ingrid Paixão de. Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1333>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SOUSA, Daniela Rodrigues. de; PEIXOTO, Joana. Consciência e luta de classes: a tecnologia na mediação do trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666975>. Acesso em: 14 dez. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas de. As possibilidades pedagógicas no ensino de metodologia da pesquisa científica em ciência da informação e os objetos deste campo científico: aproximações durkheimianas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 20-40, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n16p20>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SOUZA, Juliete Susan Ferreira de; ALMEIRA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais. **Cadernos BAD (Portugual)**, n. 1, p. 125-138, 2015. Disponível em: [https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1171/pdf\\_8](https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1171/pdf_8). Acesso em: 08 jul. 2024.

SPERB, Arthur Coelho **O sindicato e o sindicalismo no contexto dos novos movimentos sociais e das teorias dos novos movimentos sociais**. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Direito, no Programa de Pós- Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco. 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33740>. Acesso em 17, out., 2024.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção do conhecimento científico. *In* VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org). **Métodos qualitativos em Ciência da Informação**. São Paulo, Pólis, 2005.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovana Guedes. Mediação em múltiplas abordagens. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 138-170, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19998>. Acesso em: 08 jul. 2024.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020. 205 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%20c3%aancia%20em%20informa%20c3%a7%20c3%a3o%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jul. 2024.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236>. Acesso em: 08 jul. 2024.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p. 99-110,

jan./abr., 2011. Disponível em  
<https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/>. Acesso em: 08 jul. 2024.